

Reunião do Comité Central marcada para 22 de Junho

Conferência Nacional

O Comité Central do Partido Comunista Português reuniu nos passados dias 13 e 14 de Abril, tendo aprovado três documentos – o Comunicado, de análise da situação política e de questões partidárias; o Regulamento para debate no Partido e eleição dos delegados à Conferência Nacional a realizar em 22 de Junho; e uma Nota de Trabalho para apoio ao debate da Conferência Nacional

Págs. 5 a 8



Viva 25 de Abril!

O Comité Central do Partido «apela a todos os militantes comunistas, aos trabalhadores em geral, aos homens, mulheres e jovens que se identificam com os valores de Abril e persistem na luta por uma política de esquerda para que participem nas manifestações que, por todo o País, assinalarão o 25 de Abril».

O Avante! sai na quarta-feira

Por ser feriado no próximo dia 25 de Abril, quinta-feira, o nosso jornal será distribuído no dia anterior.



Manifestações em Portugal

Paz na Palestina!

À semelhança do que acontece por todo o mundo, em Portugal milhares de pessoas manifestaram-se pela paz no Médio Oriente, contra a ocupação militar israelita e em solidariedade com o povo palestino. Lisboa, Porto, Évora e Coimbra uniram-se ao coro dos protestos mundiais.

Centrais

8.º Encontro Nacional

JCP a crescer

Reuniu em Lisboa o 8.º Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP. Com a organização a crescer: desde o início do ano lectivo registaram-se 700 novas adesões.

Págs. 10 e 11

Venezuela

A derrota do golpe

«O imperialismo sofreu uma derrota histórica na Venezuela.» Assim começa o artigo de Miguel Urbano Rodrigues, que hoje publicamos e nos convida a uma reflexão.

Págs. 24 e 25

Assembleia da República

Prioridades do PCP

O PCP apresentou na Assembleia da República seis projectos de lei contemplando áreas laborais e sociais, que continuam a ser prioridades dos comunistas.

Págs. 14 e 15

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44.90 euros

25 números: 4 600\$00
23.00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114.75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164.60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Greve dos trabalhadores da Carris e da Transtejo

Resumo

10 Quarta-feira

Milhares de pessoas concentram-se em Lisboa e no Porto, numa manifestação a favor da paz no Médio Oriente e contra a ocupação militar israelita nos territórios autónomos palestinianos • Os trabalhadores da Manutenção Militar repudiam a decisão do ex-ministro da Defesa, Rui Pena, de determinar o encerramento da MM e das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamentos • A secção portuguesa da Amnistia Internacional faz um «forte apelo» ao Governo português para que «accione todos os mecanismos ao seu alcance» para pôr fim à situação de violência no Médio Oriente • A ONU, a UE e a Rússia exprimem o seu «pleno apoio» à missão dos EUA no Médio Oriente, insistindo na «retirada imediata do exército israelita dos territórios palestinianos».

11 Quinta-feira

Os trabalhadores da Transtejo e da Carris entram em greve reivindicando aumentos salariais • O Conselho de Ministros reúne para aprovar o seu próprio regimento e a lei orgânica do XV governo constitucional • Forças israelitas entraram em Bir Zeit, localidade palestiniana a Norte de Ramallah • Ataques do exército israelita causam quatro mortos em Hebron e em Arrabe, na Cisjordânia.

12 Sexta-feira

A Autoridade Palestiniana apela às Nações Unidas para que seja criada uma comissão de inquérito internacional sobre os massacres israelitas no campo de refugiados de Jenine, na Cisjordânia • O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, exige, em Genebra, a retirada israelita dos campos de refugiados nos territórios ocupados, assim como o envio imediato de uma força internacional para a zona • O actor Armando Cortez morre aos 74 anos, vítima de complicações cardíacas.

13 Sábado

Reúne o Comité Central do PCP • O Sindicato da Administração Local acusa a empresa Águas do Sado de discriminar os trabalhadores requisitados à autarquia de Setúbal e de recusar as negociações do caderno reivindicativo • Centenas de pessoas formam, em solidariedade com o povo palestino, um cordão entre a embaixada de Israel e a delegação da ONU em Lisboa • Cerca de sete mil manifestantes antiglobalização desfilam em Oviedo, Espanha, rodeados de

fortes medidas de segurança, à margem da reunião dos ministros das Finanças da UE.

14 Domingo

Carlos Carvalhas apela à participação de «todos os membros do PCP» no debate interno que antecederá a Conferência Nacional, marcada para 22 de Junho • Os observadores da UE às eleições presidenciais em Timor-Leste fazem um «balanço muito positivo» da forma como decorreu o escrutínio e salientam o facto de não se ter registado qualquer incidente • O secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, conclui em Telavive o seu segundo encontro com o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, que afirma que não há data para a retirada israelita • O exército israelita ordena aos jornalistas instalados num hotel de Belém frente à Basílica da Natividade - onde 200 combatentes palestinianos se encontram refugiados - que deixassem o local.

15 Segunda-feira

O PCP apresenta uma moção de rejeição ao programa do Governo, considerando que este documento propõe políticas que «agravaram os problemas dos portugueses» e que representam «um forte ataque aos direitos dos trabalhadores» • Fortes reservas quanto ao cheque-ensino, proposto pelo CDS-PP na campanha eleitoral, são manifestadas no Encontro Nacional de Direcções Associativas • Colin Powell exige em Beirute o fim imediato dos confrontos na fronteira israelo-libanesa • A Amnistia Internacional denuncia a violação dos direitos humanos dos prisioneiros detidos pelo exército americano em Cuba e no Afeganistão • O jornalista Fernando Pessa faz 100 anos.

16 Terça-feira

Dirigentes e activistas sindicais concentram-se junto à sede da Sonae, em Matosinhos, para protestar contra os aumentos de três por cento que o patronato dos super e hipermercados pretende aplicar • Os agentes de segurança da GNR manifestam-se em Lisboa para exigir o associativismo profissional e a desmilitarização da classe • O exército israelita retira-se de Tulkarrem depois de uma breve incursão nessa cidade autónoma palestiniana do Norte da Cisjordânia • Pelo menos três civis são mortos e 23 ficam feridos devido à explosão de uma motocicleta armadilhada na localidade de Awantipora, no Caxemira indiano • Xanana Gusmão é eleito presidente da República Democrática de Timor-Leste.

Aconteceu

CML quer despedir trabalhadores

O sindicato dos funcionários da Câmara de Lisboa exigiu, sexta-feira, a Santana Lopes a clarificação de recentes declarações sobre despedimentos de ilegais, sob pena de promover uma manifestação na próxima sessão pública.

Segundo o presidente do Sindicato de Trabalhadores do Município de Lisboa (STML), Libério Domingues, na reunião de câmara da passada semana, Pedro Santana Lopes «anunciou que as pessoas em situação contratual provisória que não fossem necessárias seriam despedidas, porque era preciso equilibrar as finanças da Câmara».

A Câmara de Lisboa conta actualmente com cerca de 700 trabalhadores a recibos verdes que aguardavam ser integrados nos quadros da autarquia, mas que na passada semana foram surpreendidos pelas declarações do presidente.

Para o sindicato, a atitude de Pedro Santana Lopes é «inaceitável» uma vez que «o presidente não se dignou a falar primeiro com os trabalhadores ou com o sindicato».

O STML já solicitou uma audiência ao presidente da Câmara para «reafirmar a determinação em lutar pela integração dos trabalhadores em situação de vínculo precário e contra qualquer despedimento», disse o presidente do sindicato.

Lares de Idosos são inseguros



A maioria dos 30 lares de idosos do distrito de Castelo Branco é insegura, não apresentando os devidos planos de segurança e evacuação, nem extintores de incêndio e vigilância nocturna, segundo um alerta feito, sexta-feira, pela Protecção Civil distrital.

Segundo Rui Esteves, Delegado Distrital da Protecção Civil, nos últimos anos «têm proliferado estabelecimentos destinados a albergar, em regime de residência, pessoas que atingiram a idade da reforma», situação que despertou nos serviços a necessidade de fazer uma planificação eficaz em relação a questões de segurança. Devido a isso, os objectivos principais do plano são a prevenção e criação de hábitos de segurança, tendo como características cen-

trais a «simplicidade e flexibilidade» que permita uma adaptação individual de cada unidade, e os novos edifícios devem respeitar as condicionantes do plano.

Os lares de terceira idade de Cas-

telo Branco sofrem ainda de sobrelotação e alguns podem ser pressionados a encerrar devido às muitas deficiências encontradas, sendo este processo da responsabilidade da Segurança Social.

38 milhões de crianças analfabetas em África

Os últimos dados do Instituto de Estatística da UNESCO, Organização da ONU para a Ciência e Cultura, retratam o difícil acesso à educação em África. Segundo um estudo, realizado em 49 países africanos durante 1998 e 1999, cerca de 38 milhões de crianças em idade escolar não se encontram escolarizadas e as que estão adquirem um nível básico.



Para a UNESCO, os dados reflectem uma realidade de quadros bastante reduzidos nas escolas e de pouca preparação dos professores. A média é de 40 alunos por professor, ascendendo, em alguns países, a mais de 60 por professor.

Só dois em cada dez indivíduos beneficiam do ensino secundário, que se encontra pouco alargado e tem uma presença masculina que duplica a feminina. Muitas das crianças que deveriam estar neste nível estão no ensino básico pois tiveram uma escolarização tardia.

O ensino superior é, por razões óbvias, o mais marginalizado. Só um milhão e meio de pessoas estão inscritas neste nível, ainda que a maioria dos países disponha de, pelo menos, uma universidade.

Xanana, presidente de Timor

Xanana Gusmão venceu as eleições presidenciais de domingo em Timor-Leste conquistando 82,6 por cento dos votos, contra os 17, 31 por cento de Francisco Xavier do Amaral. No total, foram escrutinados 364 790 votos, dos quais 3,64 por cento foram considerados inválidos, englobando votos nulos e em branco.

Xavier do Amaral já reconheceu a derrota, apesar de criticar a forma como o processo decorreu, nomeadamente por não haver cadernos eleitorais. Por outro lado, a organização norte-americana «The Carter Center», responsável pelo envio de 15 observadores do

processo eleitoral, destacou o empenho dos eleitores timorenses numa eleição que caracterizou de «livres e justas», de acordo com os padrões internacionais.

Num comunicado enviado à Lusa, aquela organização diz ainda que os eleitores timorenses mostraram ser conhecedores do processo eleitoral, votando «rapidamente e sem incidentes ou

confusão».

Xanana Gusmão toma posse a 20 de Maio, dia em que o território irá ser proclamado oficialmente independente, convertendo-se no primeiro Estado do novo milénio, a República de Timor-Leste.

Fernando Pessa faz 100 anos

Fernando Pessa, o mais antigo jornalista português, fez, segunda-feira, 100 anos. Actualmente, o autor da célebre frase «E esta, hein?!», com que encerrava as suas crónicas televisivas na RTP, encontra-se hospitalizado no hospital Curry Cabral.

Fernando Luiz de Oliveira Pessa nasceu em Aveiro, na freguesia de Vera Cruz, a 15 de Abril de 1902, tendo dedicado toda a sua vida ao jornalismo. Entre os numerosos prémios que recebeu ao longo da carreira, contam-se a Ordem do Infante, em 1981, e a distinção de Grande Oficial da Ordem de Mérito, atribuída dez anos mais tarde.

Pessa iniciou a sua carreira de jornalista na rádio e na Emissora Nacional já depois dos anos 20. A II Guerra Mundial apanhou-o em Londres, na BBC, em cujos microfones anuncia a vitória dos aliados. Ao regressar a Portugal, em 1947, encontra fechadas as portas da Emissora Nacional. Vira-se depois para a televisão, embora só em 1976 tenha entrado para os quadros da RTP.

Crónica Internacional

• Ângelo Alves

Dois exemplos...

Colin Powell «visitou» o Médio Oriente. Importa perceber os reais motivos de tal deslocação.

Os E.U.A. lideram uma guerra imperialista em nome do «combate ao terrorismo», é portanto natural que tenham «dificuldade» em condenar um massacre que é feito em nome e à boleia desse mesmo «combate». É também de «compreender» que o «amigo americano» de Sharon não queira abandonar o governo de Israel quando o seu isolamento internacional é crescente.

Por outro lado é também «compreensível» que num quadro de preparação de abertura de uma nova frente de guerra na região (ataque ao Iraque), os E.U.A. queiram manter com manobras políticas e diplomáticas o auto-proclamado estatuto de defensores da liberdade e da segurança e previnam reacções adversas à sua estratégia para a região.

Explicados ficam todos os factos que poderiam parecer ilógicos, nomeadamente a autêntica visita de turístico efectuada por Powell a Espanha e Marrocos e à Jordânia e Egipto, numa clara manobra de concessão de tempo a Sharon; os pedidos de Bush para a retirada dos tanques, posteriormente convertidos num afável passar de mão pela cabeça de Sharon depois da sua recusa em aceder a tal pedido; a declarada compreensão pela necessidade de Israel prosseguir os massacres e a ocupação em nome da «sua segurança» e a dualidade de discursos de Powell que, perante Sharon, afirma saber que este deseja a paz e valoriza a sua ignóbil proposta de realização de uma conferência internacional sobre o médio oriente, e que, a Arafat (que está preso, assistindo à morte do seu povo) exige o impossível, ou seja, que acabe com os atentados suicidas (que lhe são atribuídos) a partir de uma situação de encarceramento e de destruição de todas as forças de segurança palestinianas.

Dois exemplos... o mesmo fio condutor

Com a partida de Powell para Líbano e Síria, alterando os objectivos da sua viagem, cai parte da máscara. Não se trata agora de evitar a continuação do conflito mas de prevenir o seu alastramento a outras zonas. Incrível! Face à morte e destruição palestinianas tira da cartola uma conferência proposta por Israel. Face ao mais que presumível pedido de ajuda de Israel, parte para os países vizinhos tentando-os convencer a não reagir, ignorando que a solução do problema está no coração da «besta». E a «besta», essa, como escrevia um colunista num diário português, não há quem a pare...

Do outro lado do mundo, na República Bolivariana da Venezuela, a administração Bush tentou, usando os seus aliados no país e a CIA, aproveitar-se da difícil situação económica e social resultante de 40 anos de ditaduras oligárquicas para apoiar um golpe de Estado que nos relembra o Chile e Pinochet.

Objectivos: retirar ao povo venezuelano as recentes e históricas conquistas alcançadas pelo processo democrático; restituir ao grande capital venezuelano e norteamericano a exploração das riquezas naturais; afastar o «perigoso castrista» Hugo Chavez da presidência, cargo para que foi eleito democraticamente e que cinco processos de consulta popular (referendos e eleições) claramente legitimaram.

A duração do golpe foi inversamente proporcional à consciencialização do povo sobre o que realmente se passava, e nem as mentiras divulgadas da renúncia de Chavez nem as encenações de acções repressivas de supostos franco-atiradores impediram que a democracia voltasse às ruas e a legalidade fosse reposta.

O que realmente se passa na Venezuela é uma agudização da luta de classes em que a burguesia e o imperialismo deixaram cair a máscara de defensores da democracia.

Dois exemplos... o mesmo fio condutor: a administração norte-americana, estado-maior do imperialismo, ora apoia os que tentam calar pela morte os que resistem, ora tenta por todos os meios dar o poder àqueles que por força da luta popular não têm agora força para se impor.

Editorial

O «TUMULTO»

Tumulto no Comité Central do PCP»: eis a espectacular manchete com a qual um jornal dito «de referência» chamava a atenção dos seus leitores para a reunião do CC do PCP do passado fim-de-semana – reunião à qual o referido jornal anunciava, ainda na primeira página, dedicar duas páginas interiores. Lido o conjunto de textos vertidos, constata-se que: o jornal reduz a reunião de dois dias do Comité Central à demissão de três dos seus membros (facto real e cuja relevância mediática não se contesta, obviamente); deturpa e subverte, suportado por fontes parciais, a verdade sobre o debate travado na reunião (confirmando a sua opção de procurar as fontes que melhor matem a sede que lhe seca a boca); e não dedica uma só linha à maior parte das importantes questões discutidas na reunião do CC (isto, apesar de reconhecer que «das 180 linhas da declaração do secretário-geral aos jornalistas, só as últimas 12 foram dedicadas à crise interna»).

Esta linha de abordagem, com mais ou menos ingredientes de espectacularidade e manipulação, foi, aliás, a adoptada pela generalidade dos órgãos da comunicação social dominante – por vezes descendo a pormenores bem elucidativos dos critérios «informativos» em voga (a título de

rações dos novos governantes, são reveladoras de alguns dos traços fundamentais da política de direita que irá ser desenvolvida, o CC reafirma a determinação dos comunistas de fazerem frente – através da luta institucional e da luta de massas e com a determinação e o empenho que os caracterizam – a essa política, de procurarem impedir a sua concretização gravosa para a maioria dos portugueses, de persistirem na luta pela política de esquerda indispensável à resolução dos problemas nacionais no respeito pelos direitos e interesses dos trabalhadores e do povo. E apela à participação massiva nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de maio.

O CC analisou a situação no Médio Oriente, e sublinhou a necessidade de dar continuidade às acções de solidariedade para com o povo palestiniano, vítima da criminosa ofensiva do governo de Israel/Sharon – exemplo flagrante de brutal desrespeito pelos direitos humanos e do verdadeiro conteúdo do conceito de direitos humanos adoptado pela nova ordem internacional. Sublinhou-se, ainda, o significado e a importância dos recentes acordos de paz alcançados em Angola e expressou-se a solidariedade dos comunistas portugueses ao povo, aos patriotas, aos revolucionários venezuelanos na sua luta contra a reacção interna e as ingerências do imperialismo e por uma Venezuela livre, independente e progressista.

“Encontrar, através do debate colectivo, os caminhos do reforço do Partido”

exemplo, um entre centenas, registre-se aquele saboroso «o comité central do PCP, fechado a sete chaves»..., com que a RTP1 informou os telespectadores que a reunião se efectuava... dentro de casa... certamente em contraste com as reuniões das direcções dos restantes partidos nacionais que, deduz-se, hão-de efectuar-se ao ar livre, nos jardins e praças da Capital, quiçá nas praias...

Enfim, critérios são critérios e deles poderemos dizer que, à semelhança do que acontece com a presunção e a água benta, cada qual toma os que quer. Deixemos, pois, que os média dominantes, com a arrogância e a insolência características de instrumentos da nova ordem comunicacional, exibam o seu conceito de informação. Pelo nosso lado, limitemo-nos a prosseguir o esforço de combater essa onda imensa de manipulação e deturpação contrapondo-lhe a pequena gota da «clara certidão da verdade» e do respeito pelos direitos dos leitores.

Como pode constatar-se pela leitura do Comunicado do Comité Central, que publicamos na íntegra nesta edição do «Avante!», o CC debateu e pronunciou-se sobre aspectos relevantes da situação nacional e internacional e, naturalmente, sobre a situação interna do Partido e o desenvolvimento, no futuro imediato, da actividade partidária.

Considerando que a constituição e estrutura do Governo conjugadas com as primeiras decla-

No que respeita à situação interna do Partido – debatida com vivacidade e calor compreensíveis mas não em «tumulto» – o CC alertou para o significado, objectivos e consequências do continuado afrontamento por parte de alguns membros do Partido, com princípios e normas estatutárias obrigatórias para todos os seus membros, e de uma acção fraccionária que visa dividir e enfraquecer a unidade e influência do Partido, sublinhando que quem opte por se excluir da vida normal do Partido e insista numa actividade atentatória da sua unidade e do seu reforço, assumirá inteiramente a responsabilidade pelas consequências dos seus actos.

As iniciativas partidárias, programadas para o futuro imediato, foram igualmente abordadas pelo CC: Encontro Nacional sobre a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho; VII Congresso da JCP; Conferência Nacional sobre o PCP e o Poder Local; Festa do «Avante!», para além, naturalmente, da Conferência Nacional sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido, a realizar em 22 de Junho próximo – iniciativa para a qual se apela à participação de todos os militantes de modo a que, através de um debate democrático, que se deseja pautado pela seriedade e respeito mútuo, se encontrem os múltiplos caminhos que permitam enfrentar com êxito os desafios que estão colocados ao PCP e conduzam ao seu reforço orgânico, interventivo, eleitoral, social, político.

O CC decidiu, ainda, que o «Avante!» abrirá, a partir da próxima edição, um espaço destinado à publicação de textos com opiniões, reflexões e contribuições diversificadas dos militantes em torno do tema da Conferência.

Foi este, em resumo brevíssimo e incompleto a que a limitação de espaço obriga, o tal «tumulto».

Actual

É hora de uma confissão atormentada mas corajosa: só a «cegueira», o «autismo» e a «mentalidade burocrática» devem ter impedido, ao longo dos anos, milhares de comunistas de encontrar a solução para a sua luta contra persistentes ofensas ao pluralismo e patentes discriminações contra o PCP e pela conquista, na comunicação social, de espaços de divulgação das suas opiniões e da acção e iniciativas do seu partido.

Está agora à vista que afinal é fácil alargar consideravelmente as colunas de opinião na imprensa, entrevistas e outras formas de circulação de teses e opiniões em todos os tipos de órgãos de comunicação social.

É fácil não ser responsável partidário e ainda assim entrar em directo na emissões televisivas da noite das eleições (coisa a que nem o Secretário-geral do PCP teve direito na RTP/1) e em posteriores telejornais.

É fácil angariar e conseguir dezenas e dezenas de notícias «simpáticas» e «favoráveis» e criar as redes de cumplicidade que explicam semelhantes «éxitos».

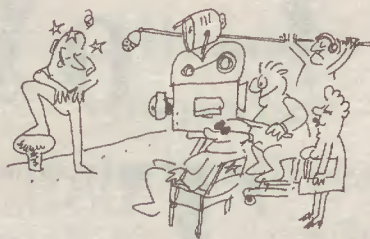
Tão fácil

• Vítor Dias

É fácil que a capa da «Revista» do «Expresso» finalmente se lembre de quem, não fosse o preconceito anticomunista, pelos seus indiscutíveis méritos, trabalho e capacidades, bem poderia ter recebido esse tipo de reconhecimento há 5, 10 ou mais anos.

É fácil conseguir que o olhar e os comentários dos «media», em arrebatado fascínio, transformem em personalidades cintilantes e sedutoras quem, ao lado de muitos outros, durante mais de duas décadas trataram como «cinzentos» e «aparatchiks», convertam em pessoas modernas e de espírito aberto quem sempre trataram como «exemplares arqueológicos» e contumazes «estalinistas», celebrem como expoentes da «renovação» quem sempre trataram como empedernidos cultores de um arrepiante dogmatismo.

E, pormenor simbólico, até é fácil conseguir publicar num jornal uma carta aberta a um dirigente do PCP em resposta a um seu esclarecimento publicado dois meses antes e de cujo conteúdo os leitores naturalmente já não se lembravam, assim consagrando



um critério de «actualidade» talvez com raríssimos precedentes em toda a história da imprensa portuguesa.

Afinal, é fácil tudo isto e algo mais. Em larga medida, basta não querer distinguir entre a legitimidade de mudar de opinião e a ilegitimidade de exigir dos outros que, sob pena de serem considerados esgotados e parados no tempo, acompanhem essas mesmas mudanças de opinião.

E basta sobretudo que haja quem, por entre a floresta de opiniões emitidas, esteja disposto a lançar sobre outros parte das deturpações, desfigurações e acusações que até há dois anos eram lançadas também sobre eles próprios e tanta e tão justa e vigorosa indignação e vontade de resistir e combater lhes suscitavam.

A farsa do bando dos «minantes»

• Carlos Gonçalves

O meu amigo João Andrade, estimado camarada de velhas lutas e de muitas histórias belíssimas de dignidade e humanismo, contou-me que nos seus tempos de jovem operário lisboeta, aí pelo final dos anos 30, o guarda-redes suplente da equipe de futebol do Desportivo Operário do Campo Pequeno, um jovem da sua criação de alcunha «o minantes», aproveitava o lugar no banco nos «jogos em casa» para levar o cesto da venda de castanhas assadas, ainda quentes do forno da padaria. Durante os jogos, enquanto exercia a sua suplência, tratava da venda e quando aparecia outro vendedor corria-o literalmente a pontapé, tomando para si, «jogador da casa», os proventos do negócio exclusivo.

Nos dias de hoje, as histórias de que importa falar tratam de outros superlativos e refinadíssimos «minantes»; neste caso, segundo a acusação do Ministério Público no julgamento em curso, da «associação criminosa» que tomou de assalto a pseudocooperativa proprietária da Universidade Moderna e que também corria com os competidores a pontapé e até pior.

A partir do controlo desse negócio, em teoria tão inócuo como o das castanhas assadas, mas na realidade descomunal quanto aos lucros da brutal exploração do incumprimento pelas políticas de direita do direito universal ao ensino, o bando dos «minantes» - integrando uma «elite» de extrema-

direita, elementos do clã Braga Gonçalves, profascistas, integristas maçónicos e PPortas, presidente do CDS/PP e actual ministro - desencadeou, tudo o indica, um «projecto global» de conquista do poder em áreas decisivas, no Estado, na política, na economia e nos media.

Do «projecto» aproveitaram não apenas as mordomias daquela camarilha e certos grandes interesses económicos e negócios mediáticos, para não falar das conexões criminosas em investigação, mas directamente as finanças do CDS/PP, que - está claro - foram beneficiárias, em pouco mais dum ano, de parte significativa dos cento e quarenta mil contos resultantes do financiamento danoso da Moderna à empresa de sondagens «Amostra», concebida e dirigida por PPortas.

E é por isso, pelo peso dos interesses envolvidos, que ainda o julgamento mal começou e já aí está uma grande operação para branqueamento do «projecto», para tentar reduzi-lo ao bode expiatório JB Gonçalves, «paranóico», «perdulário compulsivo» e «inimputável», e à «ignorância» e «tontarias» do «velho gágá» e «simples reitor e pedagogo».

É uma farsa a que é urgente tirar a máscara. Porque por trás estão os jogos e os mandantes da direita e para o tempo futuro pode estar um risco efectivo para a sua «Convergência Democrática».



O Pacto

• Anabela Fino

O Governo quer um «pacto nacional» para o equilíbrio orçamental, que envolva parceiros sociais, trabalhadores, empresários, autarquias locais, regiões autónomas e sociedade civil em geral». O motivo, segundo a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, é a «gravidade inesperada» das contas públicas, pelo que o novo executivo chegou à conclusão ser necessário um «programa de emergência» para os próximos dois anos.

Trocando por miúdos, quer isto dizer que vai haver corte nas despesas públicas e vão ser adoptadas medidas para aumentar as receitas. Dizendo de outro modo, chegou a hora de apertar o cinto.

Como quando o mar bate na rocha quem se trama é o mexilhão, esta proposta do «pacto» faz antever dificuldades acrescidas para muita gente, mas não para quem poderia, sem dificuldades de maior,

acrescentar mais uns furos ao cinto. Este é o problema dos pactos. Apresentados como imperativo nacional, dizendo respeito a toda a gente e a todos obrigando, os pactos significam quase sempre uma divisão muito desequilibrada dos sacrifícios.

Veja-se o caso do IVA, que o Governo admite agravar. Incidindo sobre bens de consumo, incluindo os de primeira necessidade, o imposto afecta de imediato toda a gente... mas de forma desigual. Quem tem altos rendimentos «sofre» o mesmo aumento de quem conta os euros até ao fim do mês. Já a tributação de mais-valias, que só alguns têm - os que têm muito -, são poupadas ao aumento de tributação,

não porque sejam insignificantes para as receitas do Estado mas porque os senhores do capital reagem mal quando coagidos a contribuir para o bem comum.

PSD e PP, que durante a campanha eleitoral prometeram a multiplicação dos pães, mal entraram nos gabinetes governamentais logo adoptaram a velha receita de cortar no social e aumentar no fiscal. Como não há duas sem três, na calha estão mais uma vez as privatizações, incluindo de sectores de forte impacto público como a Saúde e a Segurança Social, que em nome da eficácia e racionalização dos serviços vão deixar a população de menores rendimentos ainda mais desprotegida.

O pacto dito nacional não é ainda a reforma exigida pelo capital, mas para lá caminha. Num país onde a esmagadora maioria das empresas apresenta prejuízos para fugir ao fisco, a prometida redução dos impostos (IRC, imposto sobre os lucros) continua na ordem do dia, embora adiada até 2004. Entre privatizações, despedimentos, cortes nas áreas sociais e mais impostos para quem trabalha por conta de outrem, o pacto vai ganhando forma, um pouco ao estilo de uns comerem os figos e de a outros rebentar a boca.



Frases

“Desafiando o amigo americano, e tirando partido das suas hesitações e da sua indefinição, Sharon vai fazendo uma retirada à sua maneira deixando atrás de si um rasto de destruição total. Enquanto prossegue a mesma estratégia de terra queimada e corpos esventrados nas outras cidades e campos de refugiados. Estamos à espera das imagens de Jenin.”

(Paulo Cunha e Silva, Diário de Notícias, 15.04.02)

“Sharon é, como tem sido dito, o pior inimigo de Israel. Será que Israel não percebe isso?! Israel e Palestina estão condenados a viver juntos. Só uma pedagogia do outro e da diferença poderá ajudar a uma convivência pacífica. Doutra forma, a Igreja da Natividade transformará-se num cemitério. E a terra prometida será sempre uma terra adiada. Entretanto, não há quem pare a besta!”

(idem, ibidem)

“Aquilo que fazem actualmente o exército israelita e Sharon não só é criminoso como é também suicidário. Porque não há saída para Israel numa guerra deste tipo. É uma guerra de mil anos (...) Assim, de certa forma, Sharon trabalha contra aquilo que foi o objectivo do sionismo, ou seja, estabelecer o Estado de Israel.”

(Dominique Vidal, Diário de Notícias, 14.04.02)

“Estava completamente seguro de que voltaria. Mas nunca pensei que fosse tão depressa!”

(Presidente venezuelano Hugo Chavez, regressado ao poder 48 horas após um golpe contra-revolucionário, Público, 15.04.02)

“Certas organizações apresentam-se com siglas como SPLIU, SEPLEU, SNPL, ASPL, AMPES/Pró Ordem, SIPPEB, SINNAP ou SINDEP. Têm poucos sócios e rara actividade. Escandaloso é que tenham mais dirigentes a tempo inteiro que aquelas que representam dezenas de milhares de professores.”

(Mário Nogueira, ibidem)

“Ao Governo português não resta outro caminho que não seja o de adoptar um sistema de medição da representatividade sindical, como já existe noutros países, designadamente em Espanha, França e Itália. Aí são constituídas as mesas negociais de acordo com a representatividade das organizações.”

(Idem, ibidem)

“A dramatização feita por Durão Barroso em torno da crise financeira e orçamental visa objectivos bem claros: fazer passar a ideia de uma segmentação da legislatura em dois períodos. O primeiro em que se trataria de equilibrar as contas públicas; o segundo para concretizar os projectos de desenvolvimento e progresso, ficando assim encontradas as razões para o não cumprimento no imediato das promessas que engrossaram a demagogia eleitoral do PSD e CDS/PP.”

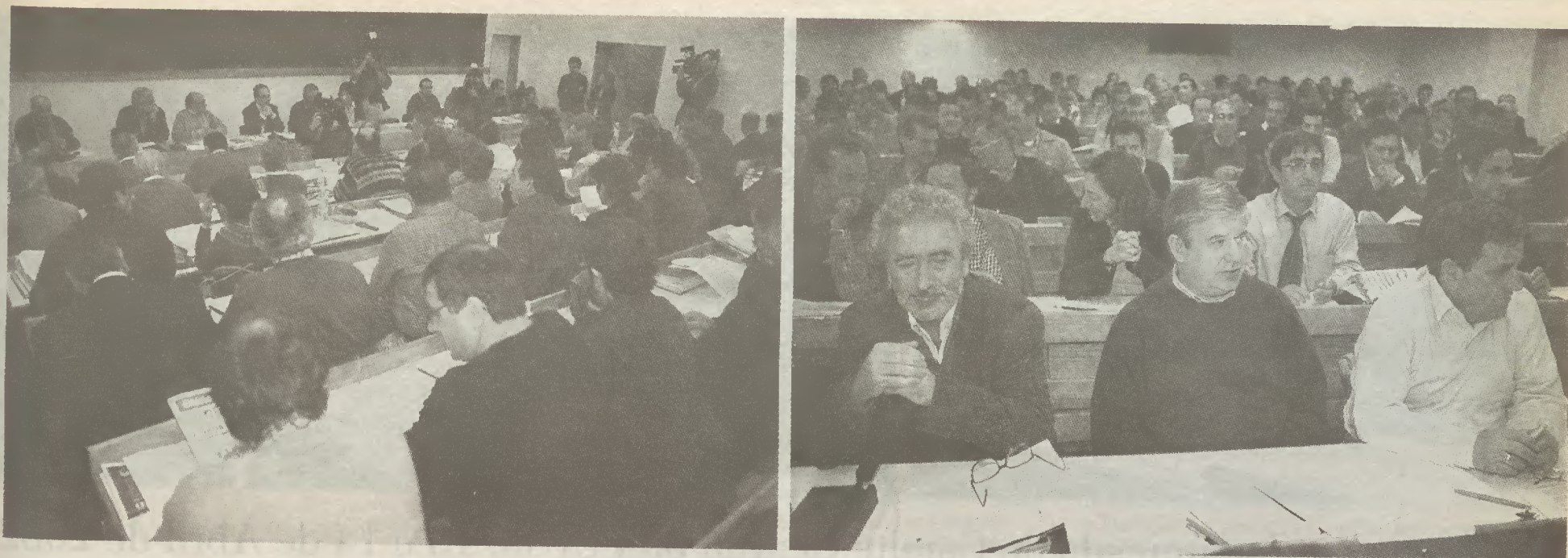
(Carlos Carvalhas, ibidem)

“Por maior cuidado que o novo Governo tenha que ter ao apurar a verdade, não vá a Comissão Europeia impor as penalizações previstas no Pacto de Estabilidade para quem não é capaz de cortar drasticamente na despesa pública, o PSD não resistirá a culpar o PS pelo «buraco», quanto mais não seja para legitimar os cortes aos olhos da opinião pública.”

(Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 12.04.02)

“As ligações perigosas entre políticos e empresários, a especulação desenfreada e o negociismo infrene são fontes de sucesso e causam hoje mais fascínio do que repulsa no eleitorado. Silvio Berlusconi é o exemplo mais flagrante. Resta saber como, até onde e até quando poderá o Estado de Direito democrático resistir a tão perigosa promiscuidade.”

(Alfredo Barroso, Expresso, 13.04.02)



Reunião do Comité Central marca Conferência Nacional para 22 de Junho

O Comité Central do Partido Comunista Português reuniu nos passados dias 13 e 14 de Abril, tendo aprovado três documentos – o Comunicado, de análise da situação política e de questões partidárias; o Regulamento para debate no Partido e eleição dos delegados à Conferência Nacional a realizar em 22 de Junho e uma Nota de Trabalho para apoio ao debate da Conferência Nacional. Publicamos na íntegra os três documentos aprovados.

Comunicado do Comité Central do PCP de 13 e 14 de Abril de 2002

O Comité Central do PCP analisou o novo quadro político decorrente das eleições legislativas e da formação do Governo do PSD e do CDS-PP.

A constituição e a estrutura do Governo conjugadas com as primeiras declarações dos novos governantes permitem já antever com clareza alguns dos traços fundamentais da política de direita e confirma as preocupações oportunamente manifestadas pelo PCP face aos resultados eleitorais e suas consequências para o povo português e para o país.

Apesar de ainda não ser conhecido o Programa do Governo, que estará em apreciação na Assembleia da República na próxima semana, é já visível a intenção de prosseguir com uma política orçamental fortemente restritiva direccionada particularmente contra os salários dos trabalhadores da Administração Pública (mas com a óbvia consequência de procurar condicionar os aumentos salariais no restante sector público e no sector privado) e para cortes em despesas sociais impondo novas perdas de poder de compra e pesados sacrifícios que atingirão as camadas

mais desfavorecidas. Simultaneamente, surge com mais visibilidade a intenção de acelerar e agravar as privatizações tanto no sector público como nos serviços públicos e funções sociais do Estado particularmente nas áreas da Saúde, da Segurança Social, do Ambiente e Saneamento, dos Transportes.

A dramatização feita por Durão Barroso na tomada de posse do Governo em torno da “crise financeira e orçamental”, tornada “a questão central da governação”, visa objetivos bem claros: fazer passar a ideia da necessária segmentação da legislatura em dois períodos. O primeiro até 2004, em que se trataria de equilibrar das contas públicas; o segundo até 2006, ano de novas eleições, para concretizar “o projecto de desenvolvimento e progresso”, ficando assim encontradas as razões para não cumprimento, no imediato, das promessas que engrossaram a demagogia eleitoral do PSD e CDS/PP atirando-as para as calendas, para quando já ninguém se lembrar. Simultaneamente, a dimensão dramatizada da «crise» destina-se a criar um ambiente psicológico e uma opinião pública que preparem e facilitem

a aceitação passiva por parte dos trabalhadores e camadas de baixos recursos de medidas impopulares e pesados sacrifícios que também não deixariam de atingir sectores das camadas intermédias, e designadamente os micro, pequenos e médios empresários. Medidas que, no contexto dos desequilíbrios económicos que o País atravessa, sejam a contrapartida à manutenção e, se possível, à expansão dos lucros e rendimentos dos grandes grupos económicos e financeiros.

O Comité Central considera que seria ilusório esperar que contradições e dissenções entre o PSD e o CDS-PP, só por si, sejam obstáculos ou limitem temporalmente a existência do Governo e a execução da sua política de direita, num quadro em que seguramente os grandes grupos económicos, financeiros e seguradores exigirão ver satisfeitos os seus objetivos claramente manifestados antes das eleições legislativas.

Um seguro indício de que serão satisfeitas as suas pretensões foi a significativa presença ao mais elevado nível da alta finança (BES, BCP, etc.) no acto da tomada de posse do

Governo, e sua representação directa no novo Executivo. Quando se vê, e apenas como referência aos casos mais visíveis, na Pasta da Saúde um quadro destacado do Grupo Mello para os negócios da saúde, no Ministério do Trabalho e da Segurança Social o representante dos interesses e pontos de vista das seguradoras na elaboração do Livro Branco da Segurança Social, e na Secretaria de Estado do Ordenamento do Território o advogado de uma das maiores empresas portuguesas de construção, bem se pode

Informação sobre demissões no Comité Central

Na conferência de imprensa realizada no domingo, o Secretário-geral divulgou a seguinte informação:

«Com fundamento em comportamentos e atitudes públicas assumidas por Carlos Luís Figueira, de clara infração às regras e princípios estatutários e tendo em conta o seu desrespeito, enquanto membro do Comité Central, dos deveres de lealdade para com os membros deste órgão e com as suas decisões democraticamente tomadas, foi apresentada pelos organismos executivos a pro-

posta de aplicação àquele membro do Comité Central de uma censura nos termos do artigo 64.º dos Estatutos.

«Antes de concluído o debate e de ter sido feita qualquer votação, Carlos Luís Figueira apresentou a sua demissão imediata do Comité Central.

«Também com fundamento em discordância com aquela proposta e também antes de concluído o debate, apresentaram a sua demissão do Comité Central, Domingos Lopes e Bernardina Sebastião.»





Comunicado do Comité Central do PCP de 13 e 14 de Abril de 2002

dizer que os grupos de interesses, que Durão Barroso promete combater, assentaram arraiais no Governo.

O Comité Central do PCP sublinha que as orientações do Governo favoráveis ao grande capital com forte incidência nas áreas económicas e sociais terão o seu mais firme combate e oposição em todos os planos da sua intervenção política com a convicção de que encontrarão na resistência e na luta a expressão do descontentamento social que inevitavelmente produzirão.

Mantendo-se válidas e actuais as causas, valores e propostas do PCP expressas na batalha eleitoral das legislativas, o Comité Central valoriza a apresentação feita pelo Grupo Parlamentar de importantes projectos de lei e iniciativas sobre o aumento do salário mínimo nacional e a actualização das pensões mínimas de invalidez e velhice, a redução progressiva do horário normal de trabalho para as 35 horas, a tributação das mais-valias nos impostos, a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, a criação de Autoridades Metropolitanas de transportes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e a proposta de agendamento de um debate de urgência "sobre a situação no Médio Oriente".

Entretanto, a par do previsível desenvolvimento da política de direita, mantêm-se e agravam-se os problemas sociais, sendo de destacar as ameaças que decorrem para os postos de trabalho de milhares de trabalhadores, designadamente nos Estabelecimentos das Forças Armadas, em empresas têxteis e dos lanifícios e os bloqueios patronais nas negociações salariais.

A decisão dos trabalhadores de diversos sectores de encetar a luta na defesa dos seus direitos e dos seus salários, designadamente em sectores e empresas das Indústrias e Energia Eléctricas, Seguradoras, Têxteis e Vestuário, Hotelaria e Alimentar, no sector Ferroviário, Rodoviário e Fluvial e nos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, demonstra que há condições para o seu desenvolvimento.

2 O Comité Central sublinha a importância e o significado das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Vinte e oito anos passados sobre a data histórica que pôs fim ao fascismo, instituiu a liberdade e a democracia e proporcionou aos trabalhadores e ao povo conquistas políticas, económicas, sociais e culturais de relevante alcance — muitas das quais, entretanto destruídas, no todo ou em parte, pela política de direita — os ideais e os valores de Abril permanecem actuais e constituem componentes essenciais da política de esquerda de que Portugal e os portugueses necessitam.

Na situação actual, em que sobre os direitos e interesses dos trabalhadores, do povo e do país pesam novas ameaças, a necessidade da continuação e intensificação da luta dos trabalhadores e de todos os que são atingidos pela política de direita, emerge como questão fundamental.

O Comité Central apela a todos os militantes comunistas, aos trabalhadores em geral, aos homens, mulheres e jovens que se identificam com os valores de Abril e persistem na luta por uma política de esquerda para que participem nas manifestações que, por todo o País, assinalarão o 25 de Abril e considera que no actual contexto político e social as comemorações do 1.º de Maio convocadas e organizadas pela CGTP-IN assumem uma grande importância, apelando igualmente aos militantes e organizações do Partido para o seu empenhamento, mobilização e participação transformando-as numa grande afirmação em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores portugueses, do progresso e da justiça social.

3 O Comité Central sublinhou a gravidade extrema da situação no Médio Oriente e a urgente necessidade de obrigar o governo de Israel/Sharon a pôr termo à sua criminoso ofensiva contra o povo palestino que, na sua própria terra, está a ser vítima da mais brutal e desumana per-

seguição. É necessário e urgente forçar o governo israelita a respeitar os direitos humanos e a legalidade internacional, a pôr termo à utilização de métodos de ocupação, repressão e extermínio, a acabar com a brutal ofensiva contra a Autoridade Nacional Palestiniana e o intolerável cerco ao presidente Yasser Arafat, a retirar de todas as povoações e territórios ilegalmente ocupados, a conformar-se com as resoluções da ONU.

O Comité Central reitera o firme apoio dos comunistas portugueses à justa causa nacional do povo palestino e à sua heróica luta, dirigida pela OLP, contra o ocupante israelita e pela instauração do seu próprio Estado independente e soberano com capital em Jerusalém-Leste. O PCP fará tudo o que estiver ao seu alcance, tanto ao nível de mobilização popular como nas instituições, para parar a agressão israelita tendo já apresentado uma proposta de um debate de urgência na Assembleia da República sobre esta matéria.

O Comité Central considera necessário que, pondo definitivamente fim a hesitações e ambiguidades, o Governo português, de acordo aliás com a Constituição Portuguesa que explicitamente condena o colonialismo e o imperialismo, tome medidas políticas e diplomáticas que pressionem Israel a parar com os seus crimes e a respeitar a legalidade internacional. Considera também necessário que a União Europeia, ao contrário do que uma vez mais ocorreu na reunião "quadripartida" de Madrid com Colin Powell, acabe com a humilhante sujeição aos EUA e, nomeadamente, suspenda o acordo de associação com Israel, como defende uma resolução recente do Parlamento Europeu.

O Comité Central alerta o povo português para os perigos de alastramento do conflito no Médio Oriente, tanto mais que os EUA não escondem as suas ambições de domínio da região e proclamam novos projectos de agressão e guerra contra o Iraque e outros países. Uma paz justa e duradoura no Médio Oriente só será possível com o respeito e a garantia dos direitos nacionais do povo palestino, com a aplicação das resoluções 242 e 338 e outras resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU.

Valorizando as iniciativas, concentrações e manifestações de solidariedade que têm tido lugar em Portugal, o CC do PCP apela aos trabalhadores, à juventude, ao povo português, a todos os democratas e defensores da paz para prosseguirem e intensificarem o movimento de solidariedade com o povo palestino assim como com todas as forças de paz que em Israel erguem a sua voz e para que seja posto imediato termo à revoltante escalada de agressão do governo israelita.

O Comité Central salienta também o grande significado e importância dos recentes acordos de paz alcançados em Angola, saída o MPLA e o povo angolano, ao qual deseja os melhores sucessos no caminho da consolidação da paz, da reconstrução nacional e do desenvolvimento.

O Comité Central condena firmemente a tentativa de golpe de Estado na Venezuela contra o governo legítimo do presidente Hugo Chávez e expressa a solidariedade dos comunistas portugueses ao povo, aos patriotas e revolucionários venezuelanos na sua luta contra a reacção interna e as ingerências do imperialismo e por uma Venezuela livre, independente e progressista.

4 O Comité Central, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos, convoca em definitivo para 22 de Junho a Conferência Nacional sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido e sublinha a importância central desta iniciativa no actual momento da vida do Partido como espaço e processo de debate democrático entre os militantes e de aprofundamento de conclusões que permitam enfrentar com êxito os desafios que estão colocados ao PCP.

Exercendo as suas competências estatutárias, o Comité Central debateu e aprovou o regulamento da fase preparatória da Conferência, abrangendo designadamente as prin-

cipais questões relativas ao debate nas organizações e à eleição de delegados.

Com a finalidade de apoiar o período inicial de debate, o Comité Central aprovou também, na generalidade, uma Nota de Trabalho que, a título meramente indicativo e sem nenhum prejuízo para a integral liberdade de opinião dos militantes, elenca um conjunto de temas e questões que considera úteis para a reflexão individual e colectiva no quadro da preparação da Conferência Nacional.

Na sua próxima reunião de 11 de Maio, e tendo em conta indicações e contribuições que resultem do período inicial de debate, o Comité Central deverá aprovar um projecto de Resolução da Conferência que será então submetido a debate em todas as organizações do Partido.

O Comité Central aprovou também a realização, inserida no trabalho de preparação da Conferência, de um conjunto de debates temáticos que contribuam para o aprofundamento do conhecimento da realidade nacional e permitam favorecer a mobilização da reflexão de membros do partido sobre importantes temas, tais como a democracia e o regime democrático — participação popular, eleições e comunicação social; aspectos da realidade social portuguesa; os direitos dos trabalhadores e outros direitos sociais; defesa de conquistas civilizacionais e luta por novos direitos; sector público, serviços públicos e funções sociais do Estado; comunicação e luta das ideias — formas e meios de intervenção; o mundo no início do séc. XXI e as novas exigências que coloca à acção dos comunistas.

O Comité Central decidiu ainda que, para além do normal acompanhamento noticioso da preparação da Conferência, o «Avante!» criará — em princípio, a partir da sua edição de 25/4 — um espaço destinado à publicação de textos com opiniões, reflexões e contribuições diversificadas dos militantes em torno do tema da Conferência.

O Comité Central renova o seu vivo apelo para que todos os membros do Partido participem no debate democrático interno que preparará a Conferência, e que importa que seja pautado pela seriedade e respeito mútuo, contribuindo com a sua opinião e reflexão para orientações e decisões à altura das necessidades da intervenção e afirmação do PCP na vida nacional.

5 O Comité Central, no quadro do desenvolvimento das conclusões da sua reunião de 20 de Março, destaca os seguintes aspectos:

— a importância particular que deve ser dada pelas organizações partidárias à intervenção em torno dos problemas dos salários e do poder de compra, do emprego e dos direitos, da segurança social, dos serviços públicos e do serviço nacional de saúde, no plano da acção própria e no estímulo à organização e luta dos trabalhadores e das populações;

— os passos que estão já a ser dados para o reforço da organização partidária, com planificação e calendarização de objectivos e iniciativas e a necessidade de ao mesmo tempo que se prepara a conferência nacional de Junho se avançar na definição do movimento geral para o necessário reforço do Partido aos vários níveis e direcções de trabalho concretizando as orientações do XVI Congresso;

— o prosseguimento do trabalho preparatório do Encontro Nacional sobre a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho marcado para 19 e 20 de Outubro, o desenvolvimento do apoio à realização do VII Congresso da JCP de 2 e 3 de Novembro, o arranque da Conferência Nacional sobre o PCP e o Poder Local marcada para Fevereiro de 2003 e a concentração de energias para assegurar o êxito da Festa do Avante nos dias 6, 7 e 8 de Setembro.

O Comité Central apela a todos os militantes e organizações, para uma acção decidida na resposta e iniciativa sobre os problemas do País e das áreas em que actuam, para uma intervenção determinada e confiante na concretização das tarefas e iniciativas previstas para o reforço do Partido e da sua intervenção.

Regulamento para debate no Partido e eleição de delegados à Conferência Nacional a realizar em 22 de Junho

Normas gerais

Em conformidade com as competências que lhe são conferidas pelos Estatutos, o Comité Central convoca para o dia 22 de Junho, uma Conferência Nacional para a qual fixa a seguinte Ordem de Trabalhos: "O novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido".

O presente regulamento estabelece as normas a observar pelas Organizações e membros do Partido na preparação da Conferência Nacional, na eleição dos delegados, nos debates preparatórios e no debate dos documentos propostos pelo Comité Central para apreciação e decisão final da Conferência Nacional.

Os trabalhos preparatórios da Conferência Nacional iniciar-

se-ão a partir da reunião do Comité Central de 13 e 14 de Abril e prolongar-se-ão até 14 de Junho. Primeiramente os trabalhos preparatórios deverão ter como objectivo alcançar a mais ampla discussão e audição das Organizações e dos militantes sobre as matérias em discussão e a recolha dos seus contributos, seguindo-se posteriormente a discussão em todas as organizações dos documentos que serão submetidos pelo Comité Central à apreciação e decisão final da Conferência Nacional. As propostas de emenda do Projecto de Resolução da Conferência Nacional devem ser enviadas até ao dia 14 de Junho. A realização das assembleias plenárias para eleição dos delegados à Conferência, terão como data-limite o dia 16 de Junho.

Assembleias Plenárias

1. A realização de assembleias plenárias para debate dos documentos e eleição dos delegados será feita por convocação dos organismos de direcção respectivos, os quais assumem a direcção dos trabalhos.

2. Os organismos de responsabilidade superior devem tomar as medidas necessárias para convocar e garantir a realização das assembleias plenárias das organizações quando tiverem conhecimento de que os respectivos organismo de direcção não o fizeram.

3. Participam nos trabalhos e decisões das assembleias plenárias os membros do Partido das respectivas organizações.

4. Nos casos de membros do Partido que pertencem a mais de uma organização, considera-se para o efeito no dis-

posto no número 3 a organização onde normalmente pagam a sua quotização.

5. Podem participar nos trabalhos das assembleias plenárias, sem direito a voto, excepto no que refere o número 14 deste regulamento, os responsáveis por essas organizações, que delas não fazem parte. Podem igualmente participar nas assembleias plenárias, sem direito a voto, os membros de organismos de responsabilidade superior, quando para isso tenham sido convidados.

6. As assembleias plenárias que incluam nos seus objectivos a eleição de delegados, deverão ser convocadas com a antecedência mínima de 8 dias. As convocatórias devem explicitar obrigatoriamente o objectivos da reunião.

II

Delegados

7. A Conferência Nacional será constituída por delegados(as) eleitos(as) directamente pelas assembleias plenárias e por delegados por inerência.

8. Os delegados eleitos directamente pelas organizações serão na proporção de 1 delegado por 150 membros do Partido.

9. O número de delegados a eleger pelas organizações regionais, de acordo com o ponto anterior, deverá ser distribuído tendo em conta as diversas organizações que as compõem.

10. As organizações nas quais esteja inscrito um número inferior a 150 membros do Partido, mas superior a 75, poderão eleger na respectiva assembleia plenária um (1) delegado desde que não seja ultrapassada em mais de 10% a proporção de 1 delegado por 150 membros do Partido inscritos no conjunto da organização regional respectiva.

11. Nos casos das organizações nas quais esteja inscrito um número de membros do Partido inferior a 150, os organismos de responsabilidade imediatamente superior, no sentido de procurar garantir a todos os membros do Partido o direito de elegerem e serem eleitos como delegados à Conferência Nacional, podem convocar assembleias plenárias agrupando diferentes organizações respeitando a proporção de um (1) delegado por 150 membros do Partido inscritos.

12. Os membros do Partido participantes nas assembleias plenárias poderão propor candidatos a delegados a eleger. Os organismos que convoquem as assembleias plenárias para a eleição de delegados, poderão propor candidatos a delegados a eleger. O número de delegados a eleger como efectivos deverá ser acrescido de um número igual de candidatos a

delegados suplentes, que, por ordem de eleição, ocuparão na Conferência Nacional o lugar de delegados efectivos que eventualmente venham a estar impossibilitados de participar na Conferência.

13. Os delegados, excepto nos casos em que se torne necessário juntar diversas organizações, ou para aplicação do disposto no ponto número 14 deste regulamento, devem ser eleitos em assembleias plenárias das organizações a que pertencem. Nenhum membro do Partido poderá votar ou ser candidato a delegado (efectivo ou suplente) em mais de uma assembleia plenária.

14. Os membros do Partido têm o direito de eleger e ser eleitos nas assembleias plenárias das respectivas organizações. Nas assembleias plenárias poderão ainda eleger e ser eleitos como delegados membros do Partido que desempenhem em relação à organização respectiva funções directas de responsabilidade, embora a ela não pertençam.

15. As votações para a eleição de delegados poderão realizar-se de braço no ar ou por voto secreto, segundo decisão da assembleia plenária adoptada por maioria.

16. Os participantes nas assembleias plenárias convocadas para a eleição de delegados que considerem que não foi assegurada a democraticidade na eleição, em conformidade com as normas estabelecidas no presente regulamento, podem apelar para o organismo de responsabilidade superior da respectiva organização, o qual deverá, em tempo útil, apreciar o fundamento das reclamações e rectificar as irregularidades, caso se tenham verificado.

III

Delegados por inerência

17. São delegados por inerência os membros do Comité Central, os membros do Partido na Direcção Nacional da JCP. Poderão sê-lo ainda outros membros do Partido em número não superior a 2% do total de

delegados à Conferência, aos quais o Comité Central, entenda dever atribuir essa qualidade, tendo em conta a natureza das tarefas partidárias que desempenham.

IV

Primeira Sessão

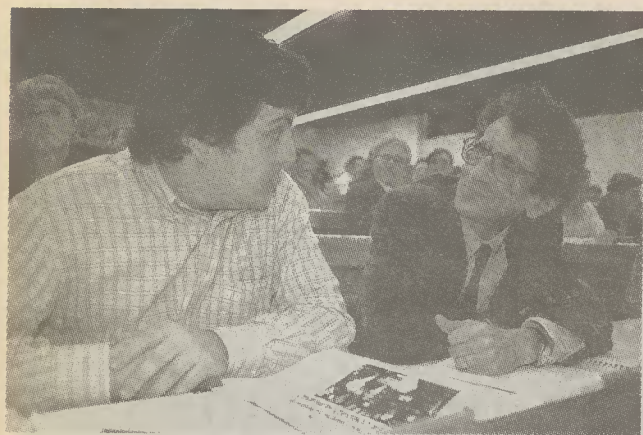
18. É obrigatório a apresentação do cartão de delegado e do cartão do Partido actualizado para a entrada no recinto reservado aos delegados.

19. A Conferência Nacional funciona estando presente a maioria dos delegados.

20. A Mesa, a quem caberá a responsabilidade de dar início aos trabalhos da Conferência Nacional, será constituída pelo Secretário-geral e membros dos organismos executivos do Comité Central.

14 de Abril de 2002

O Comité Central do Partido Comunista Português



Nota de Trabalho para apoio ao debate da Conferência Nacional

Sem prejuízo da posterior apresentação de um projecto de Resolução da Conferência Nacional que deverá ser objecto de debate a partir de 11 de Maio e com vista a apoiar desde já o desenvolvimento do debate nas organizações do Partido com vista à Conferência, o Comité Central indica, a título exemplificativo e sem em nada colidir com a liberdade de opinião dos membros do Partido nas reuniões em que participem, um conjunto de questões cuja abordagem e aprofundamento julga úteis e necessários de acordo com o tema da Conferência e com os seus objectivos.

A situação política económica e social e os problemas que coloca ao futuro de Portugal. O actual contexto europeu e internacional. A política de direita e o agravamento dos problemas nacionais a que conduziu. A reforçada necessidade de uma ruptura com o rumo de agravamento dos problemas nacionais e da adopção de uma política alternativa.

O significado do regresso da direita ao governo e questões e problemas que possam ter determinado o seu êxito eleitoral. Os governos PS e a sua responsabilidade na actual situação nacional e na abertura de espaço político aos partidos de direita.

O novo quadro político com maioria parlamentar do PSD e do CDS/PP e o governo formado a partir dessa maioria. Principais linhas – imediatas e mediatas – da ofensiva da política da direita (instrumentalização e dramatização da situação das finanças públicas para a contenção salarial e o ataque ao poder de compra, direitos dos trabalhadores, privatizações, serviços públicos, segurança social, saúde, regime democrático).

Linhas, objectivos prioritários e formas de intervenção face ao agravamento da política de direita conduzida pelo PSD e CDS/PP. A ofensiva da direita, resistência e luta de

massas, acção por objectivos concretos e afirmação da política alternativa necessária ao país. O fortalecimento dos movimentos de massas e a ampliação da sua intervenção. Iniciativas cívicas.

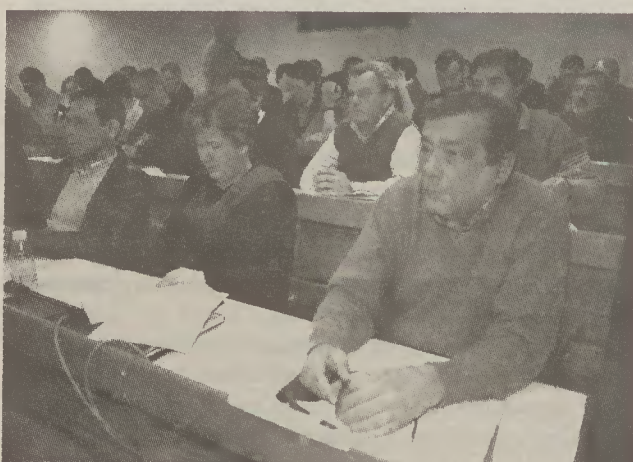
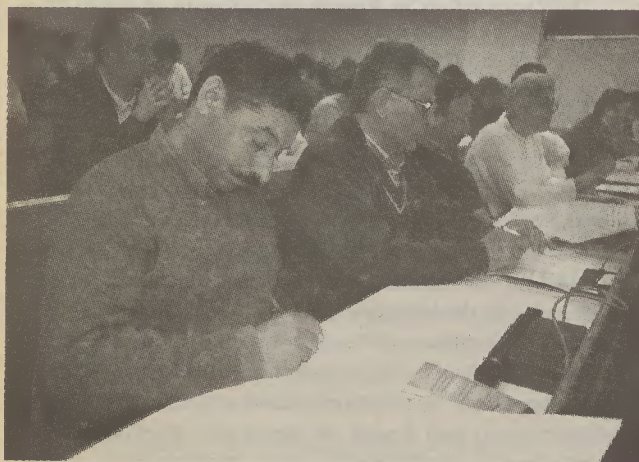
Provável orientação e atitudes das forças da oposição, diferenciação e convergência, reforço da acção e afirmação própria do Partido e convergência com outras forças democráticas.

A intervenção, acção e orientação política do PCP designadamente no último ano. Causas, factores e elementos de reflexão em torno das quebras de influência eleitoral e designadamente do resultado de 17 de Março. Influência política e social do Partido. A comunicação social e a sua influência nos comportamentos, na acção política e nas opções eleitorais. Linhas de falsificação sobre a orientação, actividade e posicionamento do Partido.

Novas exigências no plano da iniciativa e intervenção do PCP. Reforço da intervenção e iniciativa própria do Partido no plano nacional e das organizações e organismos partidários aos vários níveis, ideias e projectos de acção. Informação e comunicação do Partido e reforço da sua ligação com os trabalhadores, a juventude, outras camadas sociais atingidas pela política de direita e a população em geral.

As exigências acrescidas que o novo quadro político coloca ao estilo de trabalho, à informação, à coesão do Partido, ao aprofundamento da democracia interna, à mobilização de energias e capacidades do colectivo partidário, à participação dos militantes e ao papel de cada membro do Partido para a iniciativa e acção partidária e como esclarecedor, organizador e dinamizador na luta contra a ofensiva da direita, por objectivos concretos, pela afirmação de uma política alternativa e por uma forte e audaciosa intervenção do Partido na sociedade portuguesa.

14 de Abril de 2002



Tribuna da Conferência

Conforme decisão do Comité Central, e para além do acompanhamento noticioso sobre a preparação da Conferência Nacional, o «Avante!» passará a integrar, a partir da sua próxima edição, um espaço destinado à publicação de textos com opiniões, reflexões e contribuições diversificadas dos militantes em torno do tema da Conferência.

Apela-se para que a intervenção dos militantes nesse espaço se pautar pela serenidade, respeito recíproco e profundo empenho em contribuir, num quadro de debates de ideias, para o estudo e reflexão sobre as questões, problemas e temas relacionados com os objectivos da Conferência.

Em termos de dimensão, os textos enviados pelos militantes para publicação deverão ser individuais e não poderão exceder os 4000 caracteres (espaços incluídos) - devendo ser sempre acompanhados do número de membro do Partido do seu autor.

A Redacção do «Avante!» não poderá responsabilizar-se pelo encurtamento de textos ainda que com consulta aos autores, pelo que será a estes que incumbirá proceder às adaptações de dimensão quando, eventualmente, os textos enviados ultrapassem os referidos 4000 caracteres.

Quando e se o considerar necessário, a Redacção do «Avante!» assegurará respostas ou comentários aos textos enviados.

De toda a correspondência que contenha propostas ou sugestões sobre os temas da Conferência, será enviada cópia para a Comissão de Redacção.

A correspondência deve ser enviada para: Redacção do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600-196 - Lisboa; E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt ou Fax 217817193.

Açores Preparar VIII Congresso

Na sequência da reunião que levou a efeito, no passado dia 6 de Abril, a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP convocou, para os próximos dias 26 e 27 de Outubro, o VIII Congresso Regional do PCP, decidindo iniciar desde já um amplo debate interno em todas as ilhas, com vista à sua preparação.

De acordo com as várias decisões tomadas, a DORAA vai defender medidas concretas a tomar pelo novo Governo da República, no que respeita aos Açores, nas áreas das Finanças, dos Serviços Periféricos, das Forças Armadas e da transferência de competências e, ainda, que um processo de nomeação de um novo ministro da República, «respeite a prática anterior de escolher personalidade não proveniente dos quadros dirigentes dos partidos governantes».

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP/Açores interpelou, na semana passada, o

Governo Regional sobre o estado de conservação do Castelo de São Sebastião, importante edificação, de interesse regional, que resta do antigo sistema de defesa da então Vila da Horta.

Situado na freguesia das Angústias, o Castelo de São Sebastião configura o tipo de construção militar de artilharia costeira dos séculos XVI e XVII que, na opinião dos comunistas, merece ser preservada.

Apesar da intervenção que, nos anos 50, foi feita nas muralhas e, mais tarde, no interior, o Castelo apresenta sinais de degradação, como seja uma guarita destruída.

O PCP quer saber junto do Governo Regional, por um lado, se está a par da existência da guarita destruída; por outro, se já encontrou algum projecto a arquitectos especialistas na área e que medidas pensa implementar para repor a guarita e garantir a preservação da muralha.

Óbidos Mobilização e participação

No passado dia 5, a Comissão Concelhia de Óbidos do PCP reuniu em Á-dos-Negros para discutir a situação política e social do País e preparar a intervenção política do Partido no concelho.

No âmbito da discussão, que contou com a participação de Vítor Fernandes e Eduardo Costa, os presentes manifestaram a sua concordância com as conclusões da reunião do Comité Central, nomeadamente quanto ao conjunto de iniciativas a realizar. No que respeita à actividade partidária, concluiu-

-se pela promoção de um forte apelo à participação nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, a manutenção regular de reuniões, correndo as principais freguesias do concelho, e a melhoria da articulação entre o levantamento dos problemas locais e a intervenção nos órgãos autárquicos. A reunião concluiu, ainda, pela necessidade de abordar, proximamente, os problemas relacionados com a ligação aos membros do Partido e o seu envolvimento no trabalho.

▼ CAMARADA FALECIDA

Maria Clementina da Conceição Amália

Faleceu, no dia 15 de Abril, com 87 anos de idade, a camarada Maria Clementina da Conceição Amália, natural de Setúbal. Influenciada desde tenra idade pelos ideais republicanos de seu pai, foi muito cedo confrontada com a injustiça e o fascismo. Casada com Salvador Pereira Amália, operário metalúrgico e seu companheiro de toda a vida, seguiu-o no caminho difícil de defesa de um mundo melhor e de justiça. Aderiu ao PCP quando da reorganização de 1940/41, ingressou em 1943, com o seu companheiro, na luta clandestina. Em 1945, ela e Salvador Amália montam na Damaia a sua primeira instalação clandestina mas, após a prisão do seu companheiro, regressa a Setúbal. Em 1948, com o companheiro já em liberdade, voltam à actividade clandestina, no Algarve, onde se mantiveram até 1952, ano em que passa a fazer parte da tipografia clandestina do jornal «Avante!», tarefa em que se manteve durante seis anos com a maior dedicação. Em 1958, regressa à vida legal e à sua terra natal, onde é presa duas vezes pela PIDE, negando-se sempre a dar à polícia qualquer elemento que prejudicasse o Partido e a luta antifascista. Membro da URAP desde a sua fundação, em 1974, Maria Clementina afirmou-se sempre como uma resistente antifascista de grande coragem, seriedade e honradez.



Aos familiares e amigos da comunista falecida, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

SANTIAGO DO CACÉM Degradação no IP8/IC33

A Comissão Concelhia de Santiago do Cacém do PCP considera «inaceitável» o esquecimento a que os governos do PSD e do PS votaram o IP8/IC33, via essencial ao desenvolvimento do concelho e do Litoral Alentejano, que hoje se encontra numa situação «calamitosa».

A degradação do pavimento do IP8/IC33 é de tal ordem, diz o PCP, que não só «se lhe podem atribuir avultados prejuízos económicos e materiais» nas viaturas que por lá circulam como a responsabilidade por inúmeros acidentes que aí se verificam e de que têm resultado feridos graves e mesmo mortes.

Trata-se, porém, de um problema que, para os comunistas, não se resolve com «tapar alguns buracos» ou colocar sinalização avisando a sua existência. Ele exige a tomada de medidas de fundo, de forma a resolver todos os problemas de circulação, sejam eles dos pavimentos, de sinalização e/ou de traçado, até porque a evolução das obras de Sines e o desenvolvimento da zona circundante vai, seguramente, fazer aumentar o volume de tráfego, sobretudo de veículos pesados.

CRATO Cumprir compromissos

Por sua vez, o Secretariado da Comissão Concelhia do Crato do PCP, por deliberação tomada em reunião recentemente efectuada, promoveu na sexta-feira passada, uma reunião plenária da Comissão Concelhia, convocando para a próxima quarta-feira um plenário de militantes do concelho e, para o dia 28 de Abril, um encontro de eleitos e activistas da CDU. A Concelhia do PCP aproveitou, ainda, para alertar os munícipes do Crato para «as manobras dilatórias» dos eleitos do PS na Câmara Municipal, no sentido de a mesma possuir um orçamento para 2002 que «lhe permite satisfazer todos os compromissos a que está obrigada». E termina reafirmando os propósitos dos eleitos da CDU, de continuarem «persistentemente» a defender os interesses de todos, «na perspectiva do desenvolvimento do Crato».

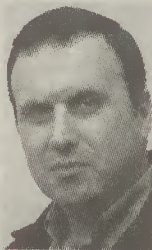
SEIXAL Preparar Assembleia

Os trabalhadores comunistas da Câmara Municipal do Seixal começaram já a preparar a sua IX Assembleia de Organização, marcada para o dia 2 de Junho na S.F.D. Timbre Seixalense. Assim, com vista à preparação da IX Assembleia, que decorrerá sob o lema «Uma organização coesa e activa», os comunistas da autarquia do Seixal têm vindo a realizar reuniões de núcleos, cujo objectivo é ouvir a opinião dos militantes, não apenas sobre os resultados eleitorais mas também sobre a actual situação política e a sua disponibilidade para assumirem mais tarefas no âmbito da célula. Entretanto, já foram constituídas diversas comissões - de Organização, de Redacção, de Propaganda, Técnica e de Informação -, e estão em andamento iniciativas várias no sentido de auscultar individual e colectivamente os militantes com vista à elaboração dos documentos que serão presentes à Assembleia.



Debater, intervir, lutar!

Em raros momentos o Partido foi sujeito a uma ofensiva tão forte como aquela que tem vindo a verificar-se e que se insere na acção de sempre contra os partidos comunistas e as forças revolucionárias do mundo, reforçada nesta época em que o imperialismo tudo faz para consolidar e eternizar a sua hegemonia e na acção daqueles que no nosso país não toleram que possa haver um partido que não se submeta aos valores dominantes.



Francisco Lopes
Membro da Comissão Política

O projecto ideal para os senhores do mundo, para os grupos económicos e financeiros é um sistema político em que não haja alternativa, em que tenham garantido que as forças que se revezam no poder defendam sempre os seus interesses.

Os que comandam a actividade fraccionista apostam no «quanto pior melhor»

Daí que não espantem os esforços para enfraquecer e destruir o PCP, coadjuvados nos últimos tempos pela preciosa ajuda de alguns membros do Partido que, invocando preocupações com a influência partidária, instrumentalizando as inquietações de muitos comunistas com os resultados das eleições, relançaram uma vasta acção contra o Partido.

De facto não se pode confundir as legítimas preocupações com os resultados eleitorais e outros aspectos da intervenção partidária - que, num dado momento, podem ter conduzido este ou aquele membro do Partido para uma forma de actuar menos correcta - com as motivações dos principais promotores da acção em curso, que actuam conscientemente, tentando aproveitar a insatisfação de mem-

bro do Partido com não importa que aspectos da vida partidária, para alargar uma acção que visa atingir bases essenciais em que assenta a força do PCP. Deturpam as posições do PCP, branqueando o PS e favorecendo objectivamente a direita, promovem a

degradação da imagem pública do Partido e desenvolvem uma actividade desagregadora do funcionamento e da organização partidária que, a vingar, poria em causa todo o funcionamento do Partido.

Pode perguntar-se: alguém que estivesse preocupado com os resultados eleitorais da CDU actuaria para branquear a política do PS e responsabilizar o PCP pelas opções de direita do Governo PS? Alguém que quisesse contribuir para o fortalecimento eleitoral do PCP substituiria o apelo ao voto na CDU por formulações orientando para todas as opções menos essa?

Pode também perguntar-se: alguém que queira um PCP mais influente opta por dar força às campanhas de décadas para deturpar o que é o PCP e o seu funcionamento e degradar a sua imagem pública? Alguém que estivesse preocupado com o fortalecimento do PCP faria da sua intervenção pública uma sistemática acção de calúnia e ataque ao Partido com insultos que foram ao ponto de considerar a direcção do Partido... «algo terrorista»?

Pode ainda perguntar-se: alguém que queira verdadeiramente um PCP mais forte - cujo papel no novo quadro político com o governo PSD/CDS-PP é ainda mais necessário - poderá continuar a municiar a campanha contra o Partido e a promover acções

desagregadoras da organização partidária, invocando os mais diversos pretextos, para mais quando está aberto um espaço de debate no âmbito da preparação da Conferência Nacional do Partido?

É claro que não. Mas é isto que alguns dos principais protagonistas desta acção fazem. Aqueles que comandam a actividade fraccionista apostam no «quanto pior melhor», dizem estar preocupados com o Partido e os resultados eleitorais mas os seus comportamentos e acções não só não contribuem para resolver qualquer problema como criaram e criam novos problemas ao Partido, à sua intervenção e influência.

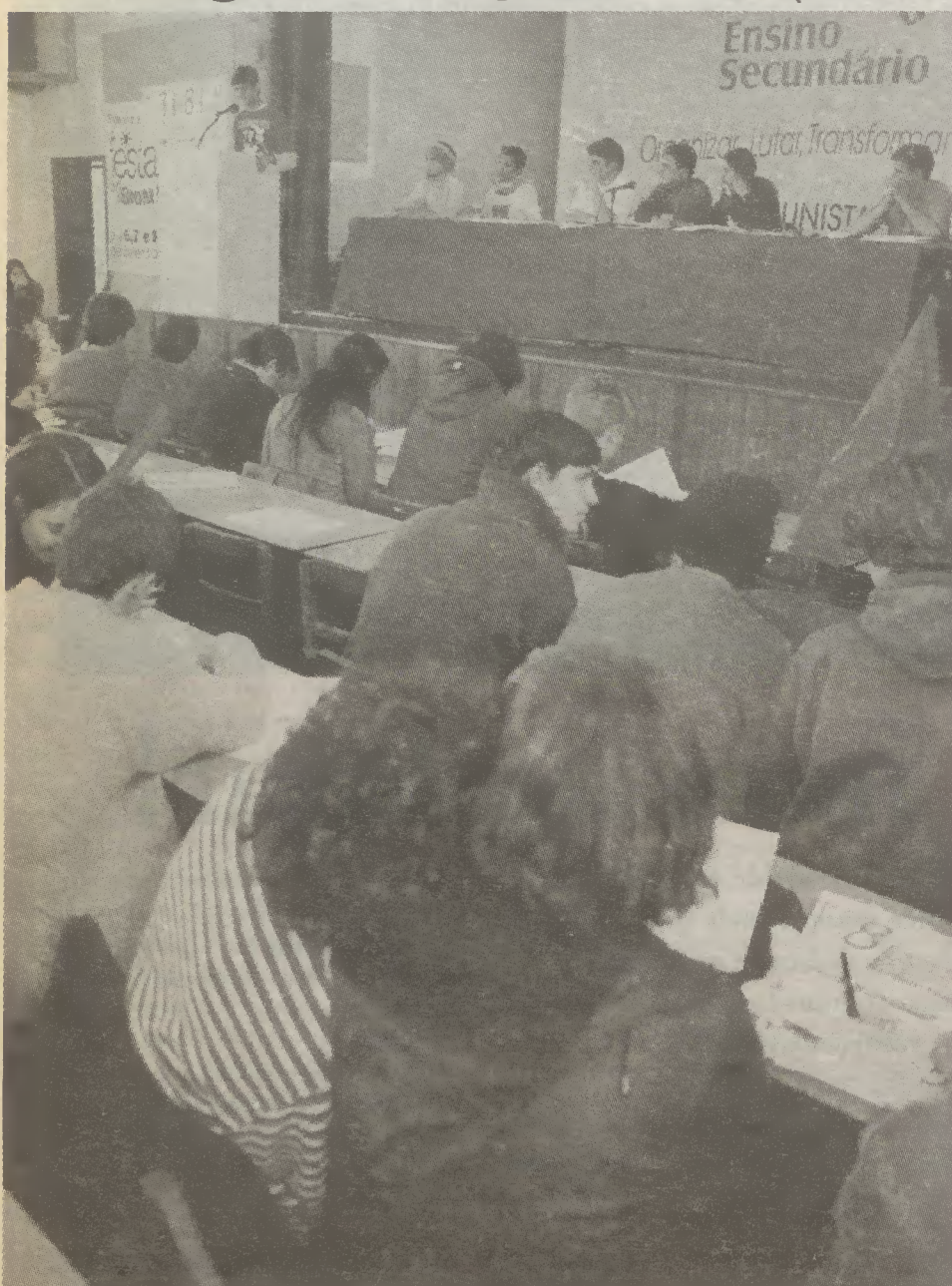
Há condições

Só há um caminho para fortalecer o Partido: o da contribuição de todos os seus membros no quadro do funcionamento democrático decidido de forma inequívoca pelo colectivo partidário. Estão criadas todas as condições para a participação dos membros do Partido num amplo debate, tendo particular importância a chamada de atenção do Comité Central na sua última reunião para que «quem opte por se excluir da vida normal do Partido e insista numa actividade atentatória da sua unidade e do seu reforço, assumirá inteiramente a responsabilidade pelas consequências dos seus actos».

O apelo do Comité Central a todos os membros do Partido para a resposta no plano da dinamização da luta de massas e da iniciativa política à acção do governo de direita, para um largo e participado debate que culmine na Conferência Nacional sobre o novo quadro político e medidas para o reforço da intervenção e influência do Partido e para um movimento geral de reforço da organização partidária, concretizando as orientações do XVI Congresso, está aí apontando o caminho. Vamos, pois, ao debate, à intervenção e à luta para um PCP mais forte e mais influente, com todos os que verdadeiramente o queiram fazer - e que desejamos sejam no maior número possível.

8.º Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP reuniu-se em Lisboa

Organização do secundário está a crescer



O Encontro foi uma grande jornada de afirmação comunista

Novo Governo recebido com cepticismo

A política educativa foi um dos temas debatidos no ENES. Nem o governo do PS nem o novo executivo PSD-CDS foram poupados. No pavilhão da Escola Ferreira Borges, falou-se na «pseudo-esquerda que finge que nos quer defender» e na necessidade de «derrotar a política de direita que não dará resposta às necessidades e ambições dos jovens». Porque «existem tubarões e não é só no Oceânico...».

As referências ao novo Governo foram marcadas por declarações de cepticismo. Não só porque a revisão curricular foi suspensa apenas por ser dispendiosa e não por ser desadequada, mas também devido à intenção de introduzir exames no 6.º e no 9.º anos, pondo assim em causa mais uma vez a avaliação contínua. Outras medidas foram contestadas, como a tendência privatizadora das escolas secundárias, a selecção dos alunos pelas faculdades e a separação entre Ministério da Educação e Ministério do Ensino Superior.

«A resolução dos problemas passa pelas nossas mãos. Queremos uma escola que dignifique as diferentes culturas. Queremos que o conceito de escola pública

seja prioritário. Queremos avaliação contínua, sem exclusões do sistema educativo. Queremos programas adequados à realidade. Queremos uma escola que nos prepare para a vida activa, conscientes da nossa ideologia», afirmou Álvaro Estragadinho, de Sintra. A falta de democraticidade é um problema que se vive em algumas instituições. Fábio Silva, vindo especialmente da Madeira para participar no encontro, recordou o caso da sua escola, onde um grupo de alunos está a tentar formar uma lista e reabrir a associação de estudantes, apesar de na prática ser impedido pelo conselho executivo. Fábio trouxe outras notícias da ilha atlântica, nomeadamente que está a crescer o reconhecimento dos jovens madeirenses pelo trabalho da JCP.

Indisciplina

Naturalmente, as reivindicações da Plataforma Nacional das Associações de Estudantes foram bastante debatidas: a melhoria das condições materiais e humanas, o fim dos exames nacionais e das provas globais, a

alteração no sistema de acesso ao ensino superior, a suspensão da revisão curricular e a aplicação da Lei da Educação Sexual.

Mas outras questões foram levantadas, como os problemas de disciplina, que, como defendeu uma participante, não são apenas da responsabilidade dos alunos e estão intimamente relacionadas com as condições sociais. Para esta jovem, o regime disciplinar vai agravar o problema, com medidas como a mudança de turma ou de escola, o trabalho comunitário na instituição ou a expulsão da escola.

«A escola de hoje não serve os estudantes portugueses», garantiu João Pedro Ferreira. «A educação está cada vez mais entregue aos privados, para criar mão-de-obra barata», acrescentou Paula Soares. «A JCP sempre apoiará as acções de luta dos estudantes, na rua e no Parlamento. Queremos educação para todos e não apenas para alguns, com programas que não sejam obsoletos e que sirvam para o dia-a-dia. É preciso ir para a rua enquanto estudantes e enquanto comunistas», afirmou esta dirigente associativa de Lisboa.

Com vista para o Tejo, muitos foram os temas debatidos no 8.º Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP, que teve lugar no sábado, em Lisboa: as medidas do novo Governo, o reforço da organização, as reivindicações dos estudantes e adequação dos programas escolares às necessidades dos alunos, entre outros.

O local escolhido para a realização do 8.º Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP (ENES) simboliza a luta dos estudantes deste grau de ensino e as políticas educativas em Portugal. A Escola Ferreira Borges é um dos quatro estabelecimentos que o Ministério da Educação pretende encerrar na cidade de Lisboa. Quando a medida foi anunciada, a reacção não se fez esperar: alunos, professores e pais manifestaram-se contra a decisão junto à escola e em frente à sede do ME, na Avenida 5 de Outubro.

Estes e outros problemas foram abordados durante todo o dia de sábado, por centenas de jovens de todo o País, reunidos para eleger a nova Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP, bem como discutir dois temas: «Organização e intervenção» e «Política educativa e luta».

O Encontro começou mais tarde do que estava previsto, devido aos atrasos de alguns grupos do Norte do País. Até à hora de almoço não param de chegar mais jovens para participar na iniciativa. Muitos dos que intervieram lembraram o povo palestiano, que luta pela sua autonomia e liberdade, pelo seu território e pelos seus direitos. Uma moção de solidariedade foi aprovada no fim do encontro, bem como outras moções sobre a interrupção voluntária da gravidez, sobre o 25 de Abril e sobre o 1.º de Maio.

O Encontro recebeu saudações de várias associações de estudantes e de grupos de alunos, bem como uma mensagem de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, impossibilitado de participar na iniciativa devido à reunião do Comité Central.

Em alta

Mais militantes a participarem nas actividades, novas publicações, mais reuniões, quotas em dia, militantes mais empenhados na divulgação das propostas da JCP, novas adesões. Foi assim que os intervenientes caracterizaram a actual organização do ensino secundário.

O peso dos novos militantes é visível. Desde o início do ano lectivo, registaram-se cerca de 700 adesões.

Alguns deles participaram no encontro de sábado. Nesse mesmo dia, quatro jovens aderiram à JCP e cinco ao PCP.

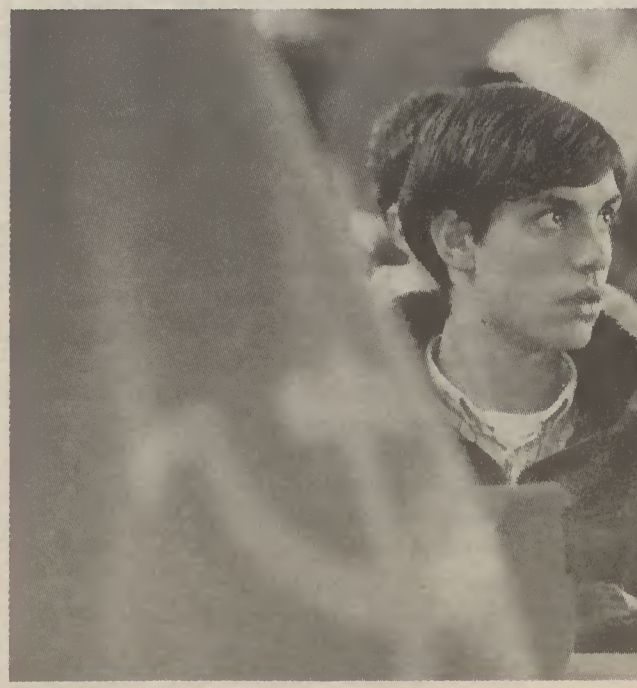
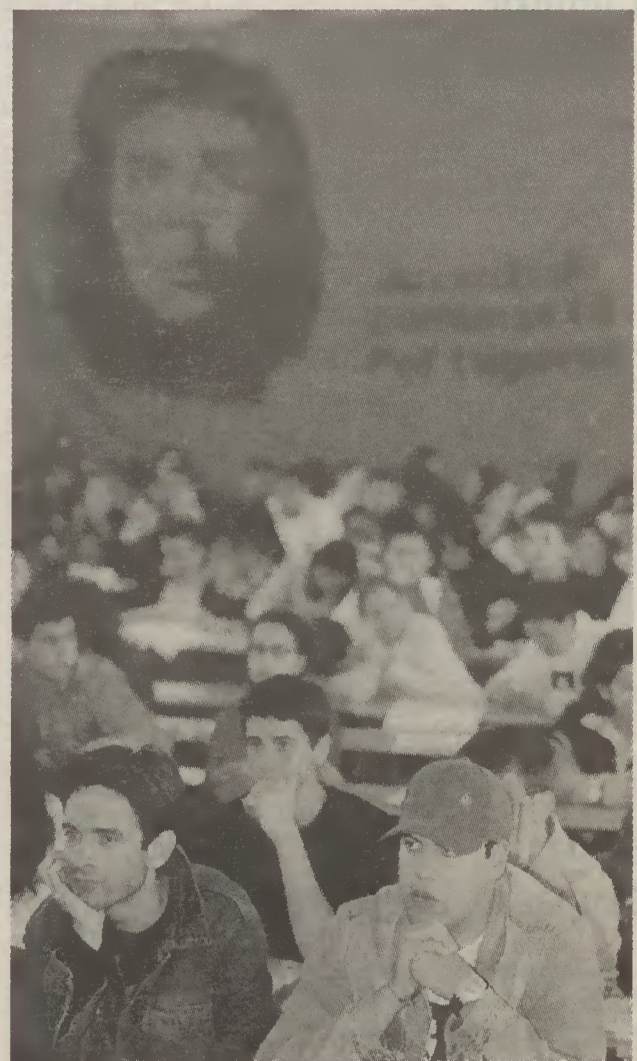
Segundo Ana Pato, isto só é possível porque a JCP está nas escolas, junto dos estudantes, intervindo no dia-a-dia e contribuindo para solucionar os pequenos e os grandes problemas.

«É a concepção de organização da JCP que permite estar enraizada nas escolas. Muitos colectivos foram criados ou reforçaram-se. Temos influência em locais onde nunca tínhamos tido», afir-

mou esta dirigente, sublinhando que é grande a consciência de luta nos jovens portugueses. Quanto aos colectivos em dificuldade, Ana Pato deu um conselho: «É preciso aprender com as boas experiências.»

Outro dirigente, Bruno Carvalho, afirmou que o objectivo da JCP «é uma organização forte e coesa, cujos resultados serão sentidos pelos jovens». E muitos foram os exemplos que, ao longo do dia, foram apresentados por militantes de várias zonas do País.

A situação em Vila Nova de Gaia foi um dos casos referidos. No início do ano lectivo existiam colectivos da JCP em três escolas. Actualmente há 12 e todos eles com actividades regulares, nomeadamente em São Pedro da Cova, onde só havia um militante em Janeiro. Este ano já fizeram 50 distribuições de panfletos nas diversas escolas da cidade.



«É tempo de ir para o combate»

«O encontro iniciou-se há várias semanas com as discussões de preparação. Agora temos a orientação de todos. É imprescindível ir para a rua divulgar as nossas ideias. Só com uma participação consciente podemos alterar o que está mal», afirmou Paulo Marques, na intervenção de encerramento.

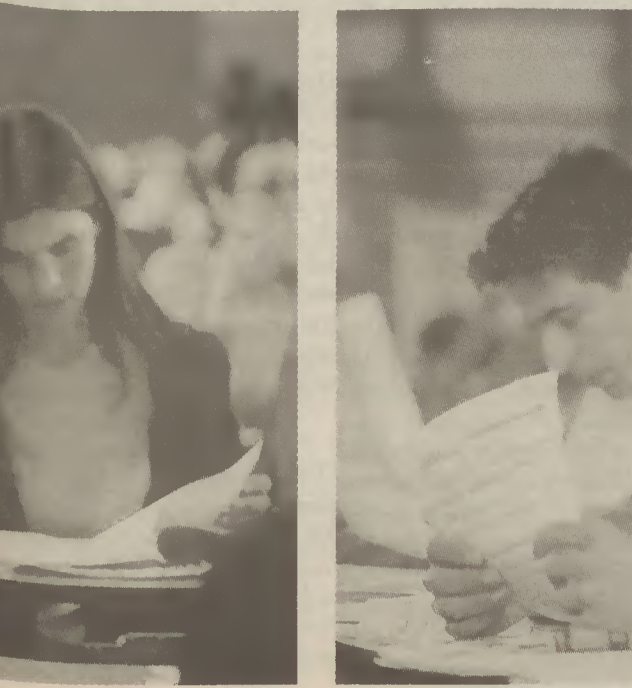
«Os resultados surgem com a organização. Discutir não

basta, é preciso contactar a população, com as massas e com as suas aspirações», defendeu este dirigente da JCP, que lembrou que «a forte ofensiva contra os direitos dos estudantes é acompanhada por uma grande contestação». «É tempo de ir para o combate», afirmou.

Antes, Jorge Martins, membro da Comissão Política da JCP, sublinhou que «ao longo

do dia viu-se a força da JCP e, portanto, do PCP». «Fizemos o que uma organização revolucionária deve fazer: discutir para organizar e organizar para transformar», declarou.

«Acentuam-se as campanhas contra os comunistas, mas o trabalho é a melhor resposta para quem manipula os meios de comunicação social e para quem diz que o comunismo está ultrapassado», salientou. Luísa Araújo, da Comissão Política do PCP, assegurou que «o comunismo não é uma utopia, é um projecto de sociedade sem classes, sem exploração». «O ideal de participação dos comunistas não se limita à gestão de cada momento concreto ou à gestão das políticas burguesas e discriminatórias. O ideal comunista é um ideal pelo conhecimento, para transformar a sociedade», disse.



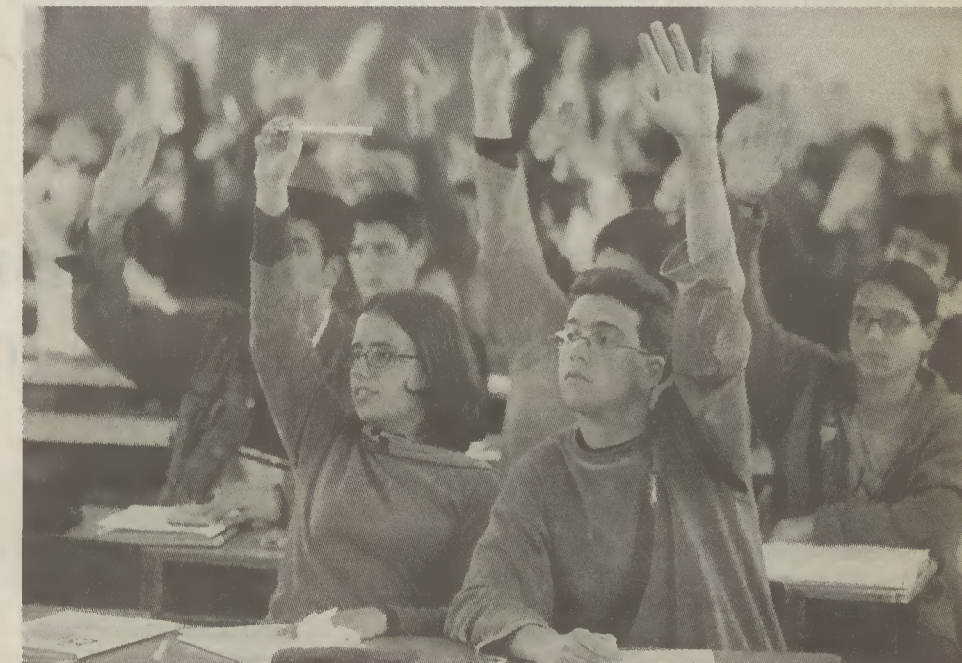
Eleita nova Coordenadora Nacional

A nova Coordenadora Nacional é composta por 49 membros, dos quais 31 são do sexo masculino e 18 do sexo feminino. A média de idades é de 16,8 anos e a média do ano escolar que frequentam é o 11.º ano. Do total, 28 membros fazem parte de associações de estudantes. Dois membros estudam no ensino básico.

A proveniência geográfica é variada. Como referiu Ana Pato antes da eleição,

mais regiões estão representadas neste órgão, nomeadamente Viséu, Algarve e Litoral Alentejano. Olhando para a lista da nova Coordenadora, verificamos que o primeiro membro da lista é de Vila Real de Santo António, o segundo de Beja. O último frequenta uma escola em Lisboa e o penúltimo vive em Viséu.

A Coordenadora Nacional foi eleita com maioria e duas abstenções.



«Os nossos braços nunca se cansarão»

«Mais do que conseguir novos camaradas para atingir metas, é preciso incluir todos eles nas actividades», declarou um jovem de Setúbal, que anunciou a criação de grupos de trabalho sobre a sexualidade e o ambiente, entre outros temas, pela JCP

daquela cidade. «A ofensiva é forte, mas os nossos braços nunca se cansarão», afirmou.

Sobre isso mesmo falou outro jovem de Setúbal, da Escola Secundária D. Manuel Martins, onde foi criado recentemente um colectivo. «Alguns estudantes ficam pouco receptivos quando vêem o logotipo da JCP, mas é contra isso que temos de lutar», defendeu.

Um dos intervenientes apresentou a «fórmula mágica» que está na base dos sucessos da JCP: a divulgação da mensagem política e a intervenção na realidade das escolas. E sugeriu que os colectivos comecem por fazer o levantamento dos problemas, organizar debates sobre estes e apresentar propostas para a sua resolução. «Os estudantes devem ser envolvidos na solução dos problemas», afirmou.

Aparentemente esta «fór-

mula» já foi aplicada. Muitos dos novos colectivos formados desde o início do ano lectivo foram criados depois da luta do secundário de 21 de Fevereiro, quando, mais uma vez, foi visível o trabalho e a combatividade dos jovens comunistas.

Em Odivelas, por exemplo, a organização praticamente não existia há dois anos. Hoje, um dos seus membros diz orgulhosamente que é «uma das organizações mais fortes do concelho de Lisboa». «Estou contente por ver tanta gente no ENES», confessou no fim da sua intervenção.

«É preciso mostrar aos outros e a nós mesmos que só com a intervenção e com o marxismo-leninismo podemos melhorar o mundo», afirmou um participante de Évora. «O PCP precisa de nós e nós precisamos do PCP. Só com uma JCP mais forte teremos amanhã um PCP mais forte», acrescentou.

Parmalat

90 por cento dos trabalhadores da Parmalat Portugal, de Águas de Moura, aderiram à greve convocada para o passado dia 11 de Abril. Os trabalhadores exigiam aumentos salariais de 4,5 por cento, com um aumento mínimo de 25 euros e 6,75 euros de subsídio de alimentação.

A melhoria do subsídio de turno, o aumento de um dia de férias em 2003 e a criação de um seguro de saúde foram as outras reivindicações dos trabalhadores da empresa. O Sinqüifa/CGTP-IN fez entretanto saber, em comunicado, que, face aos resultados obtidos pela empresa, as reivindicações dos trabalhadores são perfeitamente exequíveis e que as posições da administração apenas são sustentadas por uma questão de alinhamento da política salarial sectorial e nacional, optando então pela limitação na evolução dos salários, pretendendo aplicar apenas 3,5 por cento de aumentos.

Carris

Os trabalhadores da Carris Ferro de Lisboa, em plenário geral descentralizado no dia 11, e após a realização de uma greve que contou com a adesão de mais de 95 por cento dos trabalhadores da empresa, repudiaram a postura do Conselho de Administração pela imposição dos 3,3 por cento de aumento, recusando assim a continuação das negociações directas.

No plenário, os trabalhadores aprovaram a continuação da luta e já agendaram mais três dias de greve. Assim, os trabalhadores estarão em greve amanhã das 16 às 19 horas, no dia 22, das 4 às 8 da manhã e no dia 29, das 11 às 14.

A Festrú, federação dos sindicatos dos transportes rodoviários, já solicitou com carácter de urgência uma reunião com o secretário de Estado dos Transportes e também a passagem do processo negocial para o âmbito directo do Ministério do Trabalho.

Greve nas cantinas

Mais de 400 trabalhadores do sector das cantinas, refeitórios, restaurantes e bebidas das áreas de serviço das auto-estradas e itinerários principais concentraram-se junto à sede da associação patronal para protestar contra a «intransigência e o impasse» provocados por esta nas negociações de revisão do contrato colectivo de trabalho para 2002. O sindicato afirma que esta foi apenas uma pequena parte dos trabalhadores do sector que, no passado dia 9, estiveram em luta. A adesão à greve, ocorrida nesse dia, rondou os 60 por cento na região sul e os 70 a 80 por cento nas regiões do norte e centro, tendo sido a área hospitalar a mais afectada, para além de fábricas, escolas e organismos públicos.

Melka e Vestus confirmam intenção de despedir e trabalhadores prometem intensificar a luta

Violento ataque ao sector têxtil

Apesar dos saldos positivos alcançados, as empresas têxteis Melka e Vestus pretendem encerrar unidades produtivas e despedir trabalhadores.

A administração da Melka anunciou a sua decisão de encerrar a fábrica de Palmela e despedir os seus 170 trabalhadores a partir do próximo dia 31 de Julho. Em solidariedade com os colegas desta unidade, os 430 trabalhadores da Melka do Cacém e Sulim realizaram um plenário na passada sexta-feira onde foi condenado o encerramento da fábrica e a «ganância dos lucros da administração».

A direcção do sindicato dos trabalhadores têxteis apresentou, no plenário realizado na passada semana em Palmela, um conjunto de dados que deixam à vista as reais razões para o encerramento da unidade, nomeadamente a deslocalização da produção para países do Extremo Oriente com vista a

multiplicar várias vezes os já elevados lucros.

Segundo o sindicato, a empresa aumentou os lucros no ano passado em relação a 2000, tal como aumentou a sua produtividade. Quanto aos gastos, a empresa baixou os prémios de produção e deixou por pagar 11 mil horas de faltas justificadas, poupando assim vários milhares de contos.

Assim, para o sindicato, a única razão para o encerramento da unidade de Palmela prende-se com a ganância da multinacional inglesa de «em vez de ter lucros de 10 milhões de euros, pretende ganhar 50 milhões de euros, deslocalizando as suas produções para China, Indonésia e Vietname».

Todas estas acusações foram proferidas no plenário

A Melka pretende multiplicar os lucros deslocalizando a produção

Patronato insiste em salários de miséria

A FESETE, federação dos sindicatos dos têxteis, vestuários e calçado, denunciou o que considera ser a ganância do patronato, responsável pelo rompimento das negociações dos contratos no sector do calçado.

Segundo a federação, a atitude da associação patronal (APICCAPS) de tentar impor um aumento de salário de 2,7 por cento, é «inexplicável», dado o crescimento ocorrido no sector. Com aumentos de produtivi-

dade de mais de 4,6 por cento e com as exportações a ascenderem a valores de 1,55 mil milhões de euros, a associação patronal mantém a «sua ânsia de manutenção de salários de miséria».

Confrontada com a proposta de aumentos salariais de 5 por cento – à custa de cedências por parte do sindicato noutras matérias – os representantes do patronato, embora reconhecendo que esses valores eram suportáveis pelo sector, recusaram-na.



Na Melka e na Vestus os trabalhadores prometem intensificar a luta contra os despedimentos anunciados (foto de arquivo)

de trabalhadores na presença do director do grupo em Portugal, que não rebateu nenhum dos argumentos, lembrou o sindicato.

Vestus

Também na Vestus, empresa de capital estrangeiro sediada em Corroios, conselho do Seixal, paira a ameaça

de encerramento e despedimento de várias centenas de trabalhadores. O sindicato afirma, em nota de imprensa de dia 12, que a empresa praticamente não tem dívidas e tem um património avaliado em mais de 5 milhões de euros, pelo que o encerramento não tem qualquer fundamento. Os trabalhadores e o sindicato temem que «os gestores possam alienar património, descapitalizando a empresa e prejudicando os direitos dos trabalhadores».

A administração da Vestus – empresa que está praticamente paralisada e cujas linhas de produção se encontram praticamente sem traba-

lho – para além de pretender encerrar a empresa e despedir 414 trabalhadores, tem assumido propostas que não respeitam os direitos dos trabalhadores, acusou o sindicato, que lembrou que se a prioridade, para os trabalhadores, é o emprego, isto não significa que estes abdicam dos seus direitos, consagrados na lei.

Amanhã, os trabalhadores da Vestus concentram-se em frente ao Ministério do Trabalho, exigindo a intervenção do Governo no sentido de se acabar com a destruição do aparelho produtivo e para exigir o respeito pelos direitos dos trabalhadores.

STML contra despedimentos anunciados

O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) manifestou, no passado dia 12, a sua preocupação e indignação face às declarações do presidente da autarquia, Pedro Santana Lopes, na última sessão de câmara, realizada no passado dia 10 de Abril, onde afirmou que uma das medidas para equilibrar as finanças da autarquia passa pela «saída de pessoas em situação contratual provisória que não se afigurem necessárias».

Para o STML, esta intenção do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, anunciada sem qualquer tipo de discussão prévia com as estruturas sindicais, «evidencia uma linha de

actuação inaceitável e em sentido totalmente oposto aos princípios de uma gestão democrática da Câmara e faz tábua rasa dos compromissos anteriormente assumidos pela autarquia para com estes trabalhadores, nomeadamente quanto à sua integração nos quadros do município».

O sindicato recorda ainda que na sessão pública de 27 de Fevereiro alertou o actual executivo para os «escandalosos atrasos verificados ao nível dos concursos de ingresso e para o perigo real de despedimentos daí resultante». Estes atrasos verificam-se em áreas tão sensíveis como a Limpeza Urbana, onde alguns dos processos iniciados em Fevereiro

de 2001 estão ainda por concluir.

O sindicato afirma compreender agora o «silêncio comprometedor mantido pelo actual executivo sobre este assunto e a recusa ao diálogo com esta estrutura sindical».

O STML afirma que caso não venha a existir uma clarificação do presidente da autarquia e do executivo sobre este assunto, é encarada a definição de formas de luta por forma a salvaguardar os direitos dos trabalhadores do município, «responsabilizando desde já o executivo da CML pelos efeitos negativos que tais acções venham a fazer-se sentir nos serviços prestados à população de Lisboa».

Uma grande resposta

O FSTIEP, federação sindical das indústrias eléctricas, considerou que o «comportamento da associação patronal (ANIMEE) que, em cumplicidade com os divisionistas da UGT, fez um negócio que levou a uma tabela salarial que reduziu o poder de compra dos trabalhadores do sector em 2002, recebeu uma importante resposta de luta dos trabalhadores com a significativa adesão à greve de dia 12».

A federação, em comunicado aos trabalhadores, distribuído na passada segunda-feira, considera que, com a sua adesão à greve, os trabalhadores rejeitaram qualquer revisão do contrato colectivo de trabalho por parte do patronato, «que leve à flexibilização dos horários de trabalho, incluindo a laboração contínua, e à alteração do conceito e forma de pagamento do trabalho nocturno».

A FSTIEP destacou, entre outras, as adesões à greve, totais ou parciais, com afectação da produção de diversas empresas, como a Grundig, a Honneywell, a Yazaki, a Jaime da Costa, a Desco, a Prequel, a Phillips, a Deta, a Tycó, a Vitrohm, a Alcoa, a Autosil ou a Sercimpre.

Após esta greve, considerada pela FSTIEP/CGTP-IN como uma «significativa resposta de luta dos trabalhadores do sector», a federação sindical reafirma que o processo de revisão salarial de 2002 ainda não está concluído e que a tabela salarial proposta pela associação patronal e pela UGT não chega, já que impõe «aumentos de miséria». Os sindicatos exigem uma revisão salarial mais justa e que tenha em conta a inflação verificada, a recuperação das perdas salariais de 2000 e 2001 e a produtividade e assumem que o caminho para conquistar estes direitos é a luta reivindicativa, exigindo aumentos salariais de mais de três por cento.

Realiza-se hoje, em frente à sede da EDP, uma concentração de trabalhadores da EDP e da REN. Os trabalhadores, com esta acção, pretendem a continuação do processo de revisão salarial para 2002, com a fixação de salários mais elevados. São também objectivos dos trabalhadores a defesa de um serviço público de qualidade e dos direitos e postos de trabalho e o protesto contra o encerramento de instalações e consequentes prejuízos para os trabalhadores e consumidores.

Mais de 59 mil sindicalizados em 2001

Garantir a continuidade do sindicalismo de classe

Com o número de sindicalizados a exceder todas as expectativas, a CGTP acusou, na passada segunda-feira, o novo Governo de ser a expressão de grandes grupos económicos e financeiros.

A meta anual estabelecida pelo 9.º Congresso da central para todo o Movimento Sindical Unitário é de 50 mil sindicalizações e mil delegados. No ano de 2001, a soma

das metas de cada sindicato apontava para 56.115 novas sindicalizações e 2525 delegados. Os resultados excederam todas as expectativas, pois realizaram-se 59.337

novas sindicalizações e elegeram-se 3410 delegados.

A CGTP, no quarto número do seu boletim «Sindicalizar Mais», considera estes resultados como «uma grande resposta aos desafios que se colocam aos sindicatos», que se prendem com a compensação ao mínimo das saídas

O aumento dos salários é um direito dos trabalhadores portugueses

provocadas pelas reformas, rescisões e despedimentos e cuidar da organização de base com mais delegados sindicais.

Para a central, «estes resultados associados a outros indicadores, nomeadamente a subida

das receitas de quotização, dizem-nos que tal objectivo foi globalmente conseguido». Estes resultados garantem, na opinião da CGTP-IN, «a continuidade do movimento sindical de classe e de massas de que nos orgulhamos de ser poderoso instrumento de unidade, solidariedade e luta dos trabalhadores».

Outro dos resultados a destacar é o número de novos sindicalizados com menos de 30 anos: 22.936. Dos delegados eleitos, 597 são jovens. A central sindical dá ainda relevo ao facto de ser o primeiro ano – desde que se fazem estes balanços – que o número de mulheres sindicalizadas e delegadas eleitas é superior ao dos homens.

Ao nível do sector de origem, foram os sindicatos da administração pública os que mais sindicalizações

realizaram, sendo os dos sectores dos transportes, vestuário e professores os que mais excederam as expectativas relativamente aos objectivos a que se tinham proposto.

O capital no poder

Na passada segunda-feira, em conferência de imprensa realizada à saída da reunião da Comissão Executiva, a CGTP considerou que a constituição do novo governo, com ministros provenientes de grupos privados, da banca e das seguradoras, revela que é o poder económico e financeiro que está a governar o País. A central sindical recordou, citando apenas alguns exemplos, que o ministro da Saúde vem do grupo Mello, que o novo ministro do Trabalho e Solidariedade é proveniente das seguradoras, que o da Economia vem do Banesto e que a secretária de Estado da Segurança Social geria os fundos de pensão do BPA.

Segundo Carvalho da Silva, secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, o novo Governo está a «montar um cenário de crise»,

que relega para segundo plano os problemas reais e estruturais, centrando-se no défice público, pretendendo levar os trabalhadores a fazer mais sacrifícios. Para a central sindical, o aumento dos salários é um direito dos trabalhadores portugueses, que continuam na cauda da Europa. A subida das taxas de juro e um necessário crescimento do consumo são alguns dos factores que justificam o aumento.

Em plena preparação das comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio, o secretário-geral da CGTP denunciou as tentativas de desvirtuamento e violação de dois dos mais importantes feriados nacionais, afirmando que existem três sectores que pretendem «boicotar» o 25 de Abril e o 1.º de Maio: a construção civil, o sector metalúrgico e, sobretudo, o comércio e a grande distribuição.

Carvalho da Silva reafirmou que os feriados são para cumprir e alertou para o perigo de desvirtuamento do importante significado destas duas datas, declarando que «muitas das vezes, a destruição da sociedade começa por aqui».



Os feriados do 25 de Abril e do 1.º de Maio estão associados a importantes realizações que têm que ser salvaguardadas

O que é que a Ana do Porto tem a ver com o Paulo de Braga? Podem sem ambos explorados no 1.º de Maio

A sede dos Recursos Humanos do Grupo Sonae, em Matosinhos, foi palco de um protesto que juntou cerca de meio milhar de trabalhadores, activistas e dirigentes sindicais do comércio e serviços, nomeadamente do sector da distribuição dos super e hipermercados.

Os trabalhadores manifestavam-se por melhores salários e contra o anúncio de desrespeito do feriado do 1.º Maio por parte de empresas da Sonae, em concreto dos hipermercados Modelo e Continente. A Sonae tem procurado com insistência, junto de vários trabalhadores, fazer vingar esta intenção de abrir no dia 1 de Maio, aparentemente sem grande sucesso, tendo os trabalhadores resistido a esta abordagem.

Os trabalhadores presentes no protesto reclamavam igualmente pelo avanço real nas negociações que decorrem há três meses e nas quais, segundo Jorge Pinto, dirigente do CESNORTE, «a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição,

presidida também pela Sonae, não parece disposta a sair do valor de 3 por cento de aumento, bastante abaixo do valor de inflação previsto, prejudicando seriamente os interesses e a vida dos trabalhadores deste sector».

O secretário-geral da CGTP-IN, Carvalho da Silva, declarou que «a violação dos feriados é inaceitável e desrespeitadora das suas razões culturais, políticas e religiosas». Carvalho da Silva adianta ainda quatro razões pelas quais a reivindicação de melhores salários é um imperativo justo da luta dos trabalhadores: «porque Portugal tem os trabalhadores pior pagos da União Europeia; porque sem incremento salarial não haverá salto qualitativo no esquema de desenvolvimento nacional; porque vai haver significativo aumento no custo de vida; porque a sociedade portuguesa precisa de estimular a procura e o consumo, desenvolvendo por isso os mecanismos produtivos».

Das palavras aos actos

A Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom solicitou da administração da empresa a aprovação, na assembleia de accionistas, a realizar no próximo dia 23, da distribuição dos lucros pelos trabalhadores.

Na base da exigência está a recente entrevista de Murteira Nabo à revista da empresa, onde põe o acento tónico na relação do sucesso

da empresa com o empenho e esforço dos seus trabalhadores. Assim, para a CT, trata-se apenas de «passar das palavras aos actos» e passar a defender a distribuição de parte dos lucros por todos os trabalhadores. Lucros que, segundo a CT, foram superiores a 271 milhões de euros, após o pagamento dos impostos.

Outra das exigências da

Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom prende-se com a necessidade de aumentar os salários, acusando a empresa de os desvalorizar, enveredando pela atribuição de prémios. Segundo a CT, é com o salário que os trabalhadores contam no dia-a-dia e é com este, e não com os prémios, que vivem em situação de doença ou reforma.

Sindicato quer Casa do Imigrante

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte e Viseu anunciou, na passada semana, a intenção de criar uma Casa do Trabalhador Imigrante em diversos concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP).

Segundo afirmou, à Lusa Albano Ribeiro, presidente da organização sindical, o sindicato irá apresentar a várias autarquias da AMP – Porto, Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo – esta proposta.

A Casa do Trabalhador Imigrante pretende ser um espaço onde estes trabalhadores «possam disfrutar da sua cultura e das suas tradições», e contará com biblioteca, sala de convívio e espaço para música, bem como

dará também apoio médico e legal a todos os trabalhadores imigrantes.

Segundo este sindicalista, dos cerca de 10 mil imigrantes que vivem no grande Porto – 75 por cento dos quais oriundos do Leste da Europa – mais de 85 por cento «nunca teve uma consulta de medicina do trabalho» e cerca de 60 por cento não teve ainda uma única consulta de medicina geral.

Para responder a estas lacunas e para melhor integrar estes trabalhadores no País, o sindicalista considera terem as autarquias um papel destacado. Esta proposta foi primeiramente apresentada à Câmara do Porto, num encontro entre a direcção do sindicato e o

vice-presidente da autarquia, Paulo Morais, de quem o sindicalista não espera qualquer resposta pois, durante a reunião foi «pouco elegante», afirmou, à Lusa Albano Ribeiro, que lembrou a atitude do autarca: «disse que estava contra guetos e foi-se embora».

Apesar disto, o sindicalista acredita que a Casa do Trabalhador Imigrante será uma realidade no Porto, bem como noutras concelhos da região. Albano Ribeiro afirma que tudo fará para que a Casa do Trabalhador Imigrante seja uma realidade, até porque não tem dúvidas que esta estrutura ajudará a detectar casos de irregularidades com imigrantes, nomeadamente, de Leste.



Proporcionar cultura, convívio e serviços de saúde aos trabalhadores imigrantes é o grande objectivo da Casa do Trabalhador Imigrante

Apresentados seis projectos de lei no arranque da IX Legislatura

Áreas laboral e social são prioridades do PCP

A apresentação de propostas e medidas que respondam aos problemas do povo e do País continua a ser um dos eixos centrais da acção do Grupo Parlamentar do PCP.

Da vontade firme de prosseguir essa linha de rumo foi dada já pública expressão no arranque dos trabalhos da IX Legislatura. Em conferência de imprensa, de que demos devida nota na passada semana, reiterado foi o seu propósito, pela voz de Bernardino Soares, de avançar com medidas que considera «indispensáveis a um caminho de progresso para o País e de combate às injustiças e às desigualdades sociais».

PCP será oposição forte e combativa à política de direita

Sublinhado na ocasião foi igualmente o intuito da bancada comunista, em paralelo com a produção legislativa, desenvolver uma «oposição forte, combativa e coerente» à anunciada ofensiva de uma política de direita que os comunistas classificam, «de pendor liberalizante e anti-social, contra os direitos e os interesses da generalidade da população, designadamente dos trabalhadores».

Também por esta razão, neste contexto, não deixa de assumir pleno significado e importância a apresentação pelo Grupo comunista de um conjunto de projectos de lei com incidência nas áreas laboral e social e por maior justiça fiscal. Revelam, desde logo, quais as prioridades que animam a acção dos deputados comunistas e suas preocupações. Para além de corresponderem, como foi dito, ao honrar dos compromissos por si assumidos com os eleitores.

É dessas iniciativas legislativas que a seguir se fala, expondo as suas motivações e objectivos, com base nas notas preambulares dos diplomas.

Aumento do salário mínimo

Portugal continua a ser o país da União Europeia com mais baixos salários, onde se têm acentuado as desigualdades salariais e sociais e onde a repartição do rendimento nacional se tem crescentemente agravado.

A evolução da riqueza material do País, medida pelo PIB, tem-se traduzido por uma apropriação predominantemente a favor dos lucros das empresas dos ganhos de produtividade da economia em prejuízo dos rendimentos do trabalho.

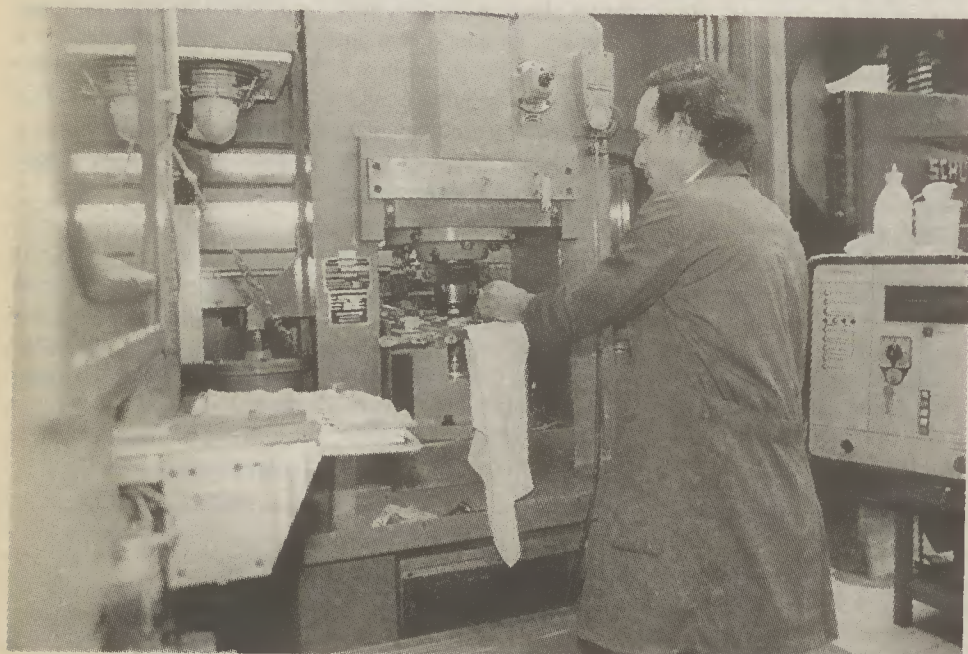
O quadro comparativo dos salários mínimos mensais na União Europeia demonstra igualmente uma intolerável distância entre os valores pagos em Portugal e nos restantes Estados membros (ver quadro).

O aumento dos salários, em particular do salário mínimo nacional, torna-se, pois, imperioso por razões de justiça social e como factor dina-

mizador da economia ao favorecer um maior nível de consumo.

Salário mínimos na União Europeia

	Euros
Bélgica	1118
Espanha	506
França	1083
Grã-Bretanha	1062
Grécia	458
Holanda	1154
Irlanda	983
Luxemburgo	1259
Portugal	390



As prestações sociais em Portugal – as mais baixas da União Europeia – são o principal factor para o elevado número de pobres e excluídos

Redução do tempo de trabalho

A progressiva redução do horário de trabalho, sem redução dos salários e de outros direitos legais e contratuais adquiridos, tem constituído, neste século, um objectivo da acção e da luta dos trabalhadores e das suas organizações representativas, que tem encontrado eco em várias decisões de instâncias internacionais, designadamente da própria Organização Internacional de Trabalho.

De facto, os avanços civilizacionais traduzidos no desenvolvimento da base material, técnica e científica da Humanidade devem implicar mais tempos de descanso e melhor qualidade de vida para aqueles que são os principais artífices da produção de riqueza – os trabalhadores. A redução progressiva do tempo de trabalho é, assim, uma inevitabilidade que traduz, no plano das condições laborais, os avanços conseguidos no plano tecnológico. Desde o trabalho de sol a sol até à recente diminuição, em Portugal, da duração semanal do horário de trabalho para as 40 horas, é toda a história social que é percorrida. O aumento da produtividade permite libertar quem trabalha do peso excessivo da carga laboral, mas também arrasta a tendência para a diminuição do volume de criação de emprego. Por isso, a redução efectiva do horário de trabalho é uma das vias susceptível de criar mais emprego, contrariando, por este lado, as consequências resultantes da cria-

ção de empresas e do incremento de sectores de actividade económica – como os ligados às novas tecnologias de informação – de elevada composição técnica e orgânica do capital.

Retomando, no fundamental, uma iniciativa que não chegou a ser apreciada no anterior mandato da Assembleia da República, o PCP prevê no seu projecto a redução progressiva até 2004 do tempo de trabalho para as 35 horas, sem redução de direitos, designadamente de salários.

Prevista, neste contexto, é a criação de um sistema de apoios às empresas e sectores que, por sua iniciativa, antecipem, pelo menos em um ano, a aplicação do novo horário de trabalho. Proposto é ainda, no respeito pelo prazo máximo de 2004, que a implementação progressiva da redução do tempo de trabalho seja organizada no âmbito da negociação colectiva.

Autoridades Metropolitanas de Transportes

Os transportes são um sector-chave da vida económica, com grandes implicações em várias políticas sectoriais, nomeadamente a energia, a indústria, o turismo, o desenvolvimento regional, as quais dependem em boa medida da qualidade dos serviços prestados por aqueles.

A melhoria da mobilidade nas Áreas Metropolitanas, de modo sustentado, implica uma política inequívoca de prioridade aos transportes

públicos, a qual deve assentar num eficaz sistema de transportes.

Considerando as disposições da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, bem como as atribuições das Assembleias Metropolitanas e das Autarquias Locais em matéria de transportes e das diversas intervenções institucionais, impõe-se a necessidade de um quadro institucional mais ajustado e operacional face aos problemas existentes.

A definição de competências e atribuições a descentralizar, o sistema de relações e de responsabilidades institucionais, a estrutura orgânica correspondente, o novo modelo de financiamento dos transportes públicos colectivos nas Áreas Metropolitanas, a promoção das alterações legais e regulamentares necessárias são os objectivos deste diploma.

Entre as atribuições prevista no diploma que cria as Autoridades

Metropolitanas de Lisboa e Porto está, por exemplo, a elaboração, fiscalização e actualização dos respectivos Planos Metropolitanos de Transportes, de acordo com a Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, bem como coordenar e controlar a execução dos investimentos, dos financiamentos e das restantes medidas previstas no Plano Metropolitano de Transportes.

Interrupção Voluntária da Gravidez

O PCP vem intervindo desde 1982 na Assembleia da República em matéria de alteração da lei penal tendo na anterior legislatura apresentado igualmente um projecto de lei de despenalização da IVG que não chegou a ser discutido, mercê da dissolução da Assembleia da República.

Retomando o essencial do seu conteúdo, o projecto de lei agora apresentado visa instituir um regime legal mais adequado do que o vigente, nomeadamente tendo em atenção os conhecimentos da medicina, o qual tem de ser acompanhado por políticas que garantam a realização pessoal dos cidadãos e que protejam a maternidade e a paternidade. Nesse sentido, a bancada comunista propõe:

- A exclusão da ilicitude da interrupção voluntária da gravidez quando realizada nas primeiras 12 semanas a pedido da mulher para garantir o direito à materni-

dade consciente e responsável;

- Nos casos de mãe toxicodependente o alargamento do período atrás referido para as 16 semanas;

- A especificação de que, havendo risco de o nascituro vir a ser afectado pela síndrome de imunodeficiência adquirida, o aborto (eugénico) poderá ser feito até às 24 semanas (situação que já está compreendida na actual lei, mas que convirá explicitar dadas algumas resistências ainda existentes relativamente à aplicação da lei);

- O alargamento de 12 para 16 semanas do prazo dentro do qual a IVG pode ser praticada sem punição, nos casos em que a mesma se mostre indicada para evitar perigo de morte ou de grave lesão para o corpo ou saúde física ou psíquica da mulher grávida. Na verdade, a vida demonstrou, nomeadamente nas doentes submetidas a tratamentos antidepressivos, a necessi-

dade de alargamento do prazo;

- O alargamento para 24 semanas no caso de vítimas de crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual quando menores de 16 anos ou incapazes por anomalia psíquica;

- A obrigação de organização dos serviços hospitalares, nomeadamente dos distritais, por forma a que respondam às solicitações de prática da IVG;

- A impossibilidade de obstruir o recurso à IVG através da previsão da obrigação de encaminhar a mulher grávida para outro médico não objector de consciência ou para outro estabelecimento hospitalar que disponha das condições necessárias à prática da IVG;

- A despenalização da conduta da mulher que consinta na IVG fora dos prazos e das condições estabelecidas na lei;

- Acesso a consultas de planeamento familiar.



Elementares razões de justiça social impõem o aumento dos salários, designadamente do salário mínimo

Actualização das pensões mínimas

Tem constituído preocupação permanente do PCP no âmbito das políticas sociais que os valores das pensões de reforma por invalidez e velhice, em especial das pensões mínimas mais degradadas, assegurem condições dignas de vida aos cerca de 2.500.000 pensionistas, dos quais cerca de 106.000 são beneficiários da pensão social e equiparadas recebendo tão-somente € 138,27 (27 720\$00); cerca de 440.000 são beneficiários das pensões do regime especial das actividades agrícolas que recebem € 170,14 (34 110\$00) e cerca de 1 900.000 pertencem ao regime geral com pensões mínimas que variam entre os € 189,54 (38 000\$00) e os € 309,75 (62 100\$00) para uma carreira contributiva completa.

Portugal é o país da União Europeia com prestações sociais mais baixas sendo que este é o factor que maior responsabilidade tem no elevado número de pobres e excluídos no nosso país.

Os actuais excedentes no sistema público de Segurança Social (com tendência para crescer por aplicação da Lei de Bases) e, em particular os saldos positivos provenientes do sistema de repartição, são suficientes, sem pôr em perigo a sustentabilidade financeira do sistema, para suportar o aumento extraordinário que o PCP propõe no diploma para as pensões mínimas dos diferentes regimes da Segurança Social, a produzir efeitos a partir do próximo mês de Junho de 2002 (ver quadro).

Actualização das pensões mínimas

	Aumento proposto	Valor actual	Valor após aumento	% do aumento
• Pensão mínima do regime geral para os pensionistas com carreira contributiva inferior a 15 anos (as pensões mínimas para carreiras contributivas iguais ou superiores a 15 anos serão actualizadas proporcionalmente)	€18,7 (3750\$00)	€189,54 (38 000\$00)	€208,25 (41 750\$00)	9,9%
• Pensão de invalidez e velhice do regime especial das actividades agrícolas	€14,96 (3000\$00)	€170,14 (34 110\$00)	€185,10 (37 110\$00)	8,8%
• Pensão de invalidez e velhice do regime contributivo (pensão social) e equiparadas	€24,34 (4880\$00)	€138,27 (27 720\$00)	€162,61 (32 600\$00)	17,6%

Tributação das mais-valias

A sujeição ao regime geral de tributação, em sede de IRS e IRC, das mais-valias geradas na transmissão de partes sociais e outros valores mobiliários, bem como em resultado da alienação de activos, foi uma das alterações mais relevantes da reforma fiscal realizada na VIII legislatura, aprovada na Assembleia da República e inscrita na Lei 30-C/2000, de 29 de Dezembro. Desta forma foi, então, posto termo a privilégios injustificados, praticamente únicos mesmo em termos de legislação fiscal comparada nos países da União Europeia, dando-se um passo importante para um sistema fiscal mais justo e para o alargamento da base tributária.

Contudo, cedendo às pressões e exigências dos grandes interesses económicos e

financeiros, o XIV Governo Constitucional, do Partido Socialista, cuja bancada parlamentar com, designadamente, a bancada do PCP, tinha viabilizado aquelas alterações, impôs, na lei do Orçamento de Estado para 2002, e com o voto do PSD e do CDS/PP, a revogação daquelas mesmas normas, substituindo-as por outras que reduziram ou mesmo esvaziaram as alterações introduzidas na reforma fiscal.

O PCP, que desde logo protestou contra a inusitada alteração da posição do Governo e do Partido Socialista, defende que seja reposta a tributação das mais-valias, propondo que:

- O saldo líquido das mais-valias resultantes da alienação de partes sociais e outros valores mobiliários passa de

novo a ser tributado em IRS em função do período de detenção das acções penalizando-se mais fortemente os movimentos especulativos de curto prazo;

- O valor da isenção em IRS de tributação sobre as mais-valias líquidas mobiliárias é de novo reposto em 1000 em vez dos 2500;

- O reporte do saldo negativo eventualmente apurado entre as mais e menos-valias só pode ser reportado aos resultados dos dois anos seguintes àquele a que respeitam em vez de cinco anos;

- As mais-valias líquidas resultantes da alienação de elementos do activo imobilizado corpóreo são tributadas na totalidade em IRC embora repartido por cinco exercícios em vez de serem tributadas somente por metade do valor realizado.

Sacrificar os mesmos

• Lino de Carvalho

Á está formado o novo Governo da direita fruto da aliança entre o PSD e o CDS/PP. E como já se aguardava af estão as primeiras declarações centradas no aviso de que o País vai ser chamado a sacrifícios. O primeiro-ministro e a ministra das Finanças aproveitam todas as oportunidades para criar o ambiente necessário à aceitação das medidas restritivas que seguramente vão aplicar. Quem não acreditou no que dissemos na campanha eleitoral, de que a questão das finanças públicas estava a ser empolada como pretexto para um apertar do cinto após as eleições tem agora af a resposta.

Perguntarão, contudo, alguns, mas há ou não um problema de finanças públicas em Portugal? Existe, sem dúvida um problema. Mas não tem a dimensão que nos querem fazer acreditar nem as soluções passam unicamente pela redução da despesa pública o que significa, no concreto, contenção salarial para os trabalhadores da administração pública e, por extensão, para todos



os trabalhadores portugueses. Ninguém de bom senso é adepto de um défice ilimitado, de uma despesa sem controlo nem critério e de falta de transparência nas contas do Estado. E sobre isto o Partido Socialista muito vai ter ainda que explicar. Mas, como temos dito e repetido, o défice limite de 3% imposto no Tratado da União Europeia é um valor arbitrário do ponto de vista técnico, sem a flexibilidade para ocorrer a situações de crise ou desaceleração económica e, além do mais, uniformemente imposto a países com estádios e necessidades de desenvolvimento profundamente diferentes. Aliás, países como a França e a Alemanha, têm-no vindo a pôr em causa porque o problema também lhes bate à porta. Logo, o que os Governos portugueses, ontem o PS, hoje a PSD/CDS, deveriam e deverão fazer é questionar este problema no âmbito do ECOFIN, da Comissão e do Conselho, exigindo maior flexibilidade e atenção à especificidade de cada uma das economias da zona Euro na definição dos valores que balizam a União Monetária Europeia. Em segundo lugar uma maior disciplina na despesa pública não tem necessariamente de ser feita à custa sempre dos mesmos: os

trabalhadores e os sectores mais fragilizados do tecido económico e social. Ataque-se o esbanjamento de gastos em despesas não essenciais e no património mobiliário e imobiliário do Estado; ponha-se termo à explosão incontrolada das despesas com a administração paralela do Estado e com os Serviços e Fundos Autónomos; aumente-se a eficiência das empresas públicas com políticas e gestores empenhados na defesa do interesse nacional e não na criação das condições para a transferência da propriedade pública para o sector privado; melhore-se o funcionamento e a produtividade da Administração Tributária e da Administração Pública em geral com melhor organização e equipamento dos serviços e com melhor formação e remuneração dos trabalhadores. Mas olhe-se também para o lado da receita e combata-se o escândalo da fraude e da evasão fiscal, tribute-se o sistema financeiro e segurador, tribuitem-se as mais-valias (como o PCP voltou agora a propor na Assembleia da República), abra-se o acesso ao sigilo bancário. Este sim é um programa sério, socialmente justo, que evita a penalização já anunciada dos salários e do emprego dos trabalhadores, que alarga a base tributária, diminui a despesa e aumenta a receita do Estado. Mas desconfio que não é por este lado que o PSD/CDS - como ontem o Partido Socialista - quer ir.

Afinal, Saramago tinha razão

Não resisto a introduzir à boleia desta crónica parlamentar uma palavra de indignação pelo que se está a passar na Palestina. Quando Saramago proferiu a sua polémica declaração, formalmente pouco rigorosa é certo, meio mundo lhe caiu em cima. Mas o que dizer agora dos massacres em Jenin e noutras localidades da Palestina; do cerco a populações, religiosos, dirigentes da Autoridade Palestiniana colocando-os sem condições elementares de sobrevivência; das prisões, torturas e assassinato puro e simples de milhares de palestinianos; da concentração em massa - convocada pelos altifalantes dos tanques (lembrando o que os nazis fizeram) - nos centros das cidades de toda a população masculina; da humilhação diária imposta aos palestinianos tendo inclusivamente sido ensaiada a ideia de marcar todos com um número; da arrogância perante o mundo e as resoluções da ONU, só possível porque a clique de extrema-direita no poder em Israel goza da cumplicidade efectiva dos Estados Unidos e da passividade, disfarçada com muita gritaria, dos Estados árabes? O que está em marcha é sem dúvida um projecto antigo dos sectores ultramontanos da sociedade israelita no sentido de criar o Grande Israel e construir em toda a Cisjordânia um novo regime de apartheid onde os palestinianos passariam a ser cidadãos sem direitos. Então, na substância, Saramago não tinha razão?



A semelhança do que acontece um pouco por todo o mundo, em Portugal, milhares de pessoas manifestaram-se a favor da paz no Médio Oriente e contra a ocupação militar israelita nos territórios autónomos palestinianos. Lisboa, Porto, Évora e Coimbra uniram-se ao coro dos protestos mundiais.

As 82 organizações que se manifestaram na passada semana no Largo de Camões, em Lisboa, pela paz no Médio Oriente, reclamaram «maior intervenção da ONU no terreno de modo a impedir que prossigam as operações militares israelitas em territórios palestinianos». Essa exigência foi feita numa carta dirigida ao secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, lida durante a

Pela paz no Médio Oriente

manifestação e entregue à representante da ONU em Lisboa, Maria Costa Pinto. As organizações consideraram ser fundamental que a ONU mantenha um nível de credibilidade na resolução desta situação e, afirmando-se contra o terrorismo, aderiram à iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPCC), defendendo que «o melhor contributo é acabar com a ocupação ilegal dos territórios palestinianos e reconhecer o Estado palestiniano independente com capital em Jerusalém Leste».

Entre cartazes e palavras de ordem que comparavam a acção militar israelita ao Holocausto nazi e acusavam o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, de «assassino», os cerca de 4 mil manifestantes ouviram os discursos dos representantes das organizações que participaram no protesto. Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN, manifestou o seu repúdio pela acção militar israelita, que considerou de massacre, chamando mesmo a Sharon de «assassino». O dirigente sindical não poupou críticas aos EUA, pela «cobertura dada» ao governo israelita; à União Europeia, devido ao que classificou de frágil posição relativamente ao conflito que opõe israelitas e palestinianos, e ao Governo português, que «deve ser mais activo para encontrar uma acção de paz para a região».

Sandra Benfica, membro do CPCC, afirmou que o protesto foi um sucesso e provou que «o povo português é solidário». «E como não ficou indiferente com Timor, não fica agora com a ocupação israelita dos territórios palestinianos», acrescentou.

PCP solidário com a Palestina

Carlos Carvalhas participou no protesto, manifestando assim a solidariedade do Partido Comunista Português com as Autoridades Palestiniana e o povo palestiniano e condenar a escalada militar israelita. O secretário-geral do PCP defendeu também uma maior pressão internacional para mobilizar a opinião pública mundial e isolar diplomaticamente o Estado de Israel, assim como a criação e envio de uma força de interposição para o terreno.

Debate sobre a Palestina
Sábado, 20, às 17h00
Cine-Teatro D. João, Damaia, com Issam Bisseisso, representante da Autoridade Palestiniana, e Jorge Cadima, membro da Secção Internacional do PCP



Solidariedade com o povo Palestino

Promovido por um amplo e alargado número de estruturas sindicais, associações de estudantes e outros movimentos e instituições, realizou-se sexta-feira em Coimbra uma concentração em solidariedade com o povo palestiniano. Esta iniciativa contou ainda com um abaixo-assinado que foi entregue nas embaixadas de Israel e da Palestina. A vigília reuniu, na Praça 8 de Maio, cerca de uma centena de pessoas, e contou com participação e intervenção de vários representantes das entidades promotoras. Mário Nogueira, coordenador do Sindicato dos Professores da Região Centro, considerou «inadmissível o facto

de assistirmos pacificamente à morte de pessoas, e a comunidade internacional continuar calada». Ao mesmo tempo, as palavras de ordem presentes em cartazes espelhavam a indignação dos manifestantes: «Sharon terrorista», «Estado Palestiniano é um direito», «Bush e Sharon jogam na mesma equipa» ou «Massacre na Palestina/ Direitos humanos de Bush». Também presente na vigília, Sallah Elqatta, conselheiro da Embaixada da Palestina em Portugal, agradeceu o reconhecimento da injustiça demonstrado por esta iniciativa e recusou a convívência de Yasser Arafat com os ataques terroristas.



Évora: Paz e justiça na Palestina

Um grupo de cidadãos eborenses, indignados com a brutal ofensiva que o exército israelita está a desencadear nos territórios palestinianos, redigiu um manifesto pela paz e justiça na Palestina e promoveu na passada semana uma vigília de solidariedade na Praça do Giraldo. Na vigília participaram cerca de 500 pessoas, que subscrivendo o documento se disponibilizaram para desenvolver outras iniciativas, para manifestar o seu repúdio pela agressão israelita e exigir justiça para o povo martirizado da Palestina. A iniciativa contou igualmente com o apoio dos sindicatos, da autarquia, dos vários partidos políticos e de várias associações. O manifesto denuncia a intolerável situação na Palestina, manifesta solidariedade com o povo palestiniano e apela à rápida intervenção, por todos os meios diplomáticos e legais, das Nações Unidas, da UE, e dos EUA no sentido de promover a paz e a justiça na região.



Centenas formam cordão pela paz

Ao som de palavras de ordem como «Timor venceu, Palestina vencerá» e «Bush, Sharon, assassinos», várias centenas de pessoas formaram sábado um cordão humano em Lisboa, numa manifestação de solidariedade com os palestinianos, alvo de uma reocupação militar israelita. Organizado por uma plataforma de cidadãos de várias orientações políticas, o protesto teve por objectivo entregar na delegação das Nações Unidas em Lisboa um abaixo-assinado pelos participantes. Um outro exemplar foi entregue, segunda-feira, na embaixada de Israel em Lisboa. As várias centenas de pessoas efectuaram de mãos dadas o percurso entre a embaixada de Israel e a delegação das Nações Unidas em Lisboa, empunhando cartazes, bandeiras palestinianas e faixas, em que se lia «Palestina Livre». «É preciso parar com o terror sionista e nazi» ou «Sharon terrorista» e gritando «ONU, ONU, onde estás tu?» e «Aguenta, Arafat, não desistas do combate». Entre os participantes, encontravam-se várias figuras da vida política portuguesa, religiosa, intelectual e musical, entre os quais José Saramago e António Filipe, deputado do PCP, e cidadãos anónimos.



Fim do conflito no Médio Oriente

No Porto foi promovido pelo Movimento Pela Paz uma concentração de solidariedade com o povo palestiniano, que juntou algumas centenas de pessoas na Praça da Batalha. O apelo lançado pelo Movimento encontrou eco em mais de 50 organizações, associações e estruturas sindicais, culturais e sociais do distrito do Porto que marcaram presença e aderiram solidariamente à exigência de Paz para o Médio

Oriente e ao fim da agressão e ocupação israelita da Palestina. O Movimento pôs em subscrição pública um apelo de Solidariedade com o povo palestiniano, enviado às embaixadas israelita e norte-americana. No final da concentração, realizou-se um desfile, até à Praça da Liberdade, que fez ecoar pelas ruas do Porto a solidariedade com a Palestina e ao fim do conflito no Médio Oriente.

Emigrantes portugueses na Suíça

Vale a pena lutar

Após longas negociações, a Convenção colectiva de trabalho para o sector da construção suíço reconhece a reforma antecipada aos 60 anos. Esta medida vai beneficiar muitos milhares de emigrantes portugueses.

A firmeza e vontade de lutar demonstradas pelos trabalhadores da construção, entre eles muitos milhares de portugueses emigrantes, valeram a pena. Após a jornada nacional de acção de 19 de Novembro 2001, após inúmeras outras acções na Suíça inteira e a manifestação de 16 de Março, em Berna, com 12000 trabalhadores da construção em Berna, os patrões compreenderam que não se estava a brincar.

Assim, no último fim-de-semana, a conferência patronal aceitou, por maioria, o modelo de sindical para uma reforma antecipada aos 60 na construção.

De princípio, pedreiros, trabalhadores da construção de estradas e outros trabalhadores da construção, poderão reformar-se aos 60 no prazo dos próximos quatro anos. No próximo ano a partir dos 63, no ano a seguir a partir dos 62, depois aos 61 e, finalmente, a partir de 2006 aos 60.

Financiamento da reforma antecipada: quatro quintos dos custos por conta dos patrões, um quinto por conta dos trabalhadores da construção. Além disso haverá uma indemnização para trabalhadores da construção antigos, que deixem de trabalhar antes dos 60.

No caso da reforma antecipada, os trabalhadores abrangidos vão poder conservar cerca de 80 por cento do seu salário bruto, ou 70 por cento aqueles que recebem, no momento, salários mais elevados.

● Manuel Beja

Comissões de utentes não perdem tempo

A Comissão de Utentes dos Transportes Públicos do Concelho de Cascais promove hoje um encontro com a comunicação social, no terminal de transportes rodoviários de Cascais.

O objectivo é divulgar um conjunto de questões, relacionadas com os transportes rodoviários, que a Comissão tem vindo a levantar ao longo destes dois últimos anos.

Em causa estão, nomeadamente, os horários praticados pelos operadores e as condições dos terminais no Concelho.

A Comissão de Utentes tem repetidamente solicitado reuniões com as empresas de transportes, sem qualquer resposta.

Vigília na Trafaria

Os utentes dos transportes da Margem Sul decidiram promover, em Maio ou Junho, uma vigília na Trafaria para exigir do Governo a construção de dois quilómetros de estrada e um novo terminal rodofluvial na localidade.

Há já oito anos que se aguarda a conclusão do nó da Trafaria, essencial para o descongestionamento do trânsito de pesados na zona. Com cerca de dois quilómetros, esta ligação permitiria desviar, em particular os camiões que transportam cereais dos silos da Silopor para Lisboa.

Os utentes exigem igualmente a construção do novo

terminal rodofluvial. Actualmente existe um pequeno cais, de onde saem ligações fluviais com destino a Porto Brandão e Lisboa. Contando com o apoio da Câmara de Almada, a Comissão de Utentes pretende a construção de um terminal, com ligações a Lisboa em ferry-boats, que funcionem em alternativa à gare de Cacilhas, que assim passaria a ter unicamente barcos de passageiros a assegurar a travessia entre as duas margens.

O reforço dos transportes fluviais e rodoviários é outra das reivindicações.

Encontro em Setúbal

As Comissões de Utentes da Saúde da Península de Setúbal realizaram o seu quarto encontro, Sábado passado, com a presença de observadores de Comissões em formação noutras Freguesias ou Concelhos.

Para além do balanço de actividades e apresentação do plano para o presente ano, os participantes no encontro debateram a situação da saúde na Península de Setúbal e fizeram uma análise da situação política no sector.

O Secretariado da Comissão solicitou entretanto reuniões com todos os executivos municipais dos nove concelhos da Península, para análise da situação local em relação ao Serviço Nacional de Saúde.

CDU de Matosinhos propõe criação de Provedor Municipal

Os cem dias de gestão socialista

A criação do Provedor Municipal é um das apostas da CDU de Matosinhos para este mandato. Uma proposta apresentada em conferência de imprensa em que foi feita um breve balanço de cem dias de gestão socialista.

A criação do cargo de provedor municipal no concelho, com atribuições de defesa dos valores ambientais e da transparência administrativa perante a gestão autárquica, foi proposta, no passado dia 12, pelos vereadores da CDU de Matosinhos.

Em conferência de imprensa em que foi feito um balanço dos primeiros 100 dias do mandato autárquico, o vereador comunista Honório Novo acusou a gestão socialista de «comportamento arrogante e unilateral» face aos eleitos da oposição, que representam quase metade do eleitorado da cidade.

«Em vez de arrearpar caminho e de abrir vias de diálogo e de concertação, em vez de buscar participação e consensos alargados para a definição de novas políticas e de novos projectos municipais, o PS tem-se remetido apenas a dar continuidade a uma gestão rotineira», consideram ainda os vereadores da CDU.

Factos que são ilustrados por exemplos concretos. Como a distribuição de pelouros ter

A criação do Provedor Municipal é uma proposta de esquerda

sido feita apenas aos vereadores do PS. Um comportamento unilateral que se repete na apresentação das propostas de constituição dos Conselhos de Administração dos SMAS (Serviços Municipais de Águas e Saneamento) e da Matosinhos Habit (Empresa Municipal de Habitação).

Outro facto salientado foi o atraso na aprovação do Plano e do Orçamento para o ano

2002, documentos essenciais da gestão municipal.

Como dado positivo, surge a atribuição do Gabinete de Atendimento Municipal da CDU, que pretende ser «uma porta aberta para os matosinhenses», para todos os que queiram «colocar sugestões, críticas e ideias».

Provedor Municipal

A criação do Provedor Municipal, com atribuições de defesa dos valores ambientais e da transparência administrativa perante a gestão autárquica, irá ser apresentada pela CDU na reunião pública da Câmara do próximo dia 30 de Abril.

Em causa está uma figura «que se pretende rigorosamente independente dos poderes autárquicos e que seja depositária das queixas e reclamações dos munícipes e das instituições municipais e seu defensor perante a administração municipal».

Em causa está uma proposta de esquerda, «que visa acrescentar mais equidistância de tratamento ao funcionamento autárquico, que deseja melhorias nas formas de relacionamento entre a administração local e os munícipes e que quer criar mecanismos mais ágeis de alerta e de defesa dos valores naturais e ecológicos» do Concelho.



CDU de Matosinhos aposta no diálogo com as populações

Professores não abdicam de conquistas fundamentais

A Comissão Intersecretariados da Fenprof, reunida a semana passada em Lisboa, lançou alguns alertas ao novo governo.

Antes do mais, em relação ao Estatuto da Carreira Docente, que resulta da «mais importante e uma das mais duras lutas dos professores e educadores portugueses», a Fenprof afirma que «qualquer tentativa de revogação ou destruição contará com a firme oposição dos

docentes portugueses que não abdicarão do resultado positivo de décadas de luta e exigência». E lembra que o estatuto, aprovado em 1990, é o principal instrumento legal de referência dos docentes, apesar de ainda não se encontrar completamente regulamentado.

A avaliação do desempenho dos professores é outra questão cuja importância é sublinhada pela Fenprof.

A federação dos profes-

sores defende «um modelo formativo de avaliação, centrado na actividade que o docente desenvolve no seu contexto escolar e educativo».

Um modelo formativo «orienta-se para a detecção de dificuldades no desempenho docente e, a partir daí, define estratégias de superação», que passam nomeadamente pela formação. Ou, quando tal não seja possível, pela reconversão ou requalificação profissional.

A Fenprofe recusa modelos de avaliação cuja finalidade seja a de «pagar menos a alguns docentes» e sublinha que «avaliar apenas para impedir a progressão na carreira não faz qualquer sentido, pois não são determinadas formas de superação das dificuldades».

«Que ganharia com isso o sistema e o que ganhariam os alunos?», questiona a federação dos professores.

Serra da Arrábida candidata a Património Natural

O processo de candidatura da serra da Arrábida a Património Mundial Natural pela UNESCO em 2003, foi apresentado em Setúbal pelo presidente da Câmara Municipal, pela associação ambientalista Quercus, e outras entidades ligadas à região. A área abrangida pela candidatura ainda não está definida, mas tudo indica que deve ser, aproximadamente, de 18 mil hectares – 12 700 hectares de zona terrestre e

5300 hectares de zona marinha.

Para além da Câmara Municipal de Setúbal e da Quercus, participam no Conselho Coordenador da Candidatura, o Parque Natural da Arrábida, a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, as Câmaras Municipais de Palmela e Sesimbra e várias associações, nomeadamente de defesa do ambiente e do património.

As pedreiras da Secil, Calhariz e Sesimbra – cuja

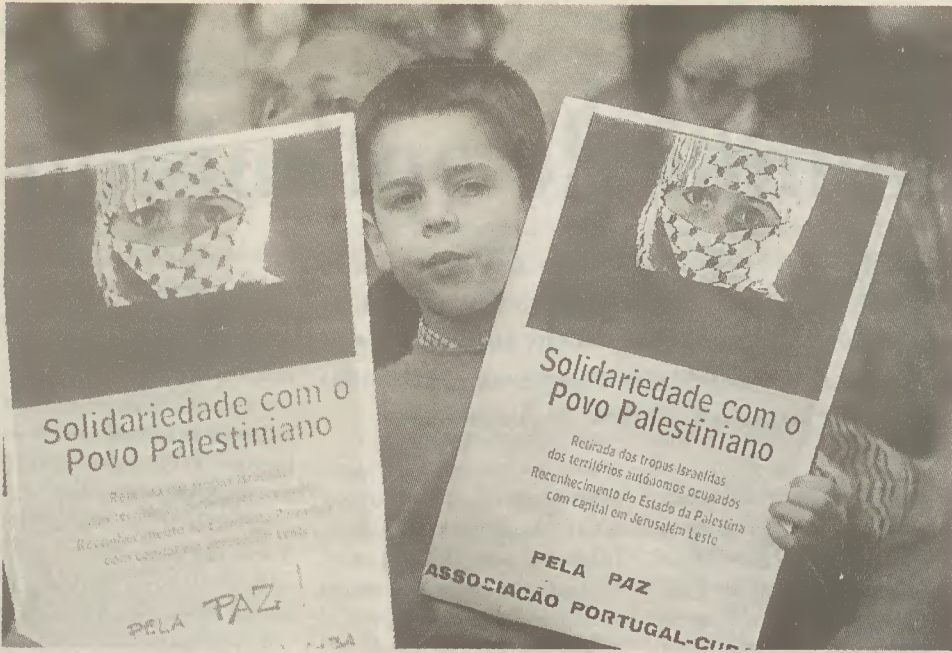
inclusão vai ser ponderada – poderão ser excluídas da candidatura, se a sua inclusão prejudicar a aprovação do projecto.

Entretanto, a paisagem da cultura da vinha do Pico, Açores, ficou entre as 26 candidaturas a património mundial seleccionadas na última semana numa reunião em Paris de responsáveis da UNESCO.

Para análise pelos responsáveis da UNESCO apresen-

taram-se 50 candidaturas propostas a nível mundial, passando 26 para a fase seguinte.

A escolha da zona da Paisagem da Cultura da Vinha do Pico, a parcela mais representativa e bem conservada de toda a zona vitivinícola da ilha, foi também justificada pelo facto de «constituir uma excelente representação do desenho evolutivo da paisagem e da conservação da memória».



Mais iniciativas de solidariedade Pôr fim à agressão e aos massacres

O movimento de solidariedade com o povo palestino prossegue, com renovadas iniciativas, em diferentes pontos do nosso país. Uma dinâmica que se impõe face à continuidade da agressão bélica e o horror das notícias de massacres que nos vão chegando.

Ao fim da tarde de hoje, no Rossio de Viseu, tem lugar uma concentração/vigília de solidariedade com o povo palestino. A iniciativa é convocada pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, União dos Sindicatos de Viseu, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Sindicato dos Escritórios e Serviços de Portugal, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Aveiro, Guarda e Viseu, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro, Prof - Associação de Professores de Viseu e outras estruturas associativas.

Os promotores da acção de solidariedade pretendem, desta forma, manifestar a sua preocupação com a violência que assola a Palestina e exigir, em nome da paz, a saída imediata de Israel dos territórios ocupados, o fim da agressão e a libertação de Arafat, o fim de todos os atentados, a intervenção da comunidade internacional.

O movimento de solidariedade com o povo palestino prossegue

Terça-feira, uma delegação das noventa e duas organizações sociais que promoveram a manifestação pela Paz no Médio Oriente realizada no passado dia 10, em Lisboa, tinha agendado um encontro com o embaixador de Israel em Portugal, para lhe entregar uma carta.

Em nota divulgada à imprensa, o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) saudou as «organizações e movimentos sociais que convocaram e os muitos milhares que se concentraram e desfilaram do Camões para o Rossio», pela Paz na Palestina. E ainda os presentes nas vigílias do Porto, Coimbra e Évora, nas iniciativas da Pax Christi, e todas as outras iniciativas, nomeadamente o cordão humano em Lisboa, de solidariedade com o povo da Palestina.

Moções

«Como é possível que um povo que sofreu tanto pareça insensível ao sofrimento que ele próprio está a causar a outro povo.» Uma questão

colocada por David Grossman, escritor judeu israelita, retomada pelo vereadores da CDU na Câmara Municipal de Silves, em Moção sobre a situação na Palestina.

O documento sublinha o relato diário de «factos de indescritível barbaridade e crueldade», das execuções sumárias à destruição maciça de habitações por bulldozers e tanques, a penetração selvática em campos de refugiados e até o impedimento do trabalho de assistências das equipas de socorro e pessoal médico.

Esta mesma barbaridade é denunciada em Moção da Câmara Municipal da Moita que, por outro lado, salienta que «enquanto o povo da Palestina, apesar de desapossado das suas terras e da sua soberania num processo de invasão e terrorismo, já reconhece oficialmente Israel, as suas instituições e as suas fronteiras, o governo de Israel rasgou todos os compromissos que assinou e apenas mostra reconhecer o seu próprio desejo de aniquilar definitivamente a Alta Autoridade e o povo palestino».

Em nome dos bombeiros profissionais portugueses, o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais repudia a atitude das autoridades militares israelitas que impediram os bombeiros palestinos de «efectuarem o seu trabalho de socorro aos feridos civis e de combaterem os incêndios originados pelas bombas».

● Sérgio Ribeiro

A rodela de suor na vidraça

Quando, noutras vivências pessoais com intensidade semelhante à do momento presente, morava em Lisboa ou em qualquer outra grande cidade para onde me tivessem levado tarefas ou erros meus, más fortunas e amores ardentes, era inevitável que a testa se aproximasse do fresco do vidro da janela e, depois de um tempo incontável a olhar para fora, para o vazio cheio de casas, carros, pessoas, finalmente sentisse estar tudo a arrumar-se. Voltava, então, ao ritmo de vida «normal», deixando no vidro da janela o testemunho de uma rodela resultante da respiração da pele. Agora, é muito melhor. Deixo o computador, deixo tudo, mesmo que não saiba o que tudo seja, saio porta fora e vou pelos campos. Enterro as mãos nos bolsos, a cabeça fica mais ainda entre as orelhas e os ombros, fazendo de mim um compacto. Oiço vagamente a passarada, quando é a hora deles darem sinais de vida – e, para alguns, são sempre horas –, ao longe há cães que ladram, deixo que as pernas libertem a cabeça da função de me conduzirem por onde ir. Sento-me, por vezes, no grande maciço de pedra onde o meu pai me levava pela mão e onde falava comigo... ou nada dizia, e por ali fico. Minutos?, horas?, anos?, depende da bitola para a medida do tempo.

Por que sou comunista?, que opção de vida foi esta?, que pele passou a ser a minha?

Não me assaltam dúvidas. Basta beliscar-me para saber que sou o que sou. Mas racionalizo, faço retrospectivas, autocrítico-me, confronto-me comigo e confronto-me com outros e seus e nossos comportamentos.

Antes de mais, parece-me que, cronologicamente, coloco as primícias de uma imensa alegria de viver e de um gostar dos outros, sejam eles como a vida os tenha feito ou desfeito. Depois, o que aprendi a partir do partido que tomei, a partir da opção de estar com os explorados, de lutar por uma outra sociedade. E como a (de)formação académica e profissional me atirou para a economia, foi fácil (isto é como quem diz...) entrar nos mecanismos que são os da exploração, e Marx muito me ajudou. Logo veio o Lenine dizer-me que só a análise das condições concretas nos pode servir para a procura das respostas adequadas, no quadro de uma

ideologia e de uma abordagem metodológica.

Vivi a guerra, e eu que nunca fui estalinista (até porque, mesmo antes do XX Congresso do PCUS, manuais redutores nunca me satisfizeram) não posso deixar de me arrepiar quando leio, escrito por quem se afirma comunista, que espera que a recente eleição das legislativas em Portugal «tenha sido a derradeira e perdida batalha de José Estaline». Este exemplo ficou-me cá dentro, à tona de muitos outros, porque a leitura ainda que superficial da História diz o que esta teria sido se José Estaline e (melhor!) o povo soviético tivessem perdido outras batalhas!

Olho para trás e para o lado, não para assobiar distraída e ligeiramente mas para, com a maior lucidez que consiga, avaliar passados e presentes. E sinto uma grande alegria por ter estado onde estou, por ter dado os infinitesimais contributos que dei para um passado colectivo de que muito me orgulho. Por isso, de novo me sinto agredido quando leio enormidades, como a de um editorialista encartado de um diário (o Económico, tendo o sujeito o nome de Miguel Coutinho), que diz sermos nós, o Partido Comunista Português, reféns de um passado que só a nós não envergonha! Palavra que me senti envergonhado por tal ter lido. Mas olho sobretudo para a frente, procurando o contributo que possa ainda dar, enquanto tiver forças e por cá for andando. Não temos de pedir a ninguém que nos deixem procurar ajudar a transformar o mundo, não nos contentando em aceitar o sistema e em gerir (ou humanizar!) o capitalismo. E não será o facto de podermos não saber, hoje, como o fazer, que nos leva a desistir, a mudar de objectivos. Temos a grande força, a enorme força, a insubstituível força de termos convicções baseadas numa «leitura» e interpretação da História, do humano evoluir. Não navegamos à deriva, nem naufragamos nas «nets». Privilegiamos os colectivos, quer na acção quer na responsabilização. Embora saibamos que somos cada um um, e que, na História, só de vez em quando aparece um de nós que, integrando sem tibiezas o colectivo, é capaz de perguntar «que fazer?» e de contribuir decisivamente para a resposta (colectiva), é capaz de definir o «rumo à vitória» e de o percorrer nesse e com esse colectivo.

Barata-Moura reeleito reitor da UL

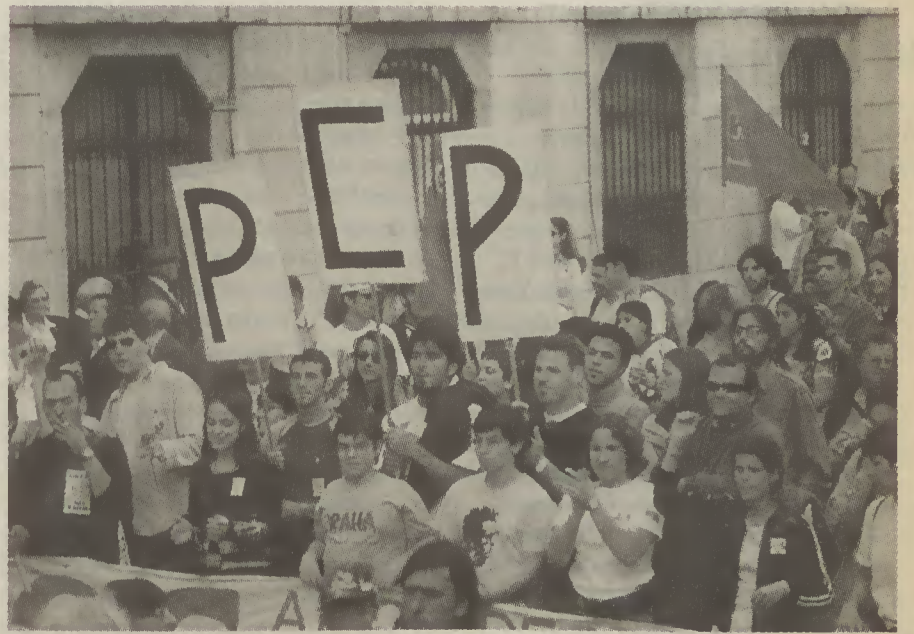
Com 63% dos votos, contra os 37% conseguidos pelo candidato Pinto Paixão, Barata-Moura vai iniciar o seu segun-

do mandato como reitor da Universidade Clássica de Lisboa.

José Barata-Moura tem agora pela frente quatro anos

para concretizar o seu programa que defende a clarificação estratégica do ensino superior e a diversificação de públicos e das exigências sociais da formação.

Nascido em 1948, José Barata-Moura licenciou-se em Filosofia pela Universidade de Lisboa em 1970, e doutorou-se nesta mesma disciplina em 1980. É professor catedrático da Faculdade de Letras da UL desde 1986 e reitor desta Universidade desde 1998, tendo 15 obras sobre filosofia publicadas em livro.





O que fazer?! • Sandra Pimenta

Conflito no Médio Oriente. Ponto de situação às 13h32 de dia 16 de Abril de 2002. Na União Europeia (UE), cujos ministros dos Negócios Estrangeiros se reuniram no início desta semana, no Luxemburgo, decidiram abster-se de qualquer nova iniciativa para a obtenção da paz no Médio Oriente. A prioridade continua a ser o apoio a Colin Powell, afirmaram em uníssono. O mesmo não aconteceu quanto à eventualidade de aplicação de sanções a Israel, que tiveram no Reino Unido, Alemanha e Holanda os principais opositores. Assim se vê a união desta Europa, que não consegue falar a uma só voz no que diz respeito à política externa. Ou seja, mais um passo atrás depois dos esforços feitos na semana passada, nomeadamente, pelo Parlamento Europeu, onde pela primeira vez se aprovou uma resolução onde se exigia aos governos da UE a suspensão do Acordo de Associação UE-Israel, porque ao estado a que a situação chegou, as sanções económicas são, neste momento, a mais imediata e efectiva forma de pressão da Europa sobre o governo de Ariel Sharon. A mesma resolução do PE, condenou «a escalada militar prosseguida pelo governo Sharon, que viola o direito internacional e humanitário e não proporcionará qualquer solução eficaz para os atentados terroristas, e condena a opressão da população civil palestina pelo exército israelita e a destruição sistemática das infra-estruturas na Cisjordânia» e «chamou a atenção do governo israelita para a necessidade de permitir que Yasser Arafat, presidente democraticamente eleito da Autoridade Nacional Palestiniana, possa circular livremente». Agora, tudo voltou à estaca zero. Ou segundo o que muitos acreditam, a resolução desta grave situação está nas mãos de um só homem, de seu nome Colin Powell. Mas será que tudo no mundo tem de ter as mãos dos americanos?

EUA, aliado ou inimigo?

Powell, homem de confiança do «quarteto» composto pela UE, Nações Unidas e Rússia, e naturalmente, os EUA, chegou ao Médio Oriente há uma semana, e ainda nada conseguiu. Ou melhor, já conseguiu aquilo que foi negado ao alto representante da UE, Javier Solana. Encontrar-se com Yasser Arafat, dando assim de mão beijada aos EUA, a oportunidade de se apresentarem ao mundo como a entidade mais influente na região, e como tal aquela que mais direitos e competências diz ter para intervir. Mas já dizem que no melhor pano cai a nódoa. Enquanto Powell faz esforços para resolver o conflito, do outro lado, no seu país, os apoios são um tanto ou

quanto contraditórios. Senão, vejamos: «Israel, que está a agir em legítima defesa, deve retirar as suas forças de toda a Cisjordânia o mais rapidamente possível», declarou esta semana a conselheira para a Segurança Nacional da Casa Branca. Ainda, questionada sobre a recusa de Ariel Sharon às ordens de Bush para a retirada imediata dos territórios palestinianos, a mesma conselheira responde que «Israel já efectuou retiradas em cerca de 40 aldeias, segundo contas israelitas». Melhor mesmo, só a conclusão das suas declarações: «Israel é amigo da América e deve continuar a trabalhar com os seus parceiros para travar as ameaças terroristas». Palavras para quê? Com apoios desta natureza, dificilmente Ariel Sharon, irá dar qualquer passo em direcção a uma solução de paz, até porque segundo palavras do mesmo, a ofensiva contra os palestinianos trata-se de uma «guerra de sobrevivência», e como tal, é mais do que legítima para o povo judaico. É preciso lata, descaramento, desfaçatez e pouca vergonha! Desde quando é que o sofrimento imposto a um o povo por outro povo é legítimo? Quem foi que deu autorização ao Estado de Israel e a Ariel Sharon de negar a outro povo o direito a uma existência digna e livre?

E a Europa aqui tão perto...

Mais uma vez a UE mostrou a sua incapacidade. Até parece que nunca viveram situações como esta, em que foram forçados a agir e depois... nada. A Bósnia, o Kosovo, o Afeganistão, são os exemplos mais recentes. Em relação à Palestina, o discurso é o mesmo, só mudam as palavras, «não há uma solução militar para o conflito, senão a política, baseada nas resoluções da ONU e no conceito de paz». Até aqui tudo bem, vamos explorar todas as vias políticas antes de assumir qualquer atitude mais drástica. Mas até quando? Será que é até não restar mais um único palestiniano? Não podemos passar mais tempo de braços cruzados a ver todos os dias as imagens da guerra e da morte que nos são «oferecidas» e nada fazer. De que está a Europa à espera para dizer basta e adoptar uma posição definitiva. Não é possível avançar com uma solução de paz um dia e no dia imediatamente a seguir recuar nessa decisão só porque vai afectar um ou outro país da UE. E os milhares de crianças, mulheres e homens afectados com esta guerra estúpida? Não contam? Ou será que as suas vidas não valem o mesmo que a vida de um europeu... afinal de contas é de direitos humanos que falamos e que teremos sempre que falar.

Parlamento Europeu acredita na pacificação definitiva de Angola

Tempo de optimismo

O PE congratulou-se com a assinatura do «Memorando para o entendimento» entre o governo de Angola e a direcção militar da UNITA, considerando que representa uma nova era na pacificação definitiva de Angola.

Numa resolução que mereceu o apoio de vários grupos, tendo sido subscrita, entre outro, pelo deputado, do PCP, Joaquim Miranda, o PE apela ao governo de Angola e à UNITA para que tornem este cessar-fogo definitivo e irreversível e mostra-se confiante em que o governo e a UNITA serão fiéis aos compromissos assumidos, cessando as hostilidades militares e políticas em toda extensão do território angolano.

O texto recomenda ao Conselho de Segurança que pro-

ceda progressivamente ao levantamento das sanções internacionais contra a UNITA, em consulta com o governo, defendendo a integração daquele movimento no contexto político nacional como um partido livremente reorganizado e não armado.

O governo é incentivado a intensificar o diálogo e a cooperação com todas as forças políticas, a sociedade civil e as igrejas, devendo aproveitar esta oportunidade de paz para conceder prioridade à melhoria da situação huma-

nitária e sanitária. Por outro lado, os deputados consideram urgente a extensão da administração do Estado a todo o território de Angola, a fim de criar condições para o regresso das populações deslocadas. O Gabinete do Alto Comissariado para os Refugiados (UNHCR) é chamado a apoiar mais de quatro milhões de pessoas deslocadas no interior de Angola, e é feito um apelo à comunidade internacional para que desenvolva acções concretas para resolver os problemas da situação humanitária no país.

À Comissão, ao Conselho ACP-UE e à ONU, o PE pede que apoiem os programas de desminagem e promovam condições para a revitalização da economia do país, a ajuda humanitária, a integração social das pessoas deslocadas, soldados desmobilizados, deficientes das forças armadas e órfãos de guerra, promovendo uma conferência internacional de doadores para a reconstrução de uma Angola pacífica.

O PE apela ao governo angolano para que estabeleça mecanismos transparentes para a exploração de recursos naturais como o comércio de diamantes e de petróleo, de forma a que estes rendimentos permitam financiar um desenvolvimento justo e sustentável e à luta contra a pobreza.

Como referiu Joaquim Miranda, «o tempo é de optimismo e toda a nossa acção deve determinada pelo apoio sem limites à concretização da esperança de que os angolanos estão marcados nos dias de hoje».



Mais de quatro milhões de pessoas deslocadas no interior de Angola necessitam de apoio urgente

Pensões de reforma

Mais justiça na distribuição

A organização e o financiamento dos regimes de reforma são da competência dos estados-membros mas, através o método aberto de coordenação, a União Europeia pretende fixar objectivos comuns que se traduzirão depois em estratégias políticas nacionais.

Foi neste quadro que o Parlamento Europeu aprovou na última sessão um relatório que proclama a necessidade de garantir o direito a pensões adequadas, independentemente do problema do financiamento. No entanto, como referiu a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo, «não é aceitável que se vá caminhar para a fixação de regras e de recomendações que, na prática, ponham em causa o direito a pensões que garantam uma vida digna e autónoma e a participação na vida social e cultural».

Como sublinhou, «a responsabilidade por eventuais desequilíbrios do regime de

pensões» não cabe aos trabalhadores e reformados. A manutenção de um sistema justo, notou, «é mais um problema de distribuição do que um problema demográfico».

Daí a importância, considerou a deputada comunista, de «alargar a base contributiva e explorar formas alternativas de financiamento dos regimes de pensões obrigatórios, tornando, por exemplo, a quotização social extensiva aos rendimentos financeiros».

Para Ilda Figueiredo, é «preocupante» o caminho que foi traçado em Barcelona ao propor, até 2010, o aumento progressivo em cerca de cinco anos, em média, da idade de abandono da actividade profissional na União Europeia.

A cobiça do capital

Na mesma semana, o Parlamento Europeu aprovou

um relatório que considera o capital de risco como a chave para a resolução das necessidades de financiamento das pequenas e médias empresas (PME's) e do seu capital de arranque. Para tanto, o documento não esconde que a principal fonte de recursos para estes mercados voláteis devem ser os fundos de pensões, solicitando neste sentido total liberdade para os gestores destes fundos poderem aplicá-los em capital de risco. Como incentivo, é proposta a isenção fiscal para as mais-valias mobiliárias vindas das PME's e benefícios fiscais para os investimentos dos fundos em regime de capital de risco. Mas se os fundos de pensões podem garantir o bem-estar dos mercados financeiros, o mesmo já não se poderá dizer daqueles que depois de uma vida de trabalho vêem evaporar-se as poupanças para uma mercedária reforma.

A lista do terrorismo

O Parlamento Europeu aprovou uma proposta de regulamento que prevê o congelamento dos bens e recursos económicos de organizações ou pessoas alegadamente implicadas no antigo regime Taliban do Afeganistão ou na rede terrorista Al-Qaida. Os deputados do PCP consideram que, no âmbito da luta contra o terrorismo, é necessário tomar medidas de combate à criminalidade organizada que passam nomeadamente pelo combate ao branqueamento de capitais, aos diferentes tráficos e pela supressão dos paraísos fiscais. No entanto, como frisou Ilda Figueiredo, é «inaceitável que se submeta à aprovação do Parlamento Europeu uma lista — eventualmente fornecida pelo governo e serviços de informação dos EUA, país que há bem pouco tempo se opôs ao controlo dos paraísos fiscais — de organizações e pessoas sem que seja fundamentada ou apresentada qualquer prova».

Cooperação viciada

O Parlamento Europeu apoia os principais objectivos da Comissão Europeia e do Conselho para a cooperação euro-mediterrânica que colocam como prioridade a luta contra o terrorismo e a criação de uma zona de comércio livre. O PCP, através da deputada Ilda Figueiredo, defende o aprofundamento das relações entre a União Europeia e os países do mediterrâneo, mas acusa a UE de pretender utilizar os acordos de associação com estes países para «levar à prática a liberalização dos serviços e da agricultura e, de um modo geral, as orientações apontadas pela Organização Mundial do Comércio».

A importância dada à luta contra o terrorismo é também criticada uma vez que «menospreza» as causas profundas como, por exemplo, «a resolução do conflito no Médio Oriente ou a situação da Ocidental» ou a satisfação das «mais básicas necessidades e carências que atingem muitas populações».

Patente europeia

A proposta de regulamento sobre a criação de uma patente europeia, aprovada na passada semana pelo Parlamento Europeu, põe em causa os interesses dos pequenos e médios países, ao pretender limitar a cinco línguas (inglês, francês, alemão, italiano e espanhol) os processos de registo de patentes. Para Ilda Figueiredo, trata-se de uma medida inaceitável que abre um precedente que põe em causa a utilização de todas as línguas oficiais em pé de igualdade. A deputada do PCP discorda igualmente que os institutos nacionais de patentes percam as suas competências a favor do futuro Instituto Europeu de Patentes de Munique e insiste na necessidade de garantir que o «software» permaneça como até aqui livre de qualquer patente comunitária ou europeia.

Greve geral em Itália Protesto histórico

Desde há 20 anos que a Itália não vivia um dia como o da passada terça-feira. Mais de um milhão manifestaram-se nas principais cidades enquanto uma greve geral contra a reforma laboral deixou o país completamente parado.

Convocada pelas três principais centrais sindicais, que representam mais de dez milhões de trabalhadores, a greve geral foi um poderoso protesto contra a reforma laboral do governo de Silvio Berlusconi que pretende liberalizar os despedimentos.

Comércio, bancos, administração pública não chegaram, na sua maioria, a abrir as portas. Encerrados estiveram também as escolas e ser-

viços de saúde, com excepção de casos de urgência.

Transportes ferroviários, aéreos e fluviais paralisaram durante as oito horas de greve. Nas principais cidades não circularam os autocarros, metro, eléctricos ou mesmo taxis. As portagens nas auto-estradas não funcionaram circulando-se gratuitamente. Nos jornais, a paralisação cumpriu-se na véspera de modo a que a ausência das

edições se fizesse notar nas bancas no dia da greve, limitando-se as rádios e televisões a transmitir curtos serviços informativos, mesmo as estações que são propriedade de Silvio Berlusconi.

Com o país de facto parado, os trabalhadores vieram para as ruas em dezenas de manifestações nas principais cidades. Segundo as primeiras notícias divulgadas no próprio dia, em Florença teve lugar uma gigantesca manifestação que juntou cerca de 400 mil pessoas. Noutras cidades verificaram-se igualmente importantes

concentrações. Em Turim, no norte, manifestaram-se mais 150 mil; em Milão, mas de 300 mil; em Roma, só numa das três manifestações realizadas juntaram-se mais de 200 mil pessoas, em Bolonha, 200 mil saíram à rua.

Dezenas de manifestações juntaram mais de um milhão de pessoas

Braço-de-ferro com o patronato

Face à dimensão do protesto, os sindicatos acreditam que seria «um suicídio político» para o primeiro-ministro não alterar o projecto de reforma fiscal. Esta pelo menos é a opinião do líder da CGIL (Confederação Geral Italiana do Trabalho), Sergio Cofferati, que salientou no seu discurso em Florença que os trabalhadores não vão parar até alcançarem os seus objectivos. Contudo, ainda no passado fim-de-semana, perante mais de quatro mil patrões da Confindustria, Berlusconi tentou acalmar os ânimos, garantindo-lhes que a greve geral «paralisará uma parte do país mas não as reformas» anunciadas.

O controverso projecto de Berlusconi prevê a supressão do artigo 18.º do Estatuto dos Trabalhadores, o qual proíbe o despedimento sem justa causa. Esta é a principal exigência do patronato sobre a qual os sindicatos não aceitam qualquer tipo de negociação. Porém, a greve geral também contestou outras reformas e objectivos do governo de direita que em sectores fundamentais como a saúde, o ensino, os serviços públicos, o sistema fiscal e a segurança social.

A última greve geral em Itália remonta a 25 de Junho de 1982 quando o governo do democrata-cristão Giovanni Spadolini pretendeu criar um sistema automático de actualização salarial indexado à taxa de inflação.



Todos os sectores de actividade pararam na terça-feira em protesto contra a reforma laboral, convocado pelas três principais centrais sindicais

PE pede embargo a Israel

O Parlamento Europeu aprovou na passada semana uma resolução, subscrita pela maioria dos grupos políticos, que não só condena a verdadeira guerra declarada unilateralmente pelo governo de Ariel Sharon contra o povo palestino como critica duramente a actuação da administração dos norte-

-americana com grandes responsabilidades na evolução da situação da região.

Mas os eurodeputados foram mais longe ao preconizarem uma série de medidas, nomeadamente a suspensão do acordo de Associação com Israel, o embargo de armas e a possibilidade de encerrar o envio de uma força de inter-

posição e de observação na região sob a égide da ONU.

A resolução, que teve o apoio de comunistas, verdes e socialistas, não foi no entanto considerada pelos estados-membros que mais uma vez optaram por uma posição passiva face à terrível tragédia que todos os dias vitima civis inocentes.

Comissão quer expulsar milhões de «ilegais»

Os imigrantes que residem ilegalmente nos estados-membros são os principais visados do chamado «livro verde» que a Comissão Europeia divulgou na passada semana, intitulado «Uma política comunitária de retorno dos residentes ilegais».

Com este documento o executivo europeu pretende aprovar um conjunto de normas legais para enviar para os seus países de origem todos os imigrantes clandestinos. Embora não haja dados oficiais, calcula-se que na União Europeia possam viver ilegalmente mais de três milhões de pessoas. Segundo Bruxelas, entram todos os anos nestas condi-

ções cerca de meio milhão de cidadãos de países terceiros.

Em 28 páginas, o «livro verde» decreta que todos os que não possuem autorização permanente ou temporária deverão abandonar a UE, evocando mais adiante «razões humanitárias» para dar prioridade ao «retorno voluntário», sem bem que esta opção «exija menos esforços administrativos».

Admitindo de forma vaga a aplicação de fórmulas de integração, a Comissão quer uma política de repatriação eficiente, visando não só ilegais como todos os virem recusados pedidos de asilo ou os que foram acolhidos por razões

políticas que hoje, no entender da comissão, já não se verificam, citando o caso de milhares de bósnios que se refugiaram na Alemanha.

O texto recorda ainda que, de acordo com a legislação actual, devem ser expulsas todas as pessoas que se comportam num perigo para a segurança ou ordem públicas após terem sido condenadas por delitos graves.

Sem referir como, a Comissão afirma que estas expulsões deverão respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais (referindo, em particular, os direitos das crianças), propondo que os Quinze procurem a colaboração

dos respectivos países de origem.

Durante o ano de 2000, os estados-membros emitiram ordens de expulsão contra 367.552 pessoas e outras 87.628 abandonaram voluntariamente a União. No presente ano, inscreveram-se oficialmente 816 mil imigrantes, curiosamente, um número muito abaixo dos 1,4 milhão que a UE necessita para manter o seu nível produtivo. De resto só a Alemanha, Itália e Reino Unido receberam 70 por cento deste fluxo migratório. O projecto deverá ser debatido até 31 de Julho, para depois se transformar em legislação comum.

Blair aumenta impostos

O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, quer aumentar os impostos alegando a necessidade de melhorar os serviços públicos. A proposta, que terá sido apresentada ontem, quarta-feira, no âmbito orçamental de Estado, foi anunciada pelo chefe do governo numa entrevista publicada no domingo no jornal «The Observer». Blair justifica a subida dos impostos designadamente com a «urgente necessidade» de recapitalizar o sistema público de saúde, que enfrenta graves dificuldades de tesouraria, que se reflectem ao nível dos equipamentos e da capacidade de resposta. O executivo calcula que uma subida fiscal traga aos cofres públicos mais cinco mil milhões de libras (8,17 mil milhões de euros), podendo esse valor ser mais elevado caso também seja alterado IVA, de 17 para 18 por cento. Esta medida deve ser acompanhada por uma subida do salário mínimo nacional, pela segunda vez em seis meses, de 4,1 para 4,2 libras (6,7 para 6,86 euros) por hora.

Manifestação em Oviedo

Cerca de cinco mil pessoas manifestaram-se no sábado na cidade espanhola de Oviedo, onde decorria um encontro informal dos ministros da Economia e Finanças dos Quinze.

A marcha sob o lema «Contra a Europa do capital e da guerra», promovida por movimentos antiglobalização, decorreu de forma pacífica, apesar de ter sido seguida por um forte contingente policial.

Grego nomeado para BCE

Os ministros da Economia e Finanças da União Europeia designaram o governador do Banco da Grécia, Lucas Papademos, como novo vice-presidente do Banco Central Europeu, substituindo o francês Christian Noyer. O acordo foi alcançado no sábado durante o almoço realizado no âmbito da reunião informal do Conselho Ecofin.

Cabo Verde quer ser parceiro da UE

Cabo Verde quer estabelecer um regime de parceria com a União Europeia, que implique um estatuto especial para ampliar as relações entre os Quinze e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), afirmou na passada semana o primeiro-ministro cabo-verdiano. José Maria Neves explicou, durante uma visita às Canárias, que Cabo Verde, apesar de ter um acordo de cooperação com Portugal que lhe garante a convertibilidade do escudo cabo-verdiano e uma paridade fixa com o euro, pretende contar com um estatuto especial com a UE.

Mil mortos no Congo

Mais de mil pessoas morreram em massacres perpetrados este fim-de-semana no Leste e Norte do Congo, informaram em Kinshasa vários porta-vozes de organizações humanitárias. Segundo as fontes, as matanças começaram em Kivu, região oriental do país e onde tropas ruandesas tentam pôr cobro a uma rebelião no seio da União Congoleza para a Democracia, grupo rebelde apoiado pelo próprio regime de Kigali. A esses confrontos seguiram-se fortes combates na localidade de Ganga, no Nordeste, entre grupos que disputam o controlo do Movimento de Libertação do Congo, que também luta contra o regime de Kinshasa mas com o apoio do Uganda. Fontes oficiais em Kinshasa adiantaram que os massacres constituem uma tentativa para levar ao fracasso as negociações de paz que as diferentes partes congolezas estão a realizar em Sun City, na África do Sul.

Manifestação antiglobalização

Seis marchas organizadas pelos movimentos antiglobalização a partir de diversos pontos das Astúrias juntaram-se sábado em Oviedo, Espanha, onde vários milhares de pessoas iniciaram uma manifestação contra a reunião informal do Conselho de Ministros da Economia e Finanças da União Europeia. Os manifestantes empunhavam um grande cartaz onde se podia ler: «Contra a Europa do capital e guerra, outro mundo é possível». Os manifestantes chegaram às Astúrias sem que se registassem incidentes e, debaixo de uma chuva intensa, iniciaram a manifestação na estação de Renfe sob um forte dispositivo policial.

TPI criado

Cerimónias simultâneas em Nova Iorque e Roma assinalaram na passada semana a criação formal do Tribunal Penal Internacional (TPI), primeira instância judicial a nível mundial para julgamento de genocídios, crimes de guerra e contra a humanidade. Os actos começaram na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, com a entrega – por pelo menos sete países – dos instrumentos de ratificação do Tratado de Roma (1998), que instituiu o TPI. Em Roma, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e o presidente italiano, Carlo Azeglio Ciampi, presidiram à cerimónia através de vídeoconferência. Os instrumentos em causa juntaram-se às actuais 56 ratificações – a portuguesa foi a 51.ª, em Fevereiro deste ano –, perfazendo o total de 60 países exigidos pelos estatutos para o estabelecimento do TPI.

A Comissão dos Direitos Humanos da ONU condenou a brutal agressão israelita aos campos de refugiados palestinos

Washington rejeita sanções a Israel

Uma eventual conferência sobre a paz no Médio Oriente, proposta por Israel e sem Arafat, parece ser o único resultado da visita de Colin Powell à região.

O périplo do secretário de Estado norte-americano ao Médio Oriente confirmou o que já se sabia: os EUA não estão muito empenhados em pressionar Israel para que acabe com a matança dos palestinos, retire as suas tropas dos territórios ocupados e volte à mesa das negociações. Para além de umas quantas declarações de intenções, Powell deixou claro que Washington não quer ouvir falar de sanções a Telavive. Subserviente, a União Europeia adopta a mesma atitude; reunido em Bruxelas no início da semana, o Conselho de Assuntos Gerais da UE nem sequer discutiu as propostas de sanções aprovadas pelo Parlamento Europeu.

Entretanto, Israel prendeu o dirigente da Al Fatah na Cisjordânia, Marwan Barghuti, que responsabiliza pela morte de centenas de pessoas. A prisão de Barghuti suscitou forte polémica entre os próprios deputados israelitas, dado tratar-se de um dirigente muito respeitado inclusive entre os militares.

Em cima da mesa está agora a proposta de Ariel Sharon sobre uma eventual conferência regional sobre a situação no Médio Oriente, com a participação de uma delegação palestina, mas sem a presença de Arafat. Sempre com-

preensivo, Colin Powell dourou a pílula desta imposição israelita dizendo que «Arafat pode escolher as pessoas no movimento palestino para o representar», e que a sua presença «não é imprescindível» para o arranque da iniciativa.

É impossível falar de paz antes da retirada israelita

Ceticismo em Damasco

O encontro, a realizar sob a égide de Washington, reuniria representantes israelitas, palestinos, egípcios, jordanos, marroquinos, sauditas e dos estados do Golfo.

Arafat mostrou-se receptivo à ideia, desde que não seja uma forma de Israel ganhar tempo para atingir os seus objectivos. Em declarações à cadeia norte-americana «Fox», no domingo, o dirigente palestino disse estar «pronto para uma conferência, imediatamente», na condição desta ser simultaneamente acompanhada de uma «retirada imediata» do exército israelita da Cisjordânia.

As autoridades sírias, por seu lado, mostraram-se cépticas quanto às intenções de Israel. Segundo a Rádio oficial de Damasco, se Sharon «fosse um verdadeiro homem de paz e não um criminoso de guerra já teria aceite os princípios da Conferência de Madrid» que em 1991 lançou



O massacre de palestinos não abala a boa disposição de Colin Powell e Ariel Sharon

o processo de paz no Médio Oriente. O presidente sírio, Bachar al-Assad, não poupou, de resto, a política israelita no seu encontro com Powell, responsabilizando Telavive pelos atentados suicidas palestinos.

«As operações dos mártires são um resultado e uma consequência das práticas israelitas (...) e vale mais erradicar as causas do que perder

tempo a condená-las», declarou o chefe de Estado sírio dirigindo-se a Powell. Segundo a agência oficial SANA, no seu encontro com Powell o presidente sírio pediu aos EUA para que tenham uma visão «clara» sobre a paz e para que ajam em conformidade com as «resoluções adoptadas pela comunidade internacional».

«É impossível falar de paz

antes da retirada israelita dos territórios palestinos e do fim dos ataques perpetrados contra o povo palestino», disse. Para Bachar al-Assad, «o que se passa na Palestina conduz o processo de paz para a morte», e «se nada for feito, as coisas atingirão um ponto em que não será possível voltar atrás e será então preciso esperar (a chegada) de uma nova geração».

EUA

Canadiano condenado por negociar com Cuba

Um homem de negócios pode ser condenado a um máximo de 205 anos de prisão por ter exportado produtos para Cuba ao serviço de uma firma de produtos bioquímicos com sede nos EUA.

Entre 1992 e 2000, James Sabzali, cidadão canadiano, trabalhou em Ontário e depois em Filadélfia (EUA) para a Bro'Tech Corp, e durante este período vendeu resinas que irão ser usadas para purificar água, num valor superior a 2 milhões de dólares. O tribunal federal condenou-o por violar o

«Acto de Comércio dos EUA Com o Inimigo», e por conspiração. O ministro de Negócios Estrangeiros cubano, Perez Roque, num comício de 140 mil pessoas perto de Havana, ridicularizou a condenação, fazendo notar que o material não tem fins militares ou estratégicos, sendo usado em hospitais e escolas cubanas.

Sabzali irá ouvir a sentença em Junho: os procuradores pediram uma multa de 5 milhões de dólares e uma pena de 68 anos de prisão.

Em Abril de 2001, o secre-

tário de Estado, Colin Powell fez declarações favoráveis ao fim do bloqueio económico, mas posteriormente a administração Bush endureceu a sua posição em relação a Cuba, nomeadamente com a nomeação de Otto Reich para assistente do secretário de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental. Reich é um cubano-americano com ligações profundas à comunidade anti-Castro baseada na Florida, que em declarações recentes prometeu bloquear pressões do Congresso para levantar o bloqueio.

Itália

Congresso do PRC

O V Congresso do Partido da Refundação Comunista (PRC) realizou-se de 4 a 7 de Abril na cidade italiana de Rimini. Na reunião magna do PRC, que reuniu 634 delegados representando os 92 317 inscritos no PRC, estiveram presentes 90 delegações estrangeiras de 53 países, entre as quais uma delegação do PCP composta por Manuela Bernardino, do Comité Central e da Comissão Central de Controlo, e Jorge Cadima, da Secção Internacional.

O Congresso realizou-se num momento em que o go-

verno de Berlusconi desenvolve uma ofensiva reaccionária, nomeadamente contra os direitos dos trabalhadores, e simultaneamente num contexto marcado pelo recente surto de grandes manifestações de massas, entre as quais são de destacar a de Génova, no Verão passado, contra a Cimeira do G7, a de Roma em Novembro, contra a guerra no Afeganistão, e a recente gigantesca manifestação sindical de 23 de Março, que reuniu mais de 2 milhões de trabalhadores em Roma.

Foram discutidas e aprova-

das Teses e alterações aos Estatutos, consideradas necessárias pelo Congresso para adequar o PRC à nova fase da sua actividade e à sua intervenção e participação nestes movimentos.

A solidariedade com a luta do povo palestino e a condenação da política agressiva de Israel foi outro tema central dos trabalhos.

O Congresso elegeu uma nova Comissão Política Nacional (órgão semelhante ao Comité Central do PCP) de 135 membros, e reelegeu Fausto Bertinotti como seu Secretário-Geral.

Direitos humanos violados nos EUA

A Amnistia Internacional denunciou a violação dos direitos humanos dos prisioneiros detidos pelo exército americano em Cuba e no Afeganistão, num relatório publicado, segunda-feira, e enviado na semana passada ao governo dos Estados Unidos.

«A abordagem selectiva dos Estados Unidos relativamente à Convenção de Genebra é inaceitável, tal como o desrespeito pelos direitos humanos fundamentais», indica a organização da defesa dos direitos do homem num documento de 62 páginas.

A Amnistia pede novamente a Washington autorização para visitar os prisioneiros, capturados pelas forças americanas, que estão detidos no Afeganistão e na base de Guantanamo, em Cuba, para onde foram transferidos cerca de 300 elementos suspeitos de pertencer à Al-Qaeda ou antigo regime talibã. Segundo o comunicado, o organismo já tinha enviado um pedido semelhante ao governo americano em Janeiro último, mas não obteve qualquer resposta.

A organização de defesa dos direitos humanos acusa novamente os Estados Unidos de recusar a estes prisioneiros, ou de ameaçar recusar, os direitos universalmente reconhecidos a todos os suspeitos colocados sob prisão preventiva.

No documento agora divulgado, a organização destaca a recusa das autoridades americanas de atribuir a estes detidos o estatuto de prisioneiro de guerra, de lhes permitir o acesso a um advogado, ou de lhes conceder o acesso a um tradutor perante um tribunal competente, como prevê a Convenção de Genebra.

«O governo americano deve fazer com que todos os seus actos, relativamente aos detidos no Afeganistão ou em Guantanamo, respeitem o direito e as normas internacionais», refere o documento.

Chavez regressa ao poder

«Ao Povo o que é do Povo»

Hugo Chavez assumiu de novo a presidência da Venezuela, dois dias depois da tentativa do golpe de Estado da extrema-direita para o derrubar.

O líder popular venezuelano, Hugo Chavez, reassumiu oficialmente, domingo, em Caracas, as funções de presidente da Venezuela, apelando «à unidade» de todos os venezuelanos e à abertura de um «diálogo nacional» depois do fracasso de um golpe de Estado que durou menos de 48 horas (ver artigo das páginas 24 e 25).

«A Deus o que é de Deus, a César o que é de César e ao Povo o que é do Povo. Começo com estas palavras, carregadas de todas as emoções que se cruzam no meu peito e na minha alma», afirmou Hugo Chavez num discurso à Nação. «Apelo à

unidade, ao respeito pelas diferenças, ao entendimento entre as pessoas; apelo à igreja, aos patrões, aos partidos políticos e aos directores dos meios de comunicação, à unidade», afirmou o presidente.

Não haverá uma caça às bruxas nem atentados aos direitos humanos

Entretanto, os EUA, que não condenaram o golpe militar, afirmaram esperar que «Chavez esteja consciente de que o mundo inteiro o olha e que é ocasião de reorientar o seu barco, que ia verdadeiramente numa má direcção há algum tempo», nas palavras de Condoleezza Rice, conselheira da segurança nacional do presidente George W. Bush.



«O povo da Venezuela não ia tolerar uma autocracia», afirmou Hugo Chavez num discurso à Nação.

EUA sabiam do golpe

Os militares venezuelanos que realizaram o golpe de Estado contra o presidente Hugo Chávez trocavam informações com a embaixada dos EUA em Caracas pelo menos desde há já dois meses, segundo adiantou a revista norte-americana *Newsweek*.

Fontes do governo norte-americano asseguram que aos militares venezuelanos foi dito que um golpe de Estado «não era aceitável» pois «não era a via a seguir».

Segundo a *Newsweek*, Chavez era visto como pessoa hostil em Washington, devido às suas posições em vários assuntos como a crítica à guerra com o Afeganistão ou aos esforços para acabar com a guerrilha da Colômbia (vizinha da Venezuela), implicada no tráfico de drogas.

Chavez era ainda duramente criticado por fortalecer laços com países inimigos dos norte-americanos, tais como Cuba, Iraque e Irão. Mas, acima de tudo, por ameaçar os fornecimentos de petróleo aos EUA. Na verdade, a Venezuela fornece aos EUA cerca de 1,5 milhões de barris de petróleo por dia e tem as maiores reservas fora do Médio Oriente.

Eleito em 1998 e reeleito em 2000 para um mandato de seis anos, o presidente da Venezuela respondeu que «não haverá uma caça às bruxas nem atentados aos direitos humanos» contra os autores do golpe de Estado lançado pelos líderes da onda grevista, que nos últimos dezasseis meses tem assolado o país. «O povo da Venezuela não ia tolerar uma autocracia. Que esta experiência nos sirva para corrigir e aprofundar o processo político em curso no país», concluiu Chavez.

Alívio no regresso de Chavez

O alívio era entretanto evidente nos países produtores de petróleo, que temiam que a mudança de regime em Caracas desestabilizasse a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), onde a Venezuela, o quarto produtor mundial, se tornou, com Chavez, um membro disciplinado.

O Irão felicitou-se pelo «regresso da democracia» na república sul-americana, enquanto o Qatar, que garante a presidência da Organização da Conferência Islâmica, não escondia a sua satisfação pelo «restabelecimento da legalidade» em Caracas.

O Iraque e a Líbia saudaram também o regresso às suas funções do chefe de Estado venezuelano, tendo o líder líbio, Muammar Kadhafi, telefonado a Chavez para o felicitar pelo seu «regresso ileso» à presidência. «O que o povo venezuelano fez ao levantar-se para abater o fascismo confirma que os povos podem fazer o impossível quando se dispõem a isso», acrescentou Kadhafi.

Na Europa, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros britânico, Denis MacShane, saudou o «regresso à democracia constitucional na Venezuela» e considerou que «chegou agora o tempo do diálogo e da tolerância no país».

Em Cuba, de cujo governo Chavez se tornou o mais próximo aliado económico e político, o alívio era perceptível nos comentários dos *media*. Havana pode agora contar com a manutenção do acordo de cooperação bilateral, assinado no ano passado, que faz da Venezuela o principal parceiro comercial da ilha e prevê, nomeadamente, o fornecimento de 53 mil barris de petróleo por dia, com facilidades de pagamento.

«Vitória revolucionária», afirmava, domingo, a televisão cubana, enquanto divulgava imagens de arquivo do presidente de Cuba, Fidel Castro, a abraçar o chefe de Estado venezuelano.



Parcialidades

• André Levy

Não surpreenderá nenhum dos leitores do *Avante!* saber que a cobertura nos principais *media* nos EUA dos conflitos em Israel e nos territórios ocupados têm sido em grande medida favorável à posição israelita. Afinal, os EUA são o seu mais íntimo aliado, Israel tem recebido anualmente vários mil milhões de dólares em ajuda económica e militar provenientes do amigo americano, mais do que qualquer outro beneficiário. Por outro lado, o clima e retórica da «guerra contra o terrorismo» cria solo fértil para solidariedade com as vítimas dos ataques em Jerusalém, hostilidade contra os terroristas árabes, e receptividade para os argumentos que procuram legitimar os assaltos israelitas.

O facciosismo está patente no uso da linguagem. O termo «retaliação» é usado predominantemente para descrever ataques israelitas contra palestinianos⁽¹⁾. Enquanto os atentados suicidas bombistas são descritos (legitimamente) como ataques terroristas, o uso desproporcionado de armamento e forças militares contra civis é descrito como uma incursão policial em autodefesa.

Os tratamentos do contexto e causas do presente conflito são igualmente parciais. A noção de que os palestinianos desejam nada menos que a eliminação de Israel é frequentemente vocalizada, colocando Israel na luta pela sua sobrevivência, embora quem esteja sofrendo opressão e ocupação sejam os palestinianos. O conflito é apresentado como a «Guerra de Arafat», a quem é atribuída a grande fatia das culpas. Isto apesar de comentadores reconhecerem que não existe nenhum outro representante com o estatuto de Yasser Arafat. É reforçada assim a ideia de que não existe parceiro para negociar paz ou cessar-fogo e que acção militar é imperativa.

«Arafat recusou o plano generoso de Ehud Barak em Camp David em Julho de 2000», uma tese repetida vezes sem conta, embora a realidade dessa cimeira tenha sido bem mais complexa⁽²⁾. «Arafat é incapaz de controlar o Hamas e a Jihad Islâmica», não lhe sendo reconhecido mérito quando aprisiona membros destas organizações, enquanto Israel faz da estrutura policial palestiniana um dos seus alvos favoritos. Caso marcante foi a tentativa de assassinato de Mahmoud Abu Hanoud, líder do Hamas, em Agosto de 2001, enquanto este se encontrava numa prisão palestiniana. Um ataque de aviões F-16 bombardeou a prisão, matou onze polícias, e Hanoud fugiu das ruínas. Em Novembro de 2001, durante um interrogatório das hostilidades, Sharon acusou Arafat de não prender terroristas ou de os libertar de imediato, e ordenou de novo o assassinato de Hanoud, resultando em novo ciclo de ataques bombistas e assaltos à Autoridade Palestiniana.

Ainda longe dos factos

Apesar de tudo, a apresentação nos meios de comunicação social tem sido mais equilibrada do que no passado. Para tal tem contribuído a violência tremenda das Forças de Defesa Israelitas e a incapacidade de Israel bloquear a saída de informação. É relativamente fácil aceder a notícias e às imagens da violência através da internet⁽³⁾. Os factos no terreno sendo conhecidos por uma maior percentagem de pessoas pressiona (e permite) alguns *media* e comentadores a apresentarem visões menos distorcidas, ainda que atenuadas.

A título de exemplo, em Abril, no canal público PBS, o próprio ex-secretário de Estado Zbigniew Brezinski afirmava que «o facto é que três vezes mais palestinianos foram mortos, e que um número relativamente pequeno eram realmente militantes. A maior parte eram civis. Algumas centenas eram crianças. No curso do último ano, temos tido terrorismo palestiniano, mas também temos tido deliberadas reacções exageradas de [Ariel] Sharon destinadas não a reprimir terrorismo mas a desestabilizar a Autoridade Palestiniana, destruir o Acordo de Oslo».

Algum impacto têm tido os actos corajosos de militantes pela paz ocidentais e israelitas que se têm dirigido aos campos de refugiados, interposto na linha de fogo, sofrido a indiscriminada violência israelita, e através das suas histórias pessoais forçado familiares, amigos e ultimamente os *media* a reconhecerem o apuro e drama humano dos palestinianos. Mas raramente existe menção dos que no território, judeus e árabes, lutam pela paz. Como o caso de mais de quatrocentos militares israelitas que se recusam a servir nos territórios ocupados, várias dezenas dos quais sofrem presentemente prisão militar⁽⁴⁾. E estamos ainda longe da merecida e necessária humanização da causa palestiniana, da reportagem crua da privação de direitos, das condições de sobrevivência nos territórios ocupados, da humilhação e violência diárias.

⁽¹⁾ 79% para descrever ataques Israelitas versus 9% ataques Palestinianos. FAIR (Fairness & Accuracy in Reporting) http://www.medialens.org/articles_2002/fair_us_media.html

⁽²⁾ Ver por exemplo «Camp David: The Tragedy of Errors» NY Review of Books (9/Aug/2001), no qual Husseini Agha e Robert Malley – ex-assistente especial ao presidente Clinton para assunto Israelo-Árabe e membro do corpo diplomático em Camp David – relata com algum detalhe a cimeira.

<http://www.nybooks.com/articles/14380>

⁽³⁾ Através de via agências de informação ocidentais menos parciais (como a BBC ou a Reuters), directamente da imprensa Israelita mais crítica (como Ha'aretz) ou da imprensa árabe, ou através de redes de notícias alternativas

(como <http://jerusalem.indymedia.org/>, ou <http://electronicintifada.net/>)

⁽⁴⁾ Para mais informação sobre o movimento de militares, visite <http://www.seruv.org.il/defaulteng.asp>

• Miguel Urbano Rodrigues

Venezuela

Reflexão sobre a derrota do golpe

O imperialismo sofreu uma derrota histórica na Venezuela. Desde o esmagamento dos contra-revolucionários cubanos em Playa Giron que não se registava acontecimento tão importante na região.

Um golpe de Estado concebido com larga antecedência e minuciosamente executado com o apoio do alto comando das Forças Armadas foi derrotado em 48 horas.

Não é possível por ora iluminar os meandros do labiríntico plano conspirativo cuja responsabilidade coube aparentemente à Fedecamaras, a organização do grande patronato, acumpliciada com um sector do Exército e com a cúpula de uma central sindical amarela, a CTV. Mas a própria cronologia do golpe e alguns dos episódios que lhe assinalaram o desenvolvimento deixam desde já entrever a profundidade do envolvimento dos EUA.

Sem o estímulo recebido de Washington a oligarquia venezuelana não se teria lançado no assalto ao Poder.

As lições chilenas

Duas décadas depois da ascensão e queda da Unidade Popular chilena, Hugo Chavez tentou demonstrar, num contexto histórico diferente, que era possível na Venezuela levar adiante, no quadro institucional, pela via pacífica, um projecto de transformação da sociedade de conteúdo revolucionário. A adesão inicial das Forças Armadas ao seu sonho bolivariano e um apoio popular que no primeiro ano ultrapassou os 80 por cento do eleitorado permitiram-lhe reformar de alto a baixo as instituições, dotando o país de uma Constituição progressista que só encontra precedente na mexicana de 1917.

As maiores dificuldades principiaram quando começou a golpear a estrutura económico-social. A direita, cujos partidos tradicionais haviam saído destroçados de sucessivas eleições, organizou-se para uma guerra sem quartel, de novo tipo.

A oligarquia venezuelana desde a época em que satanizou e baniou Bolívar aceitou sempre sem problemas as ditaduras e as mascaradas de democracia

talecimento de Petróleos da Venezuela, opondo-se à sua privatização. O conjunto de decretos-leis presidenciais, ditos «leis habilitantes»; a relação amistosa com Fidel Castro; a recusa de qualquer acordo com o FMI; a intransigente oposição ao neoliberalismo e ao projecto da ALCA, persuadiram a oligarquia que era indispensável afastar da Presidência aquele militar que a desafiava e fazia a apologia do povo como sujeito da história,

Esse objectivo somente poderia ser alcançado minando a sua enorme popularidade e destruindo-lhe a imagem não apenas no alto comando das Forças Armadas, mas junto de uma parcela do corpo de oficiais. Essas duas tarefas foram executadas gradualmente com inegável habilidade.

A estratégia e as táticas da direita chilena foram bem estudadas e adaptadas com inteligência. Como não era possível usar o Parlamento — onde Chavez dispunha de confortável maioria absoluta — nem provocar a escassez, porque as rendas do petróleo (quase metade do PIB) garantiam uma certa estabilidade, a oligarquia recorreu a outros meios para criar no país uma atmosfera de tensão permanente.

O papel da imprensa

A fuga de capitais foi colossal. O volume das transferências clandestinas para o estrangeiro é avaliado em 23 mil milhões de dólares.

O controlo praticamente hegemónico exercido pela direita sobre a comunicação social viabilizou campanhas que visaram simultaneamente múltiplos objectivos: hostilizar Chavez, apresentando-o como um demagogo autocrático, inculto, psicologicamente instável e perverso; romper a unidade das forças políticas que haviam integrado o Pólo Patriótico, o movimento que o levava à Presidência; gerar através de polémicas e intrigas uma situação de conflito entre a hierarquia da Igreja Católica e Chavez; fomentar na medida do possível tensões na área internacional, sobretudo nas relações com os EUA e a Colômbia; e sugerir que a corrupção no aparelho administrativo e a violência nas áreas urbanas tinha aumentado em vez de diminuir.

Um massacre mediático sem precedentes no Continente hipertrofiou tudo o que era negativo, fez de mentiras verdades, na fidelidade à máxima de Goebbels, e desviou a atenção da obra social do chavismo: os orçamentos da Educação e da Saúde duplicaram, o das Obras Públicas triplicou, imensos latifúndios improdutivos foram distribuídos por milhares de famílias cãmponesas.

Uma central sindical apodrecida, a CTV, controlada e financiada pelo grande patronato, desempenhou um importante papel como instrumento de perturbação e divisão dos trabalhadores. Os seus dirigentes, aliados à Fedecamaras, a poderosa federação das Câmaras de Comércio, conseguiram reduzir a base social de apoio ao Presidente, semeando a dúvida e o descontentamento entre amplas camadas da pequena burguesia. Tal como ocorreu no Chile a direita principiou a promover manifestações contra o governo e a recorrer a meios ilícitos para sabotar a aplicação da legislação que lhe feria os privilégios.

Uma primeira greve patronal em Dezembro pp - na realidade um *lockout* imposto ao comércio — foi o prólogo de mobilizações que, através de uma propaganda ruidosa, lhe permitiram proclamar que o povo repudiava a política de Chavez. Daf a exigir a sua renúncia foi um passo.

Fissuras nas Forças Armadas

Chavez tinha consciência de que elementos das Forças Armadas não permaneciam insensíveis à feroz ofensiva que o tomava como alvo principal. Passou à reserva oficiais que ele próprio havia promovido. Destituiu oficiais que, por neles confiar, tinha colocado em postos-chave da Administração.

O Presidente afirmava tratar-se de casos pontuais, pois «as armas estavam ao serviço da Revolução», pelo que um «pinochetazo» seria uma impossibilidade. Mas a maré das críticas procedentes de sectores minoritários do Exército não parou de subir. Configurou-se assim uma situação com aspectos contraditórios. A presença de oficiais superiores na alta administração conferia ao governo uma fisionomia única no Continente, mas simultaneamente emergia no Exército uma corrente que, criticando Chavez publicamente, fazia a apologia do apolitismo dos militares (ver Caixa).

A «paralisação indefinida» imposta pela Fedecamaras e pela CTV a partir de 9 do corrente visava, ficou transparente, o derrubamento do Presidente.

Chavez parece não ter avaliado inicialmente a profundidade do envolvimento no plano contra-revolucionário da cúpula das Forças Armadas. Mas, no terceiro dia do movimento, os conspiradores tiraram a máscara. O comandante-chefe do Exército, general Efraim Vasquez, e o almirante Ramirez, falando pela Marinha, estavam no ovo da contra-revolução em marcha. Exigiram a renúncia do Presidente.

A cronologia do golpe é conhecida.

Na sequência de provocações desencadeadas por franco-atiradores da polícia (à paisana) que dispararam contra partidários de Chavez começou um tiroteio do qual resultaram dez mortos e dezenas de feridos.

Foi o pretexto para o ultimato dos generais sediciosos ao Presidente. Chavez contou pela televisão o que se passou a seguir. As suas palavras correram já pelo mundo. O Presidente foi conduzido a cinco lugares diferentes, onde permaneceu incomunicável.

Anunciaram que Chavez tinha renunciado, o que era falso. Leram inclusive pela televisão um papel afirmando tratar-se do texto da renúncia. A notícia foi transmitida para todo o planeta e quase simultaneamente o país era informado de que fora constituída uma Junta que assumia o Poder.

O fascismo à solta

Tem início então um período cujos episódios me trouxeram à memória a famosa advertência de Marx. Quando a história parece repetir-se, dizia ele, as coisas não correm mecanicamente como afirmava Hegel. Na Venezuela, a tragédia e a farsa apareceram misturadas.

O presidente interino designado foi Pedro Carmona, o dirigente da Fedeca-



O regresso de Chavez

Tomou o Palácio, prendeu Chavez, instaurou no país um regime de terror durante dois dias.

Não contava com a reacção popular, apoiada por militares democráticos. Foi o povo da Venezuela, agindo como sujeito da história, o herói destas jornadas. Sem a sua participação a contra-revolução não teria sido derrotada.

representativa que se alternaram no poder ao longo de quase dois séculos. Umás e outras não tocavam nos seus privilégios. Diferente foi a situação criada quando Chavez começou a desenvolver uma política que conduzia a rupturas revolucionárias, quer no tratamento dado à questão da terra quer na defesa dos recursos naturais, nomeadamente no for-

maras, precisamente o grande articulador do golpe.

Que iria ocorrer?

A realidade excedeu aquilo que a imaginação mais fértil poderia conceber.

Carmona mudou o nome do país, movido pelo ódio da oligarquia a Bolívar; declarou dissolvidos a Assembleia, o Supremo Tribunal e o Ministério Público e inexistente a Constituição.

Uma onda de violência irracional abateu-se sobre a Venezuela.

A caça as bruxas assumiu em poucas horas um carácter preocupante. A embaixada de Cuba foi cercada por bandos de arruaceiros que cortaram a água e a luz, isolando o edifício, enquanto tratavam de destruir na rua carros e ameaçavam e injuriavam o embaixador e os funcionários que, a seu lado, defendiam o edifício.

O fascismo mostrou os dentes nas ruas de Caracas. Residências de ministros e altos funcionários foram invadidas e depredadas, e corriam notícias contraditórias sobre a sorte do presidente. Falava-se de prisões em massa.

As televisões e os jornais apresentavam Carmona como o salvador da pátria. Entretanto, o autor intelectual do golpe declarava, dirigindo-se ao país, que «restabelecida a ordem institucional», «todos sentirão que haverá muita abertura, pluralismo e muito respeito pelo estado de direito, pelos valores e princípios éticos e morais».

Em Washington, Ari Fleisher, porta-voz da Casa Branca, responsabilizou Chavez pelos «incidentes ocorridos» e elogiou as Forças Armadas pela sua atitude serena. Acrescentou que os EUA estavam disponíveis para colaborar com o governo de transição de Carmona. O FMI informou, pelo seu lado, idêntica disponibilidade.

O Grupo do Rio manifestou pesar pela ruptura da ordem institucional, mas não exigiu a libertação de Chavez.

A CNN, que não escondeu desde o início uma simpatia ostensiva pelo golpe, tratou de divulgar um perfil altamente elogioso de Pedro Carmona, apresentando-o como um empresário tranquilo, democrático, com dimensão de estadista, o homem capaz de unir o país. A partir do dia 13, quando começou a ficar claro que o golpe seria derrotado, a grande emissora de Ted Turner reduziu ao mínimo as notícias sobre a Venezuela.

A resposta do povo

Caracas, na manhã do dia 12, amanheceu deserta.

Por pouco tempo.

Quando começou a correr a notícia de que o presidente não tinha renunciado - e que o desmentira em conversa telefónica com sua filha Gabriela - e se soube que estava preso na fortaleza de Tiuna, o povo começou a sair às ruas. Num dos lugares onde esteve preso, Chavez escreveu num papel que era falsa a notícia da sua renúncia. Um soldado transmitiu esse texto por fax. Horas depois milhares de cópias andavam de mão em mão.

Entretanto, a multidão tornou-se torrencial nas ruas de Caracas, convergindo para o Palácio de Miraflores quando se confirmou que a unidade de pára-quadristas de Maracay, comandada pelo general Raul Baduel, se mantinha leal ao presidente Chavez, repudiando o golpe. De diferentes Estados chegavam notícias de que os Governadores e os alcaides assumiam idêntica posição, negando-se a reconhecer a Junta.

Em poucas horas o panorama político-militar mudou. Densas colunas de povo juntaram-se aos milhares de chavistas que já envolviam Miraflores. Depois chegaram tropas leais, incluindo um esquadrão de blindados. A Guarda Nacional, comandada pelo general Francisco Belisário Landis, desempenhou um papel fundamental na derrota do golpe pela firmeza com a qual actuou.

A relação de forças mudou em poucas horas. Pelo país afora, oficiais e soldados exigiam a libertação imediata do presidente.

A polícia civil, dependente do alcaide Peña, implicado na conjura, abriu fogo sobre manifestantes que aclamavam Chavez. Nove mortos e meia centena de feridos aumentaram a lista das vítimas da repressão desencadeada pelas forças da extrema-direita.

O primeiro indício de que o pânico começava a dominar a Junta foi a mudança de atitude da comunicação social. Televisões e rádios passaram da histeria da véspera a um mutismo quase total. Os generais que haviam aderido ao golpe começaram a distanciar-se. O general Efraim Vasquez, comandante do Exército, informou o presidente golpista de que exorbitara, intimando-o a respeitar a ordem constitucional. Caso contrário, perderia o apoio dos militares que o haviam colocado à frente da Junta. Pedro Carmona, apavorado, submeteu-se. Anulou os decretos que tinham revogado a Constituição e dissolvido a Assembleia e o Supremo Tribunal. Mas era tarde.

Ombro a ombro, militares e civis invadiram o Palácio. Carmona fugiu, refugiando-se na fortaleza Tiuna.

A certeza de que o golpe agonizava era já tão generalizada que até os chefes de governos ostensivamente reaccionários como os da Nicarágua, El Salvador e da Costa Rica decidiram, finalmente, condená-lo.

Quando à noite o deputado Juan Barreto convocou a Assembleia Nacional a reunir-se em sessão extraordinária na sede do único canal estatal de televisão, o 8, as forças constitucionalistas sentiam-se suficientemente fortes para dirigir um ultimato aos militares golpistas, dando prazo para a libertação do presidente.

O «vice» Diosdado Cabello assumira entretanto, interinamente, a Presidência e o general Lucas Rincón retomara o seu cargo de comandante-chefe das Forças Armadas.

Chavez entrou no Palácio pelas quatro e meia da madrugada de 14.

Incógnitas

A euforia que a derrota do golpe, quando parecia vencedor, suscitou na Venezuela, e, de modo geral entre as forças progressistas de todo o mundo, não justifica atitudes triunfalistas.

Seria uma ingenuidade supor que o regresso de Chavez à Presidência vai resolver problemas sociais e económicos que estão na origem de graves tensões inseparáveis dos acontecimentos do 11 de Abril. Não há milagres em política. O golpe foi o desfecho de uma polarização de interesses irreconciliáveis, inseparável da intensa luta de classes travada no palco venezuelano.

A prudência, o tom moderado e os apelos à reconciliação dos venezuelanos predominaram nas intervenções da maioria dos colaboradores de Chavez que se dirigiram ao país, através do Canal 8, enquanto esperavam a libertação do presidente. Este, recebido no Palácio com uma comovente ovação, também utilizou um discurso muito diferente do habitual, sereno, consciente da extrema complexidade dos desafios e contradições da era pós-golpe. Exibindo um crucifixo, invocou Deus ao lançar um apelo à concórdia, ao bom senso, ao diálogo com aqueles que discordam do seu projecto de mudança.

Sou um ateu irrecuperável, mas compreendo o seu gesto. Ele é assim.

Mas está plenamente consciente do significado do que se passou. O fascismo exibiu o seu rosto hediondo durante dois dias. Se é um facto que a maioria dos militares permaneceu leal, não se pode esquecer - como recordou Júlio Montes, o embaixador venezuelano em Cuba - que generais e coronéis que



O papel do Exército

Nos dias que precederam o golpe preparava-me para visitar a Venezuela a convite do governo daquele país. Estando prevista a possibilidade de uma entrevista com o presidente Chavez, elaborei um questionário com esse objectivo.

Uma das questões dele constantes dizia respeito ao papel dos militares venezuelanos no processo em curso.

Pela redobrada actualidade do tema reproduzo a seguir essas linhas:

«Presidente, o senhor costumava dizer que 99 por cento dos oficiais venezuelanos provêm das classes baixas ou médias baixas, pelo que um pinochetazo não será possível. As armas permanecem, diz, ao serviço do povo. Permite-me recordar que não foi Marx, mas o historiador francês Hippolyte de Taine quem afirmou que a origem de classe era determinante para a opção política. São muitos e complexos os factores que condicionam a atitude do corpo de oficiais de um Exército tradicional. Mas importa ter presente a advertência de Lenine: a ideologia que marca o conjunto de uma sociedade (num país capitalista) é sempre a da classe dominante. Na Venezuela, o apoio quase total ao processo de mudanças de conteúdo revolucionário foi diminuindo. Alguns oficiais superiores foram reformados por terem criticado a sua política. Mas há oficiais que, sem o criticarem frontalmente, assumem atitudes que podem contribuir para fissuras nas Forças Armadas. Cito o caso do general Guaicapuro Lameda, que foi presidente de Petróleos da Venezuela. Numa entrevista ao diário «El Universal», do México, sustentou em Março que o Exército não deve envolver-se directamente na política. Estaria arrependido por o ter feito. Segundo ele, os militares não têm que ser a favor ou contra a revolução bolivariana, mas tão-somente garantir a ordem social. Muitos oficiais chilenos que participaram no golpe de Setembro de 73 pensavam exactamente o mesmo. Ocorre que no seu país os militares ocupam muitos postos-chave na administração e são peças fundamentais para o avanço do seu programa. Não teme, pergunto, que ideias como a do general ex-presidente de Petróleos ganhem terreno no corpo de oficiais, abrindo caminho a um golpe?»

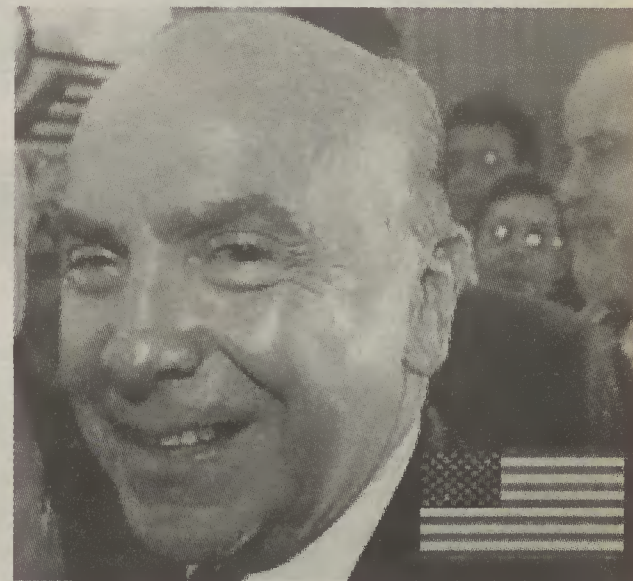
Pedro Carmona,
o «patrão»
do golpe

gozavam de absoluta confiança traíram o seu compromisso de honra com a República Bolivariana. Durante mais de 24 horas pairou a dúvida sobre a atitude que as Forças Armadas assumiriam como instituição perante a adesão ao golpe de grande parte do Alto Comando.

O presidente não vai também esquecer que a extrema-direita não teria podido organizar o seu assalto ao Poder se não houvesse conseguido, com a ajuda de uma campanha desinformativa de uma perversidade inédita, obter a adesão de centenas de milhares de venezuelanos. Seria um erro lançar um anátema sobre toda essa gente, condenando-a. Muitos dos que desfilarão sob as bandeiras da reacção exigindo a renúncia de Chavez aclamaram-no antes em grandes comícios.

Esclarecer esses venezuelanos confundidos pelos senhores da oligarquia que os explora e pelos dirigentes do sindicalismo amarelo - reconquistar esses trabalhadores para a causa Bolivariana - será certamente uma das tarefas prioritárias para o presidente e a sua nova equipa de governo.

Hugo Chavez tem a estimulá-lo não somente a alegria de uma vitória histórica como a certeza de que ela é compartilhada por centenas de milhões de latino-



-americanos. Porque a derrota do golpe fascista do 11 de Abril configura também uma enorme derrota do imperialismo norte-americano.

A América Latina volta a ser num momento de crise global da civilização o continente da esperança e um grande laboratório para o estudo de grandes lutas sociais do nosso tempo.

Reflectir serenamente, sem paixão, sem dogmatismos sobre o golpe venezuelano é um dever para os revolucionários de todo o mundo.

• Rui Paz

Haiia

uma paródia de justiça

Na paródia de processo que a NATO encenou em Haia contra o ex-presidente Milosevic, raptado do seu país por aquela organização militar com a cumplicidade dos seus homens de mão em Belgrado, voltou-se o feitiço contra o feiticeiro. A aliança militar controlada pelos Estados Unidos e por outras potências europeias está a ser responsabilizada pelo antigo presidente jugoslavo de crimes de guerra e manipulação da opinião pública comparáveis aos métodos utilizados durante a segunda guerra mundial pelo militarismo e o nazismo germânicos.

Milosevic mostrou claramente que é contra a NATO que se torna necessário a realização de um novo Nuremberga. Perante a apresentação detalhada e documentada em imagem da destruição da infra-estrutura económica, áreas residenciais e dos crimes contra a população civil praticados pelos bombardeamentos da Aliança, a CNN, num ataque de nervos, interrompeu abruptamente a transmissão que estava a fazer do processo. Mais tarde, na informação em diferido, aquela cadeia de TV americana censurou as fotografias das vítimas e da fúria

destruidora da NATO apresentadas por Milosevic. O antigo presidente considerou uma «bestialidade» quando um piloto informa o seu comandante de que se trata de um ataque contra refugiados civis desarmados e recebe a ordem de «executar». Em Haia foram mostradas declarações de generais e funcionários da OSCE alemães em serviço no Kosovo, desmascarando as mentiras com que o ministro da Defesa, Scharping, pretendeu justificar a agressão contra a Jugoslávia. Muitas dessas provas tinham já sido apresentadas várias vezes na Alemanha, na reportagem da WDR «Tudo começou com uma mentira» e que o «Avante!» como único jornal português relatou detalhadamente em Fevereiro de 2000.

De facto, a intervenção do ex-presidente Milosevic mostrou com extrema clareza dez anos de mentiras construídas pela imprensa ocidental e pelos serviços secretos das grandes potências contra o Estado multiétnico da Jugoslávia. Milosevic convidou a assistência a reflectir porque é que a Sérvia é o único Estado da região onde não se verificaram limpezas étnica e onde, já depois do início dos conflitos, cinquenta mil muçulmanos encontraram abrigo. O antigo presidente jugoslavo manifestou a vontade de convidar a deporem perante o Tribunal vários presidentes, chefes de

nos *media* os sintomas de irracionalidade que se manifestariam mais tarde de uma forma extrema na grande campanha manipuladora da opinião pública aquando da agressão da NATO em 1999: durante as negociações de Dayton, a televisão alemã mudava constantemente a designação do chefe de Estado da Jugoslávia de «ditador» para «presidente», segundo o grau de recusa ou de concordância com as propostas da NATO. Assim, os telespectadores nunca sabiam antes do início dos noticiários se iam ouvir notícias sobre «o presidente» Milosevic ou sobre «o ditador» Milosevic.

UCK desmente a inquisidora Del Ponte

As dificuldades da inquisidora Del Ponte em provar o impossível têm sido tão grandes que a NATO procura prender e raptar um número cada vez maior de dirigentes políticos e militares sérvios que se opuseram à política de terra queimada da Aliança. Mais uma vez os EUA acenam com o cheiro dos dólares à clique de Djindjic em Belgrado, prosseguindo o negócio da compra da soberania sérvia. Perante os factos, Del Ponte é obrigada a reconhecer que Milosevic não

agiu baseado em impulsos racistas ou de ódio aos estrangeiros (o mesmo não se poderá dizer dos aliados da NATO nos Balcãs). Mas para que a NATO não apareça claramente como agressor, inventou mais uma mentira: a de que o ex-presidente também não actuou por patriotismo ou convecção política, mas por ambição de poder político e pessoal. Por isso, Del Ponte retirou do vídeo que apresentou sobre o célebre discurso de Milosevic de 1989 e onde o presidente jugoslavo já alertava para os perigos de guerra na região, as passagens em que este defendia a unidade da Jugoslávia com base na igualdade de direitos de todas as nacionalidades e louvava a posição da Sérvia na defesa da multinacionalidade. Entretanto, a argumentação da inquisidora da NATO é desfeita pelo próprio UCK numa brochura destinada a louvar os actos heroicos dos combatentes albaneses. Instigado por Del Ponte, Mahinaut Bakali - kosovar albanês, político e conselheiro nas conversações de Rambouillet do chamado «Exército de Libertação do Kosovo» - testemunhou que Milosevic, no início de 1998, lhe teria justificado pessoalmente a operação «Prekaz», onde morreram 13 membros do clã do líder do UCK, Adem Jashari, como uma operação legítima da polícia. Na altura, a imprensa ocidental apresentara os recontros como uma execução de civis pela polícia sérvia. Na brochura do UCK, sob o título «Os Jasharis, a história da sua luta de resistência» distribuída em memória da «luta pela independência nacional», não só se confirma que os Jashari estavam todos armados como se pode ler que «quando Adem e os seus amigos iniciaram o combate contra a polícia sérvia, numerosas operações foram conduzidas com sucesso. O Estado sérvio foi atingido no seu ponto mais sensível».

NATO, DJAHD e AL QAEDA

Num apelo dirigido aos chefes de Estado e governos de todos os países membros das Nações Unidas, o Comité Internacional para a Defesa de Milosevic exige a dissolução do TPI «no interesse da defesa da igualdade de soberania entre todos os Estados e no direi-

to de vivência em paz de todos os povos». E o apelo prossegue salientando que «as unidades terroristas (no Kosovo) estavam em íntima ligação com a Al Qaeda, o Djiade e os serviços secretos de vários estados da NATO donde recebiam apoio e treino militar».

E consta-se que «a maior parte dos governos da NATO e dos *media* por eles influenciados demonizaram o presidente jugoslavo, quer na fase da preparação da guerra em 1999 quer durante o golpe de Estado de 2000, e rejubilaram perante o seu rapto. Mas desde o 11 de

Setembro perderam a fala. Sentem-se mal pois verificam que os terroristas no Kosovo foram combatidos pelo Exército jugoslavo de uma forma mais respeitadora do direito, contida e humana do que aquela praticada actualmente pelo Exército americano no Afeganistão. Os mesmos terroristas que no Afeganistão são combatidos com bombardeamentos ininterruptos e devastadores, são tratados pela NATO como conceituados parceiros políticos no protectorado do Kosovo».

O Comité para a defesa do ex-presidente jugoslavo formou-se a 24 de Março de 2001, em Berlim, por ocasião do Fórum Internacional pela Paz, no momento em que se completavam dois anos sobre a agressão da NATO contra a Jugoslávia. Composto por cerca de cem personalidades, o Comité é apoiado por cerca de duas mil pessoas, entre as quais o cantor Mikos Teodorakis (Grécia), os escritores Alexander Zinoviev (Rússia) e Peter Handke (Áustria), o poeta Doris Oliyik (Ucrânia). Dezenas de partidos e organizações políticas, uma centena de senadores russos e mais de uma centena de deputados da Duma, assim como cinquenta deputados do parlamento grego, assinaram o apelo: «Deixem Milosevic em liberdade!»

O Comité lembra ainda que o TPI não tem qualquer legitimidade e que foi formado com base nas resoluções do Conselho de Segurança 808 e 827 por pressão dos EUA. O Tribunal nem sequer é financiado pela ONU mas pelo governo americano, iniciativa privada e por alguns Estados islâmicos.

No seu livro «Nova Ordem Mundial e Controlo da Legalidade da Acta do Conselho de Segurança» (Bruxelas, 1994), o professor Mohammed Bedjaoui, presidente do Supremo Tribunal Internacional, considera as resoluções 808 e 827 como um dos exemplos em que o próprio Conselho de Segurança infringe a Carta das Nações Unidas.



Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

Quando a Internet começou a tornar-se visível aos olhos do público em geral, a partir do momento em que a disponibilização de aplicações consideradas amigáveis tornaram rapidamente acessíveis a uma quantidade maciça de pessoas a comunicação interpessoal e a navegação pelo ciberespaço, quer por meio da utilização do e-mail, dos grupos de discussão ou dos chats quer dos transportadores – das naus para as novas descobertas, como

na sua versão através de cabo quer na sua mais clássica versão terrestre ou hertziana (bem a conhecemos há décadas, mais as suas antenas nos telhados das nossas residências), estas duas outras vias bem nos mostram como a internet aí está a realizar a sua caminhada (muito mais que possivelmente, uma caminhada imparável) perfurando por onde pode, por todos os meios ou redes por nós utilizados, desde que estes se mostrem capazes de atender às suas necessidades.

(Eu sei que muitos se queixam desta sociedade dos acrónimos e das bárbaras tecnalidades. Contudo, uns e outras aí estão. E penso que não vale mesmo a pena ir contra aqueles e contra estas rabujar. Assim, WAP, Wireless Application Protocol, é uma primeira incur-

Vias de acesso à Internet



sugestivamente
lhes chamou

Jorge

Figueiredo –

através da

Web

(browsers), a

partir

de então,

muitos – e

cada vez

mais, à medida

que o tempo foi pas-

sando – começaram a

colocar-se seriamente a ques-

tão de como seria possível

toda a gente – sim, toda a

gente, porque o Sol quando

nasce deveria fazê-lo para

todos – passar a dispor dos

computadores adequados para

poder usufruir de tais maravi-

lhas. E, claro, não esquecendo

também os imprescindíveis

modems – que também custam o

seu dinheiro, mas, em termos

relativos, nada por aí além –, e,

ainda, as contas a pagar aos opera-

dores de telecomunicações – estas,

quase transformadas, e não de uma forma desrazoável, um pouco na nuvem a fazer de Juno.

Entretanto – desde meados dos anos 90 até hoje –, muita água passou sob as pontes e aquilo que parecia evidente – que tinha de dispor de um computador, fosse ele de secretária ou portátil (laptop) – deixou de o ser. Com efeito, e para o notar sem mais rodeios, tanto a caminhada do telemóvel, através de passadas designadas por acrónimos de crescente profundidade – radicalidade – como WAP, GPRS e UMTS, como a um meio de comunicação como a caminhada da televisão, através da TVDI /TDT, televisão digital interactiva, quer

são no mundo da internet, ainda utilizando como plataforma de acesso os meios «normais» disponibilizados pela tecnologia GSM, para os quais foram construídos os telemóveis que andam connosco; GPRS, General Packet Radio System, é um segundo passo, ainda na base da corriqueira tecnologia GSM mas com o objectivo de possibilitar uma velocidade de transmissão de dados muito mais elevada do que a da versão clássica, por isso, uma versão, o GPRS, segundo muitos, já algo próxima – talvez demasiado próxima – da que será fornecida pela passada seguinte; o nosso conhecido UMTS – Universal Mobile Telecommunication System, a tal passada seguinte, aquela que mais tem andado pela boca do Mundo. Pelo seu lado, os acrónimos da TV interactiva falam por si, por isso não avanço mais nada.)

Porque, está-se mesmo a ver, de telefone móvel e de televisão toda a gente, ou quase toda a gente, pode dispor. Pelo menos estes são ou parecem ser meios de comunicação cuja indispensabilidade já não é discutível. Um pouco estranho seria à partida, ou assim pareceria, pois os computadores, em teoria, nasceram mais como ferramenta de trabalho e de estudo do que o telefone móvel – este parecia mais dedicado aos ricos – e a televisão – mais para o entretenimento (está bem, e também para as notícias, incluindo os comunicados do poder político e das autoridades), portanto, os computadores eram potencialmente mais «sérios»; por isso, também deveriam ser mais indispensáveis.

Além disso, os computadores são mais caros e são adquiridos apenas para os seus próprios desígnios, enquanto os telefones e a televisão são para o que são e, adicionalmente, também o poderão ser para o acesso à internet. Parece um argumento imbatível, mas as coisas não são assim tão simples. Por exemplo, desde logo nem os aparelhos de televisão nem os terminais de telemóvel, na sua versão digital, aqueles, e na sua versão UMTS, estes, vão ter o mesmo preço das versões actuais do receptor de TV e do aparelho GSM actuais. E o preço é só uma das questões, claro, bastante decisiva. Mas há outras. Isto, para dizer: cuide-se das três vias, assista-se às possíveis convergências, mas sempre com a ideia de nada estar desde já adquirido.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Diário

Catedral

Não sei se já viram
a praça central
do Colombo.

A cúpula imensa.
A luz sem agredir.
Dulcíssima evasão
de montanha ou de mar.

O súbito desejo de rezar.

Quotidiano

Dizem:
és novo
não tens experiência.

Dizem:
és velho
já não tens força.

Onde é que a vida
escondeu o seu tempo?

Natacha

Dança
num bar.

O corpo branco.
Carninha tenra.
Os olhos garços.

(no Komsomol
sonhava com o Bolshoi)

Dança
num bar.

O resto
da noite
(da vida)
será o que for.

O corpo branco.
os olhos verdes.

Manjar dos deuses.

Memória

Mister Gorby
vende coca-cola.

Depois de abrir
as comportas, e de o barco ir
ao fundo, ele nadou
nadou
nadou e chegou
à praia, no instante exacto
em que alguém tirava da sacola
o contrato
para assinar.

Mister Gorby vende coca-cola
e o barco jaz no fundo do mar.

Palestina

A cor
exangue

voragem
de sangue
na taça
da margem
extrema

a dor
amordaça
o poema.

Cartoon

• Monginho



Religiões

• Jorge Messias

No preâmbulo do documento da ACEGE acerca do seu «entendimento sobre as prioridades fundamentais para o próximo governo de Portugal», afirma-se ser preocupação central da organização «a defesa intransigente da ética e dos valores no mundo empresarial». Lembra-se que a ACEGE assim procede «com a liberdade de quem representa um amplo conjunto de empresários e gestores que têm, desde 1960, contribuído com o seu trabalho para o desenvolvimento da economia do país». Depois, os subscritores (empresários, banqueiros, dirigentes políticos, responsáveis da comunicação social e de sectores da

refere: « neste sentido, a ACEGE defende intransigentemente os direitos fundamentais, a Vida Humana desde a concepção até à morte natural », etc. Facilmente se reconhece que o discurso só tem a intenção de fazer avançar políticas retrógradas, em nada relacionadas com a defesa da pessoa humana; **2. Centralidade da Família como base de desenvolvimento da sociedade** - « A existência de famílias estáveis... é factor essencial ao desenvolvimento de uma sociedade justa, pacífica e plural » - lê-se no documento. Parte-se de um pressuposto com base económica: a família deve dispor dos meios necessários ao exercício da sua função social. Exige-se então, do próximo governo, que dê à família liberdade de escolha, em igualdade de condições e de incentivos, em estabelecimentos públicos ou privados, dos projectos educativos preferidos. Na Educação e, também, na Saúde; **3. Defesa do Trabalho como chave da Questão Social** - « A solução para acabar com a pobreza » - declara a ACEGE - « está no trabalho do homem e na sua capacidade para inovar, ser criativo e organizar meios dispersos em empresas competitivas ». Portanto, liberalize-se e acabe-se com a

Negócios políticos e negócios « cristãos » (4)



educação, homens ligados à Igreja e ao Opus Dei) declaravam-se particularmente alarmados com a situação a que se chegou em áreas como as da dinâmica empresarial, da degradação dos valores morais, dos níveis da Educação, da generalização da corrupção e da falta de rigor, tudo com incidência no descontrolo das finanças públicas, no aumento do peso da intervenção estatal na vida económica e na limitações impostas às empresas, « tornando-as menos competitivas ». Nestes termos, a ACEGE dirige-se a um eventual governo, a surgir das eleições legislativas, e incita-o a defender « com coragem, trabalho e competência » certos princípios cujos sentidos passa a descrever. Agrupa-os, em seguida, da seguinte forma: **1. Primado da dignidade da Pessoa Humana e confiança na sua capacidade criadora** - A pessoa humana é uma criação divina, « sendo o princípio e o fim de toda a vida social e política, de toda a economia e de todas as estruturas existentes ». Assim, « a criação de riqueza é baseada no capital humano, na capacidade individual para criar, inovar e materializar ideias e sonhos em projectos e empresas rentáveis ». Terminada esta tirada patética, quando legitimamente se esperaria da ACEGE a condenação do próprio capitalismo, eis que o texto faz uma pirueta e

concorrência desleal por parte do Estado; promovase um Sistema Fiscal que potencie o investimento privado; e adoptem-se programas de solidariedade social que defendam as empresas e estimulem a sua renovação; **4. Aposta na Educação, na cidadania e nos valores** - Educação não é apenas ensino. Deve guiar-se por valores que favoreçam a harmonia pessoal entre o racional e o volitivo, o afectivo e o emocional, o moral e o espiritual... A ACEGE reivindica: o envolvimento dos pais na educação dos filhos; a liberdade de aprender que implicará igualdade de financiamento do Estado aos estabelecimentos de ensino públicos e privados; e a liberdade de ensinar, nivelando o Estado os programas e os projectos educativos; **5. Renovação do Estado com base na subsidiariedade e solidariedade** - o Estado deixará de ter um papel interventor directo mas manterá o seu apoio efectivo à iniciativa privada de interesse público. A ACEGE reclama: nova imagem de credibilidade e autoridade do Estado; subsidiariedade do Estado perante a Sociedade Civil e solidariedade cristã para com os pobres; diminuição da despesa pública, privatizações, descentralização de serviços, avaliação de desempenhos pelos funcionários públicos.

Pontos Cardeais

Compromissos Impostos

Ventura Garcês, secretário regional das Finanças da Madeira, já fez saber que « espera que o Estado cumpra os compromissos do anterior Governo » e assumia « rapidamente » a « dívida » de 6,5 milhões de contos aprovada em Dezembro, sob pena de a Madeira apresentar um « buraco » no seu Orçamento de 2002.

« Dívida »? Mas o que é isso? Agora o Estado português também tem « dívidas » com a Madeira? Que se saiba, o contrário é que é verdadeiro...

Por outro lado, que é também isso de este Governo cumprir os « compromissos » do anterior sobre uns misteriosos 6,5 milhões de contos?

Compromissos que, ao que parece e ainda por cima, não passam de promessas feitas pelo Executivo de António Guterres?

Agora é que vamos ver onde é que pára (ou não pára...) a tal « contenção » da despesa pública tão alardeada pelo Governo de Durão Barroso...

Défices

Enquanto continua a dizer cobras e lagartos das contas deixadas pelo anterior Executivo, o Governo de Durão Barroso descobriu agora que o défice de 2002 (o deste ano, portanto) é ainda pior que o de 2001, o tal que o novo Governo laranja se tem esforçado por demonstrar não apenas que está errado, como apresentará um valor (acima dos três por cento) que acarretará castigos automáticos para Portugal por parte da Comunidade Europeia, nomeadamente através do corte de fundos de coesão e do pagamento de pesadas multas. Tudo isto para uma coisa muito simples: justificar o apertar de cinto generalizado que aí vem, ao arrepio de todas as promessas feitas na campanha eleitoral tanto pelo PSD como pelo PP...

A prova mais evidente de que toda esta dramatização à volta dos défices não passa de uma cortina de fumo está no já anunciado aumento dos impostos - mais concretamente do IVA - que este Governo se prepara para impor de imediato.

Convém parar aqui um instante e recordar o seguinte: foi exactamente a prometer o abaixamento dos impostos que o PSD chegou ao poder, transformando mesmo essa promessa na espinha dorsal da sua campanha eleitoral. Que dizer da credibilidade de gente assim? Como levar a sério os discursos de « seriedade » e « rigor » tão alardeados por Durão Barroso e amigos?

Entretanto, e ainda no que concerne a impostos, o Governo já tomou outra medida, que foi a de anular em definitivo a cobrança de imposto sobre as mais-valias, deixando assim escandalosamente sem qualquer tributação a especulação monetária. Quanto ao IVA... bom, esse, como ataca tudo e todos (e em particular os consumidores), há que o aumentar ainda mais, desmentindo grosseiramente o prometido ainda há um mês...

Suspensões

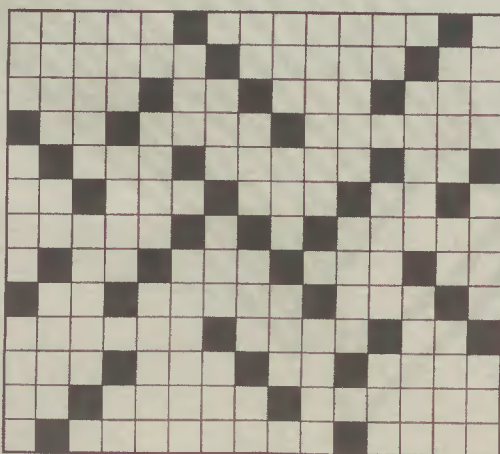
Por outro lado, o Governo suspende, não se sabe até quando, a reforma educativa que há anos andava a ser preparada, num investimento estratégico de grande envergadura e envolvendo todo o universo que gravita à volta do ensino, desde professores e alunos a escolas e editoras. Portanto, o que aí vem, é simples: no que toca aos aspectos sócio-económicos, avança-se para o agravamento de condições de vida dos trabalhadores e da população; quanto ao que estava em andamento... suspende-se! Mesmo que isso signifique deitar milhões e milhões para a rua...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Despovar; tomar o peso de, com a mão. 2 - Viola grande, com seis cordas, usada geralmente em acompanhamentos musicais; parte do palácio do sultão destinado às suas odaliscas; prep. designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc. 3 - Relato, escrito geralmente em livro especial, de tudo quanto se tratou numa sessão, reunião ou assembleia; a ti, grande quantidade; pátria (fig.). 4 - Grito alitivo, fronteira, silvo. 5 - Perigoso; ave limícola semelhante ao adam; medida itinerária chinesa. 6 - Avenida (abrev.); partícula de negação; escudeiro; a parte mais larga da enxada. 7 - Mesclado; barranco. 8 - Interj. que designa dor, admiração, repugnância; sinal radiotelegráfico internacional para pedir socorro; estrela; prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações. 9 - Caminhar; sinal musical indicativo de que a nota deve baixar meio tom; apetite sexual dos animais em determinados períodos. 10 - Maquinar (fig.); prenda; parte mais larga da enxada. 11 - Caminhado; prep. que indica várias relações, como companhia, instrumento, lugar, modo, oposição, etc.; sétima nota da escala musical; irmã. 12 - Contr. da prep. de com o art. def. o; nivelar, afeiçoado. 13 - Relativo ao Tirol; planta liliácea de folhas encarnadas e suco amargo.

VERTICAIS: 1 - A mulher de Adão, espécie de veado, de cauda comprida e galhos achatados na parte superior; fiel. 2 - Preciosa, elemento químico metálico, sólido, com o símbolo I. 3 - Barulho, porcaria. 4 - Filicra, elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de hostilidade, oposição, etc., graça. 5 - Batráquio; homem do povo; armazém de panos. 6 - Base aérea portuguesa (abrev.); relativo a soro. 7 - Aqui está; misericordioso; doença. 8 - Interj. designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc.; criada de quarto, emissão de voz; nome da letra R. 9 - Parceiro; anuência; o m. l. lírio. 10 - Acto de correr lentamente; gemer (gír). 11 - Sensato; ponto de convergência ou de onde saem emanções, etc.; contr. da prep. de com o art. def. a. 12 - Antes do meio-dia (abrev.); dei brilho a; um milhar. 13 - Género de oleáceas de flores aromáticas; que não é transparente. 14 - Contr. da prep. de com o adv. ali; a si mesmo, diante de. 15 - Nada; fruto da romãzeira; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.).

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Embar, sopesar. 2 - Violão; hárem, de. 3 - Acta; lei; rei; lar. 4 - At; rai; sibilo. 5 - Man; siso; h. 6 - Av; não; ato; pá. 7 - Mist; fasso. 8 - U; SOS; sol; em. 9 - Tr; bem; fo; cio. 10 - For; jar; mim; pa. 11 - Ide; com; s; ma. 12 - Do; r; sar; ad; cio. 13 - Tro; l; ab; e. VERTICAIS: 1 - Eva; j; im; o; fio. 2 - Ric; vi; to; do. 3 - Mo; im; su; ro. 4 - Ar; j; ant; n. 5 - O; T; A; ac; ro; s; o. 6 - R; a; r; a; do; be; ar. 7 - Bis; dom; mal. 8 - Oh; a; a; som; r; e. 9 - Par; sim; h; s. 10 - E; so; do; m; a. 11 - S; c; r; i; to; fo; co; da. 12 - Am; pol; m; il. 13 - L; i; l; i; s; op; a; c; o. 14 - D; a; t; i; a; g; e; n; t; e. 15 - Z; e; r; o; tom; a; a; s.

Plenários de células e organizações do PCP

Hoje, 18

Almada

– Plenário dos Trabalhadores comunistas da Autarquia, às 18h30, no CT concelhio.

Barreiro

– Plenário de trabalhadores do Sector Ferroviário, às 17h30, no CT concelhio.

– Plenário de trabalhadores administrativos da Câmara Municipal do Barreiro, às 17h30, no CT concelhio.

Lisboa

– Plenário da Carris, no CT Vitória, para discutir as conclusões da reunião do Comité Central.

– Reunião da Map/Mic, às 19h00, no CT Vitória.

– Reunião da célula da Câmara Municipal de Lisboa, às 21h00, no CT Vitória.

– Plenário do Sector da Saúde, às 21h00, no CT Vitória, com Francisco Lopes, da Comissão Política.

Montemor-o-Novo

– Reunião da célula de Reformados, no CT do PCP, com a participação de António Gervásio.

Ourique

– Plenário de militantes e simpatizantes do PCP da Vila de Ourique, às 21h00, no CT do PCP, para análise da situação política resultante das últimas eleições e das tarefas e medidas para o reforço da intervenção do Partido.

Vila Franca de Xira

– Plenário de militantes da freguesia da Póvoa de Stª Iria, às 21h00, no CT do PCP.

Sexta-feira, 19

Benavente

– Reunião de Quadros concelhios, às 21h00, no CT de Samora Correia, com a participação de José Casanova, da Comissão Política, para análise dos resultados eleitorais e tarefas para o desenvolvimento do trabalho do Partido na nova situação política.

Espinho

– Plenário concelhio, às 21h30, no CT de Espinho, com Francisco Lopes.

Leiria

– Reunião de sindicalistas e quadros do PCP em empresas, às 21h30, no CT do de Leiria, para discussão da situação política e preparação da Conferência Nacional.

Santa Maria da Feira

– Plenário concelhio, às 21h30, no CT da Feira, com João Frazão.

Seixal

– Debate sobre «O papel e a importância da imprensa do Partido», às 17h30, no Auditório do CT do Seixal, com a participação de Leandro Martins, chefe de Redacção do «Avante!» e membro do Comité Central.

Sines

– Plenário do colectivo da Festa do Avante, às 17h00.

Sintra

– Plenário de militantes da freguesia de Algueirão-Mem Martins, às 21h30, com a participação de Bernardino Soares, da Comissão Política, para discussão da situação política e preparação da Conferência Nacional.

Torres Vedras

– Plenário de militantes, às 21h30, no CT de Torres Vedras, com a participação de Alexandre Teixeira, do CC, para discussão das conclusões da reunião do Comité Central.

Sábado, 20

Almada

– Assembleia de Organização TST.

Barreiro

– Plenário da Organização de Freguesia do Lavradio, às 16h00, no CT da Freguesia do Lavradio.

– Plenário da Organização de Freguesia do Alto do Seixalinho, às 16h30, no CT concelhio.

– Plenário da Organização de Freguesia de Coima, às 20h30, na Sede da Associação de Moradores (Quinta da Areia).

Beja

– Reunião/convívio dos construtores da Festa do Avante, às 10h30, no CT de Beja, com a presença de Virgílio Azevedo, da Direcção da Festa e do Secretariado do CC, para balanço da Festa do Avante 2001 e preparação da Festa de 2002. Segue-se um almoço, às 13h00. Confirmar participação no almoço, pelo telefone 284326200 (Dulce).

Matosinhos

– Reunião de militantes do concelho, às 15h00, no CT de Matosinhos.

Moita

– Curso de formação política - As alterações no Mundo após o 25 de Abril -, entre as 10h30 e as 17h00 (com almoço-convívio), no CT da Moita, com a participação de Manuela Bernardino, do Comité Central.

Sesimbra

– Plenário de militantes da freguesia da Quinta do Conde, às 21h00, no CT de Sesimbra.

Setúbal

– Reunião da Direcção da Organização Regional de Setúbal, às 10h00, na Quinta da Atalaia, Amora, Seixal.

– Plenário de militantes da freguesia de Azeitão, às 21h00, na delegação da Junta de Freguesia de São Simão, em Brejos de Azeitão, com a participação de José Capucho.

Vila Franca de Xira

– Plenário de militantes da freguesia de Vila Franca de Xira, às 15h00, no CT do PCP, com Adelaide Pereira, do CC.

Domingo, 21

Almada

– Plenário de militantes de Feijó, às 15h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Feijó.

Lisboa

– Plenário de militantes da Zona Centro, às 15h30, no CT Vitória, com a participação de José Casanova, da Comissão Política, sobre a intervenção do PCP na situação política actual. Segue-se lanche-convívio comemorativo do aniversário do 25 de Abril.

Setúbal

– Plenário de militantes de Setúbal, às 15h00, no CT de Setúbal, com a participação de Virgílio Azevedo, do Secretariado do CC.

– Plenário de militantes da freguesia do Sado, às 15h00, no CT de Praias do Sado, com a participação de Odete Santos, do Comité Central.

Terça-feira, 23

Setúbal

– Reunião da Coordenadora Regional de Setúbal para a Festa do Avante, às 17h30, no Edifício Arrábida, Setúbal.

Sexta-feira, 26

Ponte de Sor

– Plenário de militantes da freguesia de Longomel, às 19h00, no Salão do Grupo Desportivo.

Sábado, 27

Sines

– Plenário, às 15h00, em Fonte Mouro, Pouca Farinha e Colmeia.

Carlos Carvalhas

participa nas seguintes iniciativas

«Os paraísos fiscais, o combate ao branqueamento de capitais e a evasão fiscal»

Debate promovido pelo GUE/NGL - Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do PE e o Partido Comunista Português
Hoje, 18 de Abril, às 17h00 na sala Veneza do Hotel Roma (Av. Roma, 33), em Lisboa
com Ilda Figueiredo, Giuseppe Di Lello, Serge Garde, Sérgio Ribeiro, Octávio Teixeira

28.º aniversário do 25 de Abril

Jantar comemorativo promovido pelo Sector Sindical
Sexta-feira, 19 às 19h30 no Salão do CT Vitória

COMÍCIO



Um Partido de causas e convicções
Uma força com futuro!

19 de Abril (sexta-feira)
às 21h00

SFUAP Cova da Piedade (Almada)
Sociedade Filarmónica União Artística Piedense

com

Carlos Carvalhas

Secretário Geral do PCP

animação musical

Grupo "Entre Cantos"

Partido Comunista Português PCP

Comemorações do 28.º aniversário do 25 de Abril

Águeda

– Plenário concelhio, seguido de convívio, dia 24, às 21h00, no CT de Águeda, com Armindo Miranda.

Amadora

– Jantar, promovido pela Comissão de Freguesia da Damaia, dia 24, às 20h00, no Casal Popular da Damaia, com a presença de Dinis de Almeida, capitão de Abril, e música de Zeca Afonso por Hélder, Hugo e Luís. Inscrições até 22 de Abril, pelos telef. 214941162 e 214742747 ou telem. 914784811 e 916735365.

Aveiro

– Convívio, dia 24, às 20h00, no Pátio do CT de Aveiro.

Barreiro

– Jantar com a participação do General Vasco Gonçalves e do Almirante Rosa Coutinho, dia 23, às 20h00, no Pavilhão do Luso F.C.

Caldas da Rainha

– Almoço, promovido pela Coordenadora da CDU de Caldas da Rainha, no dia 25 de Abril, às 13h00, no Restaurante «O Cortiço», em Tornada, com a participação de uma figura ligada ao dia da Liberdade.

Cartaxo

– Jantar, promovido pela Comissão Concelhia da CDU, no dia 24, às 20h00, no Restaurante «Casa da Caldeira», Vila Chã de Ourique, com a participação de Aurélio Santos.

Cascais

– Jantar, promovido pela organização de Tires, às 20h00, no CT de Tires, com a participação de José Casanova, da Comissão Política. Inscrições até dia 22, no CT de Tires, telef. 214442253.

– Almoço promovido pela Comissão de Freguesia de Alcabideche, às 13h00, no CT de Alcabideche. Inscrições até ao fim do dia de hoje, pelos telefones 214692145 e 214690223.

Espinho

– Comemorações da CDU/Espinho, no dia 25: concentração, às 12h30, junto ao Monumento ao 25 de Abril (rotunda ruas 33-32), para evocar a Revolução de Abril e, às 13h00, almoço no Restaurante do Centro de Ténis (junto à Nave Desportiva).

Lisboa

– Convívio, na noite de 24 para 25 de Abril, 22h00, no CT Vitória.

– Almoço, promovido pela organização das freguesias de Alvalade, Campo Grande, Fátima, S.J. Brito, S.J. Deus, e S. Sebastião, dia 28, às 12h30, no «Imperador dos Frangos» - Feira Popular de Lisboa.

Moita

– Comemorações no CT de Sarilhos Pequenos, dia 24, às 22h30, com animação musical.

Oliveira de Azeméis

– Jantar, dia 24, às 19h30, no Restaurante «Milita», Macieira de Sarnes, com Paulo Raimundo.

Peniche

– Jantar, promovido pela CDU, dia 25, às 20h30, no Restaurante «A Sardinha», com a participação de Odete Santos.

Ponte de Sor

– Jantar unitário de confraternização, dia 24, às 20h00, no Restaurante do Mestre Jaime, em Ponte de Sor.

Setúbal

– Encontro de Democratas com jantar-convívio, dia 24, às 20h00, no Restaurante «Solar do Lago», Setúbal.

Torres Vedras

– Jantar, promovido pela Comissão Concelhia de Torres Vedras, dia 24, às 20h00, no Hotel Império, Torres Vedras, com a intervenção política de Manuel Pedro. Animação musical com José Neto.



X Conferência Nacional do Ensino Superior

20 e 21 de Abril

Sala 17 de Abril

Departamento de Matemática
Faculdade de Ciências e Tecnologias
Universidade de Coimbra

Coimbra

– Plenários preparatórios da Conferência Nacional do Ensino Superior, hoje, dia 18, nas organizações do ensino superior de Lisboa, Porto e Coimbra

Barreiro

– Reunião da organização do Ensino Secundário do Barreiro, sexta-feira, 19, às 18h30, no CT do Barreiro, na Sala da JCP.

Marco de Canavezes

II Torneio de Futebol
26 e 27 de Abril e 4 e 5 de Maio
Centro Cultural de Santo Isidoro

Santarém

Iniciativa, no âmbito dos 28 anos do 25 de Abril, quarta-feira, 24, às 21h00, na Sala de Leitura Bernardo Santareno, em Santarém, com a participação de Aurélio Santos, do Comissão Central de Controlo.

Setúbal

Reunião do colectivo do Instituto Politécnico de Setúbal, hoje, 18.



ATVer

Ligações Perigosas evoca a decadência da aristocracia francesa nos finais do século XVIII

Como Tu Me Desejas

(Quinta-feira, 18.04.02, RTP-2)

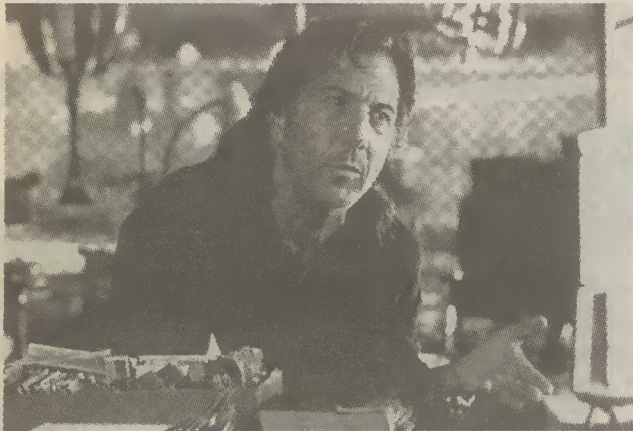
Produzido no início da década de 30,

Como Tu Me Desejas é um sinuoso melodrama romântico sobre uma mulher que aceita passar pela mulher amnésica de um conde italiano para este não perder uma propriedade herdada da mulher em favor da irmã desta. Baseado numa peça de Pirandello, o seu interesse central vai para o trio de intérpretes: **Greta Garbo, Melvyn Douglas e Erich von Stroheim**.

Nirvana

(Sexta-feira, 19.04.02, RTP-1)

Nirvana é um elaborado e imaginativo filme europeu à volta de um vírus informático



Traição Fatal, excelente exercício de representação a cargo de **Dustin Hoffman, Dennis Franz e Sean Nelson**

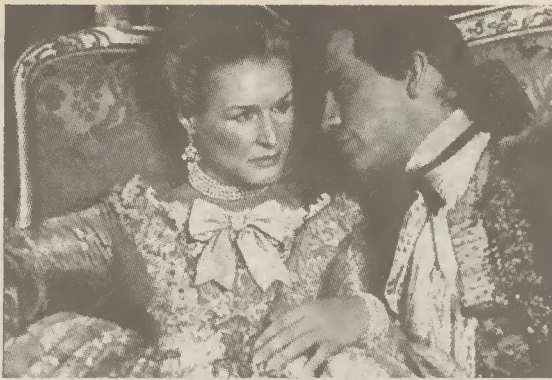
que desencadeia um confronto entre o real e o virtual, rodado com poucos meios (comparativamente aos grandes investimentos de Hollywood em trabalhos do género) mas, mesmo assim, resultando num trabalho bem feito e que teve merecido sucesso. Com **Christopher Lambert**, aqui já fruindo o seu estatuto de estrela do cinema internacional (o filme é de 1997). Quanto à trama, mostra-nos um criador de jogos de computador a descobrir que o seu mais recente jogo tem um vírus que produz uma consciência na



Como Tu Me Desejas é um sinuoso melodrama romântico com **Greta Garbo e Erich von Stroheim**



Nirvana é um elaborado e imaginativo filme europeu à volta de um vírus informático que desencadeia um confronto entre o real e o virtual



personagem principal, estabelecendo-se uma estranha e inesperada amizade entre o criador e a personagem virtual...

Traição Fatal

(Sexta-feira, 19.04.02, RTP-1)

Michael Corrente adaptou esta peça teatral da autoria de **David Mamet** sobre três patéticas personagens que planeiam um assalto: um pequeno vendedor de *bric-à-brac*, um adolescente e um insignificante ratoneiro. Excelente exercício de representação a cargo de três bons actores – **Dustin Hoffman, Dennis Franz e Sean Nelson** – para um texto de grande qualidade sobre uma outra América, esta marginal e sem saída.

Resgate

(Sábado, 20.04.02, SIC)

Um pai rico, a quem raptam o filho, começa por cooperar com a polícia no processo de libertação mas acaba a tomar literalmente em mãos a tarefa, arrasando tudo e todos, é claro. Um filme feito por **Ron Howard** à medida de **Mel Gibson**, numa espalhafatosa produção que inclui no elenco os nomes de **Rene Russo e Gary Sinise**.

Presumível Inocente

(Domingo, 21.04.02, TVI)

Por falar em filmes feitos à medida, eis outro, agora concebido para **Harrison Ford** se exhibir num filme um pouco mais sério que os das aventuras no espaço ou de Indiana Jones. Trata-se de um *thriller* de tribunal, onde Ford é um promotor público envolvido numa obsessiva relação com uma colega (**Greta Scacchi**) que é assassinada, crime de que Ford é o principal suspeito. A luta para limpar o seu nome torna-se numa teia de mentiras e paixões escondidas, inteligentemente manipuladas pelo realizador, **Alan J. Pakula**. Referência ainda para a presença de **Raul Julia** no elenco, num papel secundário mas sempre com a exibição do seu grande talento.

O Informador

(Domingo, 21.04.02, RTP-1)

Partindo de um caso verídico, o realizador **Michael Mann** contou de maneira fulgurante o drama moral de um alto funcionário de uma empresa tabaqueira que fica esmagado sob a responsabilidade de denunciar o desprezo desta para com a saúde pública, denúncia essa a ser feita através de um programa de televisão que, por seu lado, a direcção da CBS quer igualmente silenciar por pressão da tabaqueira. Relato ficcionado de acontecimentos recentes que levaram, nos EUA, as grandes tabaqueiras a terem de pagar pesadas indemnizações a ex-fumadores que as processaram. Interpretações de alto nível de **Russel Crowe** (como alto funcionário da tabaqueira) e **Al Pacino** (interpretando o jornalista de televisão que conduz a investigação).

Ligações Perigosas

(Terça-feira, 23.04.02, RTP-1)

Stephen Frears assinou em 1988 uma magnífica adaptação cinematográfica do célebre romance epistolar de Choderlos de Laclos (a partir da peça teatral de Christopher Hampton), evocando a decadência da aristocracia francesa nos finais do século XVIII, apresentando-nos *Ligações Perigosas* como um espantoso jogo de sedução amorais, de sofisticados jogos de amor e espírito, de paixões inesperadas e devastadoras que Frears constrói como uma fascinante e complexa guerra de sexos, num universo de pura e assumida amoralidade e delirante cinismo. Uma grande reconstituição de época num filme premiado pela academia de Hollywood com três óscares (Melhor Argumento Adaptado, Melhor Direcção Artística e Melhor Guarda Roupas), servido por um texto inspirado e por magníficas interpretações a cargo de **Glen Close, John Malkovich, Michelle Pfeiffer, Keanu Reeves e Uma Thurman**, entre outros.

Quinta, 18

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa
15.30 Pícaro Sonhadora
17.00 A Senhora das Águas
18.15 Quebra-Cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Teletexto
21.00 Fábrica das Anequias
21.30 Gregos e Troianos
00.00 Conversas de Mário Soares
01.00 Operação Triunfo
01.30 24 Horas

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Debate do Programa do 15.º Governo Constitucional
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 Sinais do Tempo
14.30 Via Aberta
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
19.55 Clube da Europa
20.20 Casos com uma Feiteira
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
00.00 «Como Tu Me Desejas» (Filme)
01.10 O Triunfo dos Porcos

▼ SIC

08.00 Buééré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Desejos de Mulher
20.00 Jornal da Noite

Sexta, 19

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa
15.30 Pícaro Sonhadora
17.00 A Senhora das Águas
18.20 Quebra-Cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Teletexto
21.00 Fábrica das Anequias
21.30 O Jogo da Espera
22.15 «Traição Fatal» (Filme)
01.45 24 Horas
02.00 Utu, o Último Guerreiro

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
12.30 O Homem e a Cidade
13.00 Retratos - A Rainha Mãe
14.00 Via Aberta
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.10 2010
20.20 Casos com uma Feiteira
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 A Mente do Assassino
00.00 «Mrs. Dalloway» (Filme)
01.40 O Triunfo dos Porcos

▼ SIC

08.00 Buééré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Desejos de Mulher
20.00 Jornal da Noite
21.30 O Grande Mestre
22.00 O Clone
23.00 O Grande Mestre
00.15 Sexo e a Cidade
01.15 Balada de N. York

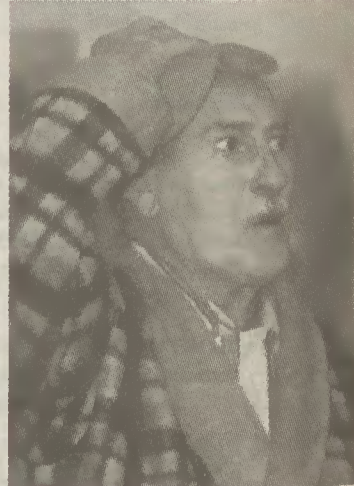
Sábado, 20

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 O Passeio dos Alegres
20.00 Teletexto
20.55 Futebol: Braga-Porto
23.00 «Combate Mortal 2» (Filme)
00.45 Sociedade Anónima
01.45 24 Horas
02.00 «O Perigo É a Minha Profissão» (Filme)

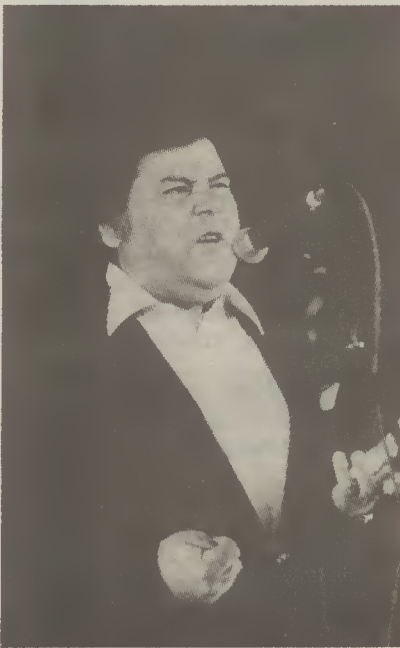
▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento



Camilo de Oliveira a fazer-se engraçado

15.00 Desporto
19.30 Horizontes da Memória
20.00 Viva o Improvisado
20.30 Bombordo
21.00 Por Outro Lado



Ary dos Santos momento raro de poesia, no domingo, na RTP 2

21.00 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
01.00 «Prisioneiros: Revolta» (Filme)

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.15 Jardins Proibidos
15.15 Todo o Tempo do Mundo
16.45 Batatoon
18.00 Programa a designar
18.45 Academia das Estrelas
19.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Academia de Estrelas
21.30 Anjo Selvagem
22.10 Sonhos Traídos
23.10 Nunca Digas Adeus
00.45 «O Céu ou Las Vegas» (Filme)
02.45 Ally McBeal

02.15 «A História da Guerra das Estrelas» (Filme)

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.15 Jardins Proibidos
16.45 Batatoon
18.00 Programa a designar
19.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Academia de Estrelas
21.30 Anjo Selvagem
22.00 Sonhos Traídos
22.45 Filha do Mar
23.10 Nunca Digas Adeus
00.15 «Combate do Século» (Filme)



22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britcom
01.05 Artes de Palco
Don Giovanni:
A Vingança de Leporello
02.30 Noites Curtas da Onda Curta (Curtas-metragens)

▼ SIC

08.00 Sie a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.45 Rex, o Cão Polícia
14.45 Catarina.com
15.30 Walker, o Ranger do Texas
17.45 «Melhor É Impossível» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Moda Lisboa
23.00 «O Resgate» (Filme)
01.00 Balada de Nova Iorque

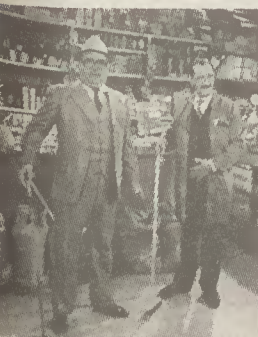
▼ TVI

08.45 Gala das Estrelas
09.30 Survivor
11.45 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Bora Lá Marina
23.00 Ilha da Tentação
00.00 (Filmes)

Domingo, 21

▼RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
12.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
15.00 Ténis: Estoril Open 2002 (final)



Riso e anedotas na televisão

14.00 João Baião
17.00 Mundo de Aventuras
18.50 Melhor É Impossível
20.00 Telejornal
21.00 Camilo, o Pendura
21.30 «O Informador» (Filme)
00.20 Operação Triunfo
01.50 Domingo Desportivo
03.40 24 Horas

▼RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
11.30 Horizontes da Memória
12.30 Clube da Europa
13.00 Mulheres, a sua Realidade
14.00 Desporto 2
18.30 O Jogo Maravilhoso
19.30 Onda Curta
20.00 Coleccionadores de Arte
20.30 Futurama
21.00 Artes e Letras
«Ary dos Santos»
22.00 Jornal 2
23.00 «Adieu Princesa» (Filme Português)
00.40 Sinais do Tempo
01.40 2010

▼SIC

06.45 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Annie» (Filme)
15.45 «A Guerra das Estrelas IV» (Filme)
19.00 «Presa Fácil» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Herman SIC
01.00 «Justiça Silenciosa» (Filme)

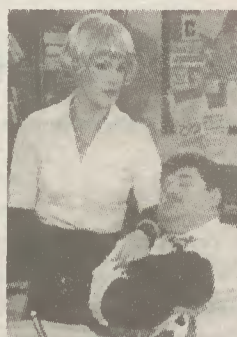
▼TVI

08.15 «Depois de Um Milagre» (Filme)
11.15 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 Domingo Fantástico
18.00 (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
23.00 «Presumível Inocente» (Filme)
01.15 Academia de Estrelas
02.45 «La Machine Perigo Alucinante» (Filme)

Segunda, 22

▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa



15.30 Pícaro Sonhadora
17.00 A Senhora das Águas
18.20 Quebra-Cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Sorte Grande
21.15 Fábrica das Anedotas
21.45 Jogo Falado
23.45 «O Caso de Berlin» (Filme)
01.30 Operação Triunfo
02.00 24 Horas
02.15 «O Prisioneiro das Montanhas» (Filme)

▼RTP2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 O Lugar da História
14.30 Via Aberta
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Planeta Azul
19.30 Caderno Diário
19.55 Veterinário de Emergência
20.20 Casei com uma Feiticeira
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 A Família Green
00.00 «Chá Forte Com Limão» (Filme)
01.40 O Triunfo dos Porcos

▼SIC

08.00 Buêré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
00.00 «Moscovo a Ferro e Fogo» (Filme)
02.15 O Século do Sexo

▼TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.15 Jardins Proibidos
16.45 Batatoon
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Academia de Estrelas
21.15 Anjo Selvagem
22.15 Sonhos Traídos
23.30 Nunca Digas Adens
00.00 Academia de Estrelas
00.15 «Esquadrão Implacável» (Filme)

Terça, 23

▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa
15.20 Pícaro Sonhadora
17.00 A Senhora das Águas
18.20 Quebra-Cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Grande Informação
21.30 Fábrica das Anedotas
22.00 O Jogo da Espera
22.45 «Ligações Perigosas» (Filme)
01.15 Operação Triunfo
01.45 24 horas
02.00 «Mundo de Tentações» (Filme)

▼RTP2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.00 2010
14.30 Via Aberta
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Caderno Diário
19.55 Turma das Ciências
20.20 Casei com uma Feiticeira
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Os Limites do Terror
00.00 «A Balada da Praia dos Cães» (Filme)
01.40 O Triunfo dos Porcos

▼SIC

08.00 Buêré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três

Quarta, 24

▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Um Estranho em Casa
15.20 Pícaro Sonhadora
17.00 A Senhora das Águas
18.20 Quebra-Cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
19.40 Futebol: Liga de Campeões
21.35 Telejornal
22.30 Fábrica das Anedotas
23.00 Jogo da Espera
23.45 «Acidente Sem Testemunhas» (Filme)
01.30 Operação Triunfo
02.00 24 Horas
02.15 «O Einstein do Sexo» (Filme)

▼RTP2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
13.00 O Homem e a Cidade
13.30 Por Outro Lado
14.30 Via Aberta
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.45 Caderno Diário
19.55 Verdadeiramente Insólito
20.20 Casei com uma Feiticeira
20.40 Sabrina
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Rescuer Me
00.00 «Brandos Costumes» (Filme)
01.15 O Triunfo dos Porcos

▼SIC

08.00 Buêré
11.00 SIC 10 Horas



16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
00.00 Fiebreiros Clínicos
01.00 «Balada de N. York»

▼TVI

08.15 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.30 Jardins Proibidos
17.10 Batatoon
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.00 Sonhos Traídos
22.30 Gala das Estrelas
03.45 Os Homens do Presidente

13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.15 O Grande Mestre
17.45 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
00.00 Hora Extra
01.00 «Balada de N. York»

▼TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.45 Jardins Proibidos
17.15 Batatoon
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Academia de Estrelas
23.00 Sonhos Traídos
00.30 (Filme)

Nota:

A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

• Correia da Fonseca

De um velho debate ao cavalo enlouquecido

Há muitos, muitos anos, no tempo em que não apenas os animais falavam como em que só eles podiam falar com inteira liberdade, participei num colóquio acerca da chamada música ligeira. A dada altura, da plateia interveio um jornalista, então jovem, hoje já não tanto mas com muito e merecido sucesso profissional, a sustentar que «o problema da música ligeira portuguesa não se resolve mandando a Simone de Oliveira aprender música». Para perceber melhor a frase, entenda-

se que estávamos ali a falar de cantigas mas a pensar no direito então estritamente vedado de expressão livre através de canções. E acrescente-se, com justiça, que a Simone, que já nessa altura não era das que desafiava, de então para cá aprendeu muito mais coisas que música, nessa aprendizagem tendo tido relevante intervenção um poeta chamado José Carlos Ary dos Santos, como aliás ela própria não se cansa de recordar.

Esta estória verdadeira ocorrida num antiquíssimo debate voltou-me à memória, um dia destes, enquanto assistia a uma entrevista na televisão. No seu decurso, a conversa esbarrou um pouco no facto de ser necessário encontrar um tempo em que a vida não seja dominada pela brutalidade capitalista que sob o pseudónimo de neoliberalismo impera no planeta mas, simultaneamente, desejar-se recusar a luta dos comunistas tal como tem sido travada. Se bem entendi o que aliás talvez tenha sido mal explicado, o argumento maior para esta recusa e para o propósito de encontrar caminhos talvez «refundados» será o alegado facto de a «ideia comunista» ter «falhado no Leste. Fiquei desconcertado: para lá de não me ter chegado a notícia de a ideia ter falhado, estou convencido de que o que foi vencido no Leste foi uma tentativa, feita em condições desde sempre terrivelmente difíceis, de consubstanciar na prática um projecto. Como é histórico (quem tiver dúvidas fará o favor de ir averiguar), contra ele se mobilizaram todos os enormíssimos recursos dos poderosos, numa desproporção de meios nunca vista. Que tenha sido esmagada a tentativa e agora seja mal avaliada por quem teria obrigação de a avaliar melhor, por quem deve saber que os cercos infundáveis induzem erros graves e porventura até a loucura, não significa que a ideia estivesse errada. Não significa sequer que

haja outra melhor. Talvez até ainda não fosse o tempo certo.

Os uns e os outros

Ora, voltando ao tal debate quase jurássico e ao qual lá foi dito, assim como em 70 o problema da canção portuguesa não se resolveria mandando a Simone aprender música, também o problema provocado ao mundo pelo capitalismo não se resolverá ensinando ao neoliberalismo elementos básicos de humanidade, caridade cristã e contenção na gula. Sejam não apenas claros, mas lúcidos: o capitalismo é um cavalo sem freio enlouquecido pela avidez da sempre crescente expansão, não adianta querer saltar-lhe para cima (com o seu presumido consentimento) e querer disciplinar-lhe o galope. E não se diga que a questão pode não ser esta, que há dúvidas periféricas que podem e devem ser abordadas: o que sempre estará sobre a mesa (é assim que se diz agora, creio) é escolher entre recusar o capitalismo na sua inevitável natureza ou tentar domá-lo, pedir-lhe que não seja tanto assim. Com razão ou sem ela, estou convencido de que este era o ângulo da questão que sempre voltejou em torno da tal entrevista, o nó do problema que nunca foi identificado. Tê-lo-ia sido se o entrevistador fosse outro. Isto é: se a posse e a gestão daquele canal não fossem o que são. Mais claramente: se não fossem, também eles, um bafo, embora secundaríssimo, do cavalo enlouquecido. E, como talvez comece agora a ser perceptível, tudo isto tem directamente a ver com um processo de mutação que anda por aí a ser preparado, embora com maior discrição do que poderia prever-se: a passagem para o sector privado da parte mais relevante da RTP, ainda empresa de capitais públicos, desobrigando a esmagadora parte das emissões da obrigação, sempre incómoda mesmo quando incumprida, de serem sérias, isentas, plurais, favorecedoras da lucidez e do entendimento das coisas. De incluírem entrevistas não apenas com os «bons» mas também com os «maus». Pois, quem sabe?, talvez afinal os «maus» não sejam assim tão maus e os «bons» estejam pelo menos equivocados. É que, às vezes, os equívocos adicionados ao desejo de encontrar saídas mais fáceis e mais rápidas são o início de percursos que não vão desembocar a lugares recomendáveis. E, de qualquer modo, é bom que possamos ouvir uns e outros. Mesmo, ou mais ainda, quando uma das partes perdeu no caminho a recomendável reserva.



Futebol... sempre

A talhe de foice

• Anabela Fino

Os democratas

O falhado golpe de Estado contra o presidente venezuelano Hugo Chavez é um verdadeiro paradigma do ponto a que chegou a hipocrisia reinante nas sociedades ditas democráticas. Duas vezes eleito por sufrágio universal e com uma política legitimada em sucessivos referendos, Chavez cometeu o pecado mortal de atentar contra os interesses da oligarquia do país e, mais grave ainda, de afrontar os ditames de Washington. Na óptica das democracias burguesas, que o tenha feito com o apoio popular tornou apenas mais preocupante a situação e mais urgente a necessidade de pôr cobro ao despautério. Onde iríamos chegar se, através das urnas, a população ignara desatasse a eleger gente com estranhas ideias de equidade na distribuição da riqueza, de reforço do papel social do Estado, de transparência na gestão da coisa pública, de independência face aos interesses dos grandes senhores do mundo? Era preciso agir antes que fosse demasiado tarde, até para evitar que o exemplo proliferasse. Foi o que aconteceu.

Os métodos utilizados contra Chavez nada têm de novo, mas espantam pela virulência e iludem pela arregimentação de forças aparentemente contraditórias. A participação activa de uma central sindical, a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV), ao lado do capital nesta conspiração, é repugnante. E no entanto basta vasculhar um pouco a história da CTV para descobrir que esta central fantoche, representante apenas de 8% da população activa do país, nada tem a ver com uma organização de classe dos trabalhadores, antes serve de disfarce a uma mafia sindical violenta e corrupta, ao bom estilo dos velhos sindicatos norte-americanos do início do século XX. Para desempenhar o seu papel contou com a cobertura dos media nacionais e estrangeiros e o financiamento do capital, com o apoio explícito dos EUA.

Poucas vezes se terá visto os meios de comunicação social tão profundamente envolvidos na campanha de difamação dos poderes legalmente instituídos e na desestabilização social, quer antes quer durante o golpe. E não deixa de ser irónico que tenha sido também a grande imprensa a revelar o envolvimento da administração Bush na cabala. O diário argentino «Página 12» afirmou que o chefe da missão diplomática dos EUA em Caracas, Charles Shapiro, conhecido pelas suas ligações à CIA, foi um dos cérebros do golpe. «La Jornada», do México, lembrou que antes de Shapiro o embaixador era John Maisto, igualmente ligado à CIA, de cujo currículo consta a missão no Panamá durante a invasão norte-americana. O mesmo jornal revelou ainda que o presidente da Câmara de Caracas, Alfredo Peña, responsável pelos desmandos da Polícia Metropolitana durante o golpe, tinha como assessor especial o agente Bretton, da Polícia de Nova Iorque, aparecendo frequentemente em público com funcionários da CIA e do FBI. Mas o mais impressionante nesta história foram as reacções ao golpe. José Maria Aznar, falando em nome da União Europeia, ao invés de condenar o derrube de Chavez, manifestou «confiança» no «governo de transição»; os EUA saudaram a queda de um presidente democraticamente eleito; países como El Salvador e a Colômbia, seus seguidores fiéis, não esconderam a sua satisfação. A alegria destes «democratas» não durou mais de 48 horas. Chavez voltou ao poder e recebe agora conselhos das grandes potências sobre o que deve fazer. Derrotados, mas não vencidos, os «democratas» continuam à espera de nova oportunidade.

Parlamento debate Programa do Governo PSD

PCP denuncia graves ameaças aos direitos

Está em curso no Parlamento o debate sobre o Programa do Governo PSD. Iniciado ontem, teve a marcá-lo a apresentação, pelo PCP, de uma moção de rejeição.

Esta foi a resposta dos comunistas a um documento que, em sua opinião, propõe políticas que «agravam os problemas dos portugueses constituindo simultaneamente um «forte ataque aos direitos dos trabalhadores».

Numa primeira avaliação ao texto do Governo, anteriormente, próximo do fecho da nossa edição, Bernardino Soares, presidente da bancada comunista, não hesitava em afirmar que o programa do XV Governo constitucional «confirma as piores expectativas».

Entre outras razões, sublinhou, porque o Governo «quer diminuir a despesa pública unicamente pela via dos cortes na despesa e nunca pelo aumento das

receitas do Estado». E lamentou, a este propósito, que o programa revogue a tributação das mais-valias bolsistas, «mas não toque nos benefícios fiscais das operações especulativas, nem fale na tributação dos off-shores».

Alvo de duras críticas é ainda o que o líder da bancada comunista classifica de «cunho privatizador», sobretudo em áreas como a educação, a saúde e a segurança social.

Este programa representa igualmente, no entender de Bernardino Soares, «um forte ataque aos direitos dos trabalhadores, através da defesa da flexibilização da legislação laboral e do reforço da política para a mobilidade dos trabalhadores».

Declaração de Carvalhas

Na sua intervenção na Assembleia da República, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, desmontou as contradições, desde já patentes, entre o discurso eleitoral e o programa agora apresentado pelo Governo.

A concluir, afirmou que «este programa de Governo não dá resposta aos problemas do país e desenha um conjunto de graves ameaças aos direitos e avanços duramente conquistados pelo povo português. Vai contribuir para o marasmo económico, acentuar as desigualdades e vai agravar sobretudo a situação de quem vive do seu trabalho. E vai procurar atirar também para as novas gerações de trabalhadores uma parte substancial da factura dos desmandos orçamentais. Portugal precisa de outra política».

Afirmando o respeito dos comunistas pelos resultados eleitorais, Carlos Car-

valhas frisou: «Mas somos ao mesmo tempo dos que não aceitam a tese que por vezes se insinua no discurso político de que quem ganha passa a ter razão em tudo e de quem perde se devia curvar ou resignar perante a política do novo governo, a tal ponto que às vezes parece querer ignorar-se que o que mais enobrece a acção política é a defesa de convicções. Os votos do PSD e do PP não podem sepultar as opiniões e aspirações dos que votaram nos partidos que hoje são oposição».

«É neste quadro que aqui afirmamos o nosso propósito de combater os grandes eixos da política anunciada pelo Governo, assim correspondendo ao mandato que recebemos dos que em nós confiaram e assim servindo todos aqueles que, sem distinção de opção de voto que fizeram em 17 de Março, virão a ser agredidos pela política deste Governo», concluiu o secretário-geral do PCP.

PSP e GNR manifestam-se em Lisboa



Cerca de quatro mil polícias manifestaram-se ontem em Lisboa, pela desmilitarização da GNR e contra os castigos disciplinares de que são alvo os dirigentes das suas associações.

Estiveram presentes representantes de quase todas as forças de segurança nacionais, diversas entidades sindicais espanholas e o próprio Conselho Europeu de Sindicatos da Polícia (CESP).

A manifestação, com grande número de efectivos da GNR e da PSP, desembocou à frente da Assembleia da República, onde os discursos dos diversos representantes das forças e sindicatos policiais apontaram já para iniciativas futuras.

Mais que reivindicações salariais, o que mobilizou os efectivos dos corpos policiais é o desejo de ver afastados da GNR os militares.

X Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP

No próximo fim-de-semana realiza-se, em Coimbra, por iniciativa da Organização do Ensino Superior (OES) da JCP, a X Conferência Nacional do Ensino Superior (X CNES), em Coimbra.

A CNES, que tem lugar este ano pela primeira vez fora de Lisboa, vai decorrer na sala 17 de Abril no departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, sala que deve o nome ao episódio que fez «explodir» a crise académica de 1969 em

Coimbra, marco importantíssimo no processo de luta antifascista protagonizado pelo povo português.

O envolvimento de toda a organização no trabalho de preparação para esta Conferência, desde a discussão dos documentos e da composição da futura DCES (Direcção Central do Ensino Superior), passando pelo balanço crítico e auto-crítico da intervenção e organização, até ao trabalho da organização no seio das escolas e universidades no sentido da dinamização da luta dos estudantes do ensino supe-

rior e do reforço da organização do ensino superior da JCP, foram objectivos colocados para a realização da X CNES e que, apesar de algumas dificuldades, se pode considerar que estão a ter resposta.

São esperados mais de uma centena de participantes na X CNES, que começará no sábado às 10h30m e certamente será uma iniciativa fundamental para a preparação das lutas futuras dos estudantes do ensino superior, por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Assinaturas

Têm-se verificado atrasos na entrega do jornal a alguns dos nossos assinantes, a quem apresentamos desculpas. As causas de tais atrasos estão a ser averiguadas, no sentido de serem resolvidas.

